

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA LETÍCIA DE LIMA MARTINS

COMO PODE O SERTÃO SER TÃO SECO?
(Re)Enunciações de um Sertão uno/seco na Literatura Infantil

MARIA LETÍCIA DE LIMA MARTINS

COMO PODE O SERTÃO SER TÃO SECO?
(Re)Enunciações de um Sertão uno/seco na Literatura Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação do Professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras-Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão/Sede.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

M385c Martins, Maria Letícia de Lima

Como pode o sertão ser tão seco? (Re)enunciações de um sertão un/seco na Literatura Infantil / Maria Letícia de Lima Martins. - 2023.

107 f. : il.

Orientação: Ismar Inácio dos Santos Filho.
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2023.

1. Análise do discurso. 2. Literatura infantil. 3. Sertão. 4. Seca. I. Santos Filho, Ismar Inácio. II. Título.

CDU: 81'322.5

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Maria Letícia de Lima Martins

Discente da UFAL - Campus do Sertão

DATA DE AVALIAÇÃO: 30/ 08/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho – Orientador (UFAL-Campus do Sertão)

Profa. Dra. Fábila Pereira da Silva - Avaliadora interna
(UFAL - Campus do Sertão)

Hugo Pedro Silva dos Santos - Avaliador externo
(PPGEL - UFRN)

Não há lugar fora da ideologia e não há conhecimento desinteressado. (MOITA LOPES, 2006, pág. 103).

RESUMO

Quando vemos os grandes meios de comunicação e a literatura retratando o Sertão, Nordeste, Semiárido, podemos notar uma série de imagens caricatas que tomaram o imaginário nacional desde meados do séc. XIX, (re)enunciando um discurso estereotipado, exibindo a extrema “seca” dos espaços tomados como uno, atrasado, seco, miserável. Apesar de existirem discursos outros, o discurso hegemônico traz essa visão que toma essas espacialidades como reacionárias, exibindo espaços “secos,” “desertos”. Então, pensando as construções discursivas dessas espacialidades, nesta pesquisa, busco realizar uma leitura enunciativo-discursiva do livro literário infantil intitulado de “Ser tão”, de 2016, de autoria de Fábio Monteiro com ilustração de Mauricio Negro, objetivando discutir como a narrativa (re)enuncia sentidos estabilizados sobre o Sertão, Nordeste, Semiárido e como aspectos linguístico-semióticos são mobilizados para manter construções imagéticas e discursivas que reafirmam/realimentam sentidos estereotipados sobre esses espaços. Assim, problematizo como um livro, indicado para crianças de 6 a 10 anos de idade, traz traços de obras de Arte subjetivas e penso quais as implicações para o público. Logo, penso como o Sertão é (re)enunciativo na literatura infantil, pensando os sentidos forjados e quais sentidos estão sendo forjados. Essa pesquisa está vinculada aos pressupostos da Linguística Aplicada Indisciplinar, que considera a relação entre as práticas discursivas e sociais, tomando-as como indissociáveis, para tanto, filio-me aos pressupostos da enunciação concreta do Círculo de Bakhtin, pensando uma pesquisa qualitativa, que possui bases do paradigma interpretativista. Essa pesquisa conta com o referencial teórico dos estudos Albuquerque Jr ((2008; 2011; 2016; 2021), Moita Lopes (2002; 2013; 2015,2022); Santos Filho (2012, 2017; 2020, 2022), Antunes (2012), Martin e Souza (2021), dentre outres. E os resultados da pesquisa mostram que os elementos constitutivos da narrativa literária infantil trazem uma construção linguístico-discursiva, multissemiótica, que continuam a (re)enunciar dizeres de um arquivo audiovisual forjado no séc. XIX.

Palavras-chave: Sertão; seca; (re)enunciações; discursos; literatura infantil;

ABSTRACT

When we see the mainstream media and literature portraying the Hinterland, the northeast, and the semi-arid region, we notice a series of caricatured images that have taken over the national imagination since the mid-19th century, (re)enunciating a stereotypical discourse and displaying the extreme “dryness” of spaces seen as one, backward, dry, and miserable. Although there are other discourses, the hegemonic discourse brings this vision that takes these spatialities as reactionary, displaying “dry” and “desert” spaces. So, in this research, thinking about the discursive constructions of these spatialities, an enunciating discursive reading of the book, from the children's literary genre, entitled “Be So”, published in 2016, authored by Fábio Monteiro, with illustration by Mauricio Negro, aims to discuss how the narrative (re)enunciates stabilized meanings about the Hinterland, the Northeast, and the semi-arid region, and how linguistic-semiotic aspects are mobilized to maintain imagery and discursive constructions that reaffirm/reseed stereotypical meanings about these spaces. Thus, the problem of the study shows how a book, recommended for children aged 6 to 10 years old, brings traces of subjective works of art and indicates the implications for the public. Therefore, one imagines how the Hinterland is (re)enunciative in children's literature, thinking about the forged meanings and which meanings are being forged. This research is linked to the assumptions of in-disciplinary applied linguistics, which considers the relationship between discursive and social practices, taking them as inseparable, therefore, it is associated with the assumptions of the concrete enunciation of the Bakhtin Circle under a qualitative approach, which has the bases of the interpretive paradigm. This research relies on the theoretical framework of studies by authors such as Albuquerque Jr. (2008; 2011; 2016; 2021); Moita Lopes (2002; 2013; 2015; 2022); Santos Filho (2012; 2017; 2020; 2022); Antunes (2012); and Martin and Souza (2021), among others. The research results show that the constituent elements of children's literary narrative have a linguistic-discursive, multi-semiotic construction that continues to (re)enunciate words from an audiovisual archive forged in the 19th century.

Keywords: Hinterland; dry; (re)enunciations; speeches; children's literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Capa do livro Ser Tão.	15
Figura 02: Delimitação do Semiárido Brasileiro em 2021.	41
Figura 03: Delimitação político-administrativa da região Nordeste	41
Figura 04: Delimitação do Sertão em cor Amarela	42
Figura 06: Imagens do livro “Ser Tão”.	51
Figura 07: Capa do Livro “Ser Tão”	60
Figura 08: Recortes do filme Rango.	61
Figura 10: Página dupla, de abertura, contendo ficha catalográfica.	63
Figura 11: A paisagem narrada na 2ª página textual.	64
Figura 13: Página de Dedicatória.	65
Figura 14: Folha após o final da narrativa escrita.	65
Figura 15: Início da narrativa.	67
Figura 17: Recortes do filme “O homem que desafiou o diabo.	69
Figura 19: A noite e o sol.	73
Figura 20: O deserto.	74
Figura 21: O voo do pássaro.	75
Figura 22: Árvore e menino.	76
Figura 23: Mistura abstrata	77
Figura 26: Aspectos abstratos.	82
Figura 28: Os retirantes	88
Figura 29: O rio	93
Figura 30: O pássaro	93

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	10
ENTRE CONTROVÉRSIAS SOCIAIS DE USO DA LINGUAGEM.....	10
CAPÍTULO 02.....	20
O PENSAR A VIDA E FAZER PESQUISA: TEORIZAÇÕES EM LINGUÍSTICA APLICADA.....	20
2.1 Teorizações e processos de pesquisa em LA na contemporaneidade.....	21
2.2 Esfera literária de comunicação.....	28
CAPÍTULO 03.....	39
DE SERTÕES A UM SERTÃO: CONSTRUÇÕES LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS ACERCA DAS ESPACIALIDADES.....	39
3.1 A construção/invenção linguístico-discursiva do Sertão.....	40
CAPÍTULO 04.....	57
O SERTÃO (RE)ENUNCIADO NA LITERATURA INFANTIL.....	57
4.1 ENTRE MULTISSEMIOSES LITERÁRIAS.....	60
4.2 UM SER TÃO SECO.....	91
CONSIDERAÇÕES (FINAIS).....	97
REFERÊNCIAS:.....	101

CAPÍTULO 1

ENTRE CONTROVÉRSIAS SOCIAIS DE USO DA LINGUAGEM

Inicialmente, cabe esclarecer que a proposta de leitura que aqui é realizada surgiu na disciplina eletiva “Letramento e Educação no Semiárido”, ministrada pelo professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, no curso de Letras-Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia (AL). O componente curricular foi ofertado para alunos/as da graduação, e também egressos/as e estudantes da Licenciatura em Letras que participam do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – PRIL. Nessa disciplina, o objetivo foi o de discutir sobre o espaço do qual fazemos parte – o Seminário, pensando o ensino educacional, no sentido de discutir sobre as construções linguístico-discursivas, histórico-geográficas e sociais do Nordeste, do Sertão e do Semiárido. Desse modo, refletimos como esses espaços foram/são enunciados e/ou (re)enunciados ao longo da história e as implicações desses discursos na vida de sujeitos que habitam esse espaço dito semiárido, sertanejo, nordestino.

De início, quando surgiu a proposta de participar dessa eletiva, não havia pensando em como poderia me auxiliar na construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, pois não conhecia a temática e já havia realizado a construção do pré-projeto de TCC, que o realizei ainda no 6 período do curso. Porém, ainda no 6º período eu acabei me interessando pela área de Linguística Aplicada, ministrada pelo mesmo professor, e ao final da disciplina resolvi o convidar para ser meu orientador, pensando em pesquisar algo que pudesse ter relação com a vida, algo que fugisse da ideia de teoria pela teoria, no sentido de poder trazer para a minha pesquisa as práticas discursivas em imbricações com as práticas sociais, entendendo que são indissociáveis. Escolhi, então, a LA ou ela me escolheu, porque essa área de estudos me intriga e instiga a questionar questões da vida e da linguagem, visto que foi com esses estudos que percebi a relação que existe entre língua(gem) e vida social, de modo a pensar que as pessoas vivem/constroem suas vidas sociais por meio da linguagem nas práticas linguístico-discursivas em que estão situadas. Possibilitou-me, portanto, pensar o contexto em que vivemos, os problemas sociais que permeiam as nossas vidas, de modo a compreender que os estudos em LA me possibilitam uma liberdade para além do confiar ou refutar teorias linguísticas, já que posso mobilizar outros conhecimentos de outras áreas do saber, tal como a

História, que tanto me encanta, e que está mobilizada neste trabalho em questão. Com a LA, pude perceber o quanto a língua, linguagem, além de apresentar recursos comunicativos multissemióticos, é instrumento de poder e dominação. Portanto, falar sobre língua(gem) é falar em relações humanas, em desigualdade, ideologia, política, problemáticas sociais, questões identitárias, territoriais, espaciais, permitindo-nos pensar a vida, as construções culturais, os discursos que estão circulando.

Ao passo em que convidei o docente para ser meu orientador, ele, ao aceitar, sugeriu-me que participasse da eletiva que iria ofertar no 7ª período, que é de Letramento e Educação no Semiárido. Logo aceitei a recomendação. Quando foi criado o grupo da disciplina, o primeiro material a que tivemos acesso foi um vídeo disponível no *YouTube* do programa Conexão, no Canal Futura, cujo título é “Semiárido brasileiro”, com o tema “A outra face do Semiárido brasileiro,” e esse foi o primeiro material disponibilizado que me permitiu desconstruir a ideia do combate à seca, já que o que tinha como conhecimento formado era uma série de imagens do sertão “seco”, sem vida. Ou seja, carregava os estereótipos que se tem no imaginário social sobre o Sertão, Semiárido e o Nordeste, e nunca havia questionado ou olhado à minha volta, já que vivo no Sertão, Semiárido, Nordeste. Mesmo não sendo esse espaço inóspito que a grande mídia e que os discursos hegemônicos trazem, tomei-o como verdade. Ao final desse programa, o Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior da Universidade Federal do Rio do Norte trouxe uma fala extremamente necessária para que eu pudesse repensar o que tinha construído sobre o espaço do qual faço parte, já que situou como surgiu essa visão estereotipada ligada ao imaginário da seca, afirmando que vem a partir do que passou a ser denominada de “A grande “seca”, de 1877-1879, que chamou a atenção nacional, e a partir da qual a imprensa fabricou uma série de imagens de pessoas esqueléticas, de gente morrendo. A partir desse cenário, há toda uma produção literária que prendeu a atenção pública. Há uma manutenção desses discursos de modo hegemônico nos dias atuais, apesar de existirem outros.

Essas narrativas permanecem porque são sempre recolocadas pela imprensa, pelos políticos locais, que usam dessa imagem uma para obter recursos. Essa série de imagens caricatas também vão para o cinema, as artes, como aponta o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior. Quando esse pesquisador diz da necessidade de desconstruir esse imaginário sobre a região, eu comecei a me questionar sobre os discursos sobre o Sertão, porque não vivo de fato em um espaço morto, desértico ou rural, atrasado no tempo, miserável, com pessoas esqueléticas com roupas sujas, rasgadas, e “secas” pelo tempo, o que não significa que não reconheço que existem problemas de políticas públicas voltadas para o

Nordeste, ou mazelas sociais, assim como nas demais regiões marginalizadas e esquecidas do país. No Nordeste existe uma especificidade climática que provoca um *déficit* hídrico. Porém, existem meios de convivência com esses espaços que apresentam essa especificidade.

O ponto em questão é que reconheço que existem problemas socioeconômicos, políticos e sociais, com grandes desigualdades de acesso a necessidades básicas tanto nesses espaços como em outros, em todo o planeta, mas, o Nordeste, Sertão, Semiárido não são somente um, pois existem sertões no sertão. Porém, quando voltamos os olhos e ouvidos para essas espacialidades, quando vemos novelas, notícias sensacionalistas, narrativas nas artes, no cinema, entendemos que trazem majoritariamente o imaginário da seca, da fome, da miséria, e o nordestino/sertanejo é um sujeito (no masculino) caricato, rústico, bruto, valente, em suas casas de taipas, em ambientes rurais, falando uma única variedade linguística. Mas, nós que vivemos no Nordeste, Sertão e Semiárido não consigo me reconhecer nessa figura que nos é apresentada pela grande imprensa, não consigo reconhecer minha cidade no alto sertão alagoano, Delmiro Gouveia, que está repleta de placas solares em partes da cidade e em casas na zona rural. Também não vemos frutas verdes, plantações. Porém, se pesquisarmos vemos que no Nordeste há os maiores polos de exportação de frutas do país. Assim, penso por quais motivos não vemos essas narrativas no cenário midiático nacional, por quais motivos insistem em resumir os sertões a um espaço uno, caricato, reacionário, rural, pobre, seco, sem verde.

Diante dessas indagações, surgiu o meu interesse pelas discussões sobre esse espaço. Passei, então, a questionar os discursos que ouço sobre esse território, no sentido de indagar a quem serve as construções linguístico-discursivas que ganham hegemonia e são (re)enunciadas recorrentemente, e por quais motivos chegam a ganhar esse espaço de verdade “absoluta”, apesar de existirem outros discursos, como os da convivência com o semiárido. Esses outros discursos vêm nos falar que a seca não existe. Isso me proporcionou uma inquietação tamanha, e que me mantém nesses estudos, e meu instigou a pesquisar sobre essas construções discursivas e suas as implicações nas vidas desses sujeitos ditos/tidos Nordestinos/Sertanejos “fortes”. Com as discussões de Schistek (2017), entendi mais sobre o porquê de a seca não existir, já que se trata de uma questão climática. Ou seja, podemos entender mais porque o milho e o feijão, plantados pelos agricultores nessa região de Semiárido, tendem a ter pouca produção ou até mesmo perda da safra. Entendi também por que vemos vacas e ou bezerros mortos. E entendo hoje que não é culpa do clima, da “seca”, mas sim da falta de conhecimento da realidade climática dessa espacialidade, e, conseqüentemente, do que podemos criar/plantar. Discutimos também como nasce o discurso da seca, o contexto socioeconômico, histórico e político, que é iniciado no Norte e atualmente

Nordeste, aspecto que neste TCC será discutido no Capítulo 03. Vimos como a literatura contribuiu e contribui para a manutenção de sentidos estereotipados sobre o Sertão, o Nordeste e o Semiárido, como veremos na leitura enunciativo-discursiva sobre o livro literário infantil, de Fábio Monteiro, cujo o título é “Ser-tão”, obra sobre a qual me proponho estudar neste trabalho.

Com o fim da disciplina e a vontade de continuar estudando mais sobre letramentos linguístico-territoriais, em especial sobre o Sertão, manifestei às minhas colegas da disciplina o quanto me interessaram as discussões e o quão solitário seria não ter mais um espaço para problematizar questões sobre o Nordeste, Sertão e Semiárido, espacialidades das quais faço parte. Então, elas me falaram que no Grupo de Estudos em Linguística Aplicada-Queer em questões do Sertão Alagoano (Gelasal) eram/são discutidas questões que envolvem *linguagem e território*, e que envolviam estudos em LA. Nesse momento, busquei entrar em contato com o Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho para participar do grupo. Em dezembro de 2022 ainda participei de reuniões nas quais discutimos o texto de Besse (2014), para pensarmos sobre “paisagens”, problematizando as visões acerca desse conceito, pensando que as imagens paisagísticas servem a alguém, possuem funções sociais, compreendendo, assim, que são construções das quais fazemos parte. Também discutimos os textos de Albuquerque Jr. (2008; 2021), para pensarmos sobre o Sertão como esse espaço que sempre está para o outro, o distante, em que nunca se chega de fato. Também discutimos sobre o conceito de “região”, pensando-a como “solo movente”, entendendo que os espaços, as regiões, são semanticamente inventados, não são uma realidade objetiva, aspecto que será melhor discutido no Capítulo 03.

Então, voltando às discussões acerca da disciplina, nesse componente curricular, pensamos em uma produção sobre uma educação linguístico-literária territorial, no sentido de pensarmos sobre as práticas de letramentos territoriais, visto que precisamos conhecê-los e para tal precisamos estranhar a relação entre “linguagem e território”, que é uma relação que envolve espaço e poder, de modo a pensar que são as práticas discursivas que projetam/constroem os espaços. Nesse sentido, vimos no decorrer das discussões na disciplina, com as ideias de Roxane Rojo (2016), que quando voltamos o olhar para a ideia de letramento, entendemos que ele é/foi tomado, no singular, como equivalente à alfabetização e ao alfabetismo, numa visão escolar cristalizada, no sentido de que a escola valoriza o “letramento da letra”, o letramento da escrita. No entanto, como aponta Rojo (2016), existem outros letramentos e maneiras de uso da escrita que são ignoradas e desvalorizadas, já que vivemos em uma sociedade pós-moderna que usa a escrita e a leitura, a produção, o tempo

tudo e em práticas múltiplas para dar conta das demandas atuais, do mundo complexo em que vivemos, como nos diz Moita Lopes (2013). Portanto, a pesquisadora compreende que a escola precisa ampliar os letramentos pensando as práticas locais.

Tendo em vista tais considerações, na disciplina eletiva ofertada, no semestre letivo de 2022/2, tínhamos como proposta pensar uma educação linguístico-literária no/para o semiárido, espaço do qual fazemos parte, entendendo-o como uma invenção/construção discursiva, no sentido de que pudéssemos estranhar a relação entre *linguagem e território*, problematizando, questionando, como os discursos são/foram construindo o semiárido, mas também o Sertão e o Nordeste. Ou seja, era objetivo pensar como os sentidos sobre esse território (mas não só) vão sendo construídos nessa relação entre linguagem e território. Nessas discussões, pudemos pensar como os sentidos que tomam o Sertão, Nordeste e Semiárido como homogêneo foram sendo pensados e construídos, e como esses discursos que trazem essas espacialidades, que não são homogêneas, indexam mundos de significações que estão imbricados com as práticas sociais, visto que são os sujeitos, em suas práticas discursivas e sociais, que constroem os espaços. Também problematizamos como as construções imagéticas, discursivas, contribuem com a estereotipia sobre o Nordeste, Sertão, Semiárido e como eles são tomados como uno, como se seus sentidos fossem um, sofrendo um processo de amálgama, e como essas imagens caricatas vão sendo recorrentemente (re)enunciadas pelos grandes veículos de comunicação em massa, que animalizam os/as sujeitas/os nordestinos/as, sertanejos/as, e como os espaços são narrados, percebidos, o que potencializa o preconceito regional. A quem serve esses discursos e por quais motivos eles se repetem?

Diante dessas indagações surgiu a proposta no referido componente curricular de que pudéssemos realizar uma leitura enunciativo-discursiva sobre um livro literário infantil, que possui como um (suposto) referente o espaço Sertão/Nordeste/Semiárido, de modo a pensar sobre os sentidos construídos linguístico-discursivamente sobre essa região, entendendo-a como “solo movente”, visto que os sentidos sobre um território são construídos nas práticas discursivas imbricadas com as práticas não-discursivas e sociais, como vemos nas ideias de Albuquerque Jr (2011), reiteradas por Santos (2022), e que implicam significações e características que são partilhadas entre pessoas. Portanto, região, como “solo movente”, é uma invenção construída na enunciação, em diálogo com as práticas sociais, visto que, como entende Albuquerque Jr (2011), e reitera Santos Filho e Santos (2021), região, nesse estudo o sertão, está para a produção de enunciados e imagens que se repetem no imaginário social, já que, como entende esse pesquisador, ela é um produto de uma operação homogeneizadora que

ocorre no confronto com forças que dominam outras regiões. Logo, é móvel e atravessada por relações de poder. Para a atividade, o material escolhido foi a obra intitulada “Ser tão”, de 2016, de autoria de Fábio Monteiro e com ilustração de Mauricio Negro, da editora Paulistana. Essa escolha se justifica devido à temática. Segue a capa da obra:



Figura 01: Capa do livro Ser Tão.

Fonte: Monteiro (2016).

Neste sentido, objetivo realizar uma leitura enunciativo-discursiva sobre esse livro literário infantil, que possui como (suposto) referente o Sertão, buscando compreender como a narrativa (re)enuncia sentidos sobre o Sertão, Nordeste, Semiárido e como as ilustrações, cores, tons, aspectos imagéticos são mobilizados para produzir sentidos. Busco analisar as ilustrações e problematizar como um livro literário infantil, indicado para crianças de 6 a 10 anos de idade, traz traços de obras de Arte subjetivas como ilustrações infantis, surrealistas, e quais as implicações positivas e/ou negativas para o público alvo dessa narrativa. De modo geral, objetivo compreender como o Sertão é (re)enunciado na literatura infantil, interpretando quais sentidos são forjados sobre esse espaço.

Entendo que esse trabalho é significativo para o conhecimento científico, o saber acadêmico e social, visto que pensa o processo de desenvolvimento educacional do público infantil, já que, como problematizam Martin e Souza (2021), as crianças se prendem nas ilustrações e nos sentimentos que são transmitidos ao ver imagens, e um cenário de solo

rachado, como veremos no Capítulo 04, pode não significar nada para as crianças, ou pode frustrá-las, porque não há imagens, ilustrações, tal como veremos nas figuras 12 e 13 do Capítulo 04, respectivamente, a dedicatória e a folha após o final da história escrita. Neste sentido, este trabalho se faz relevante também para pensarmos que a “paisagem” é uma produção ideológica e que um dos papéis desempenhados por ela no processo social é de ordem ideológica, servindo de suporte a um conjunto de ideais e valores, como as que são mobilizadas pelo ilustrador ao produzir as ilustrações da obra, assim como as cores, a divisão das páginas, dos pedaços da narrativa, o que possui significação. Por fim, é importante para pensarmos que os discursos (hegemônicos) sobre o Sertão podem interpelar as pessoas, se o tomam como referente, quando o trazem de um modo caricato na sua construção paisagística, ilustrativa, imagética, caracterizando-o como seco, inóspito ou desértico. Vemos, portanto, que as paisagens, os discursos (re)enunciados, possuem uma função político-ideológica e sócio-histórica que funcionam a serviço de um dizer. Desse modo, a inquietação que me surge ao ler o livro infantil de cunho literário cuja narrativa se passa num sertão, no Nordeste, devido ao título “Ser tão” (mas, não só), é buscar tentar compreender como as enunciações que tem o espaço Sertão como suposto referente estão circunscritas na cadeia da vida dos sujeitos e dos enunciados, nas redes discursivas que se entrelaçam e forjam práticas sociais, as quais constroem sentidos sobre o território e o povo que o habita.

A priori, antes da realização/apresentação da leitura, situo o que é uma leitura enunciativo-discursiva, entendendo o texto como um enunciado que envolve um “eu” que fala para um “outro”, e trago esclarecimentos sobre as noções de língua e qual é a perspectiva assumida nesta leitura. Desse modo, de antemão, cabe esclarecer que me filio à Linguística Aplicada Indisciplinar, área de estudo que me permite o agenciamento de conhecimentos de outras áreas do saber, como a História, a Geografia e a Linguística, que são mobilizadas neste trabalho. Tendo em vista que LA, como nos diz Moita Lopes (2015), não se restringe a limites disciplinares e/ou teóricos, metodológicos, pois se interessa por questões que consideram que a vida social e linguagem estão imbricadas, no sentido de que, como entende Moita Lopes (2013), é impossível separar teoria das práticas sociais, porque o discurso da pesquisa é também sobre prática social e política. Também se faz importante discutir a noção de literatura para a presente leitura do texto em análise. Para tanto, dialogo com Antunes (2012), Bossato (2021), Martin e Souza (2021). Para pensar a região, o sertão, enquanto espacialidade, diálogo Albuquerque Jr (2008; 2011; 2016; 2017; 2019; 2021) e Santos (2020), estudos que nos permitem contextualizar historicamente como surgiram as construções discursivas acerca do espaço Sertão-Nordeste-Semiárido que o tomam como lugar de seca, de

miséria, de falta de água, rural, atrasado no tempo e as suas significações no decorrer da história, pensando aí como nasceu o Nordeste, e como o conceito de região é tomada como espaço “fixo”. Por fim, realizo a leitura. Após, são tecidas algumas considerações acerca da análise.

Para essa leitura, no Capítulo 02, busco discutir acerca dos estudos em Linguística Aplicada, abordando o processo de pesquisa nessa área, de modo a refletir também sobre o seu objeto de estudos, de modo que mobilizo discussões trazidas por Moita Lopes (2013; 2015) e Santos Filho (2017; 2020), para pensar sobre os constructos teóricos e metodológicos que têm norteado a pesquisa em LA na contemporaneidade. Para tanto, também diálogo com Santos (2022), que traça um percurso histórico acerca das construções linguístico-discursivas e sócio-histórica sobre as noções de “sertão” e analisa uma reportagem propagandística da TV Gazeta de Alagoas, que refrata os sentidos que se tem desse espaço, dessa “região”. Para essa análise, também estabeleço diálogos com Albuquerque Jr (2011), visto a importância das discussões acerca da interface linguagem e território, pensando a possibilidade de uma “geografia discursiva”, como discute Santos Filho (2022), a qual, segundo o linguista, está para um estudo em linguagem que nos proporciona uma desconstrução da ideia de território, nesse estudo o Sertão, enquanto um espaço dado, pré-existente aos sujeitos, como problematizou na disciplina de Letramento e Educação no Semiárido. Para essa leitura, também trago discussões de Moita Lopes (2002; 2004; 2006; 2013; 2015; 2022), para situar as noções de língua assumida e me vincular à Linguística Aplicada Indisciplinar que entende que as práticas de linguagem estão vinculadas às práticas sociais, havendo esse diálogo entre língua(gem) e vida social, considerando, portanto, que os indivíduos vivem/constroem suas vidas sociais por intermédio da linguagem nas práticas linguísticas em que estão situadas. Desse modo, dialogo com Santos Filho (2012) e Antunes (2012), de modo a entender o que é uma leitura enunciativo-discursiva, dialogando com pressupostos bakhtinianos.

No capítulo 03, discuto acerca da construção linguístico-discursiva acerca do Sertão, Nordeste e Semiárido, pensando, para tanto, o percurso sócio-histórico, os acontecimentos que possibilitaram que o Sertão fosse “raptado” das outras províncias do país ainda no século XIX, porque até então o sertão estava todo o Brasil, como discute Albuquerque Jr (2021), para ser utilizado para se referir às zonas limítrofes das províncias da região Norte, e posteriormente, já no século XX, Nordeste. Desse modo, busco traçar esse percurso sócio-histórico, político, ideológico, dialogando com Santos (2022) e Albuquerque Jr (2011), que nos ajudam a entender como o discurso da seca, que toma essas espacialidades como uma, ganham hegemonia e perduram até os dias atuais, apesar de vermos outros discursos

circulando. Além disso, pode-se problematizar quais instituições contribuem com a manutenção de significações estereotipadas.

No capítulo 04, mobilizo ideias de Antunes (2012), Bossato (2021), Martin e Souza (2021) e Goh (2022), para discutir as noções de Literatura, em especial a Literatura infantil, reflexões necessárias para a compreensão da leitura de modo a entender o que é um texto literário, assim como os que são direcionados para o público infantil, entendendo também a estruturação desse livro, o papel das construções imagéticas e das cores. Dialogo com Besse (2014) para situar as noções de paisagem para ajudar a pensar os sentidos produzidos sobre espacialidades e territórios presentes no livro infantil aqui analisado. Pensando as paisagens, busco dialogar também como as ideias de Albuquerque Jr (2008; 2011) em relação ao conceito de região, a qual, para o historiador, nasce da produção de sentidos, ou seja, são invenções humanas, sendo, portanto, um objeto em constante construção e desconstrução. Para ela, região é um objeto em fuga, forma-se e deforma-se, envolvendo, por conseguinte, relações de poder. Portanto, enquanto pesquisadores/as precisamos questionar os discursos, às práticas que (des)constroem os espaços, no sentido de que possamos estranhar as regiões, entendendo-as como invenções linguístico-discursivas, acontecimentos históricos.

Diante dessas questões que envolvem paisagens, regiões, espaços, Santos Filho (2022) propõe uma “geografia discursiva” ou uma “geo-história discursiva”. Ou seja, um estudo em linguagem que nos proporcione estranhar, nos desfamiliarizar com os espaços enquanto limítrofes territoriais, como elementos dados, pré-existentes aos sujeitos e suas práticas sociais e discursivas. Esse pesquisador, aponta, então, pensando o trabalho de Santos (2022), para a necessidade de uma compreensão de que um território se amalgama com as práticas sociais e discursivas, envolvendo, portanto, aspectos linguístico-literários, geográficos, históricos, políticos, culturais e ideológicos, e não somente a terra, o terreno firme, como nos diz Albuquerque Jr (2011).

Nas considerações finais, busco trazer o que foi discutido ao decorrer do trabalho, de modo a trazer os resultados obtidos com a análise realizada e sua relevância para pensar em letramentos educacionais, visando entender as implicações de conhecimentos estabilizados sobre o Sertão para o público infantil, assim como os aspectos imagéticos, ilustrativos, que são, no livro literário infantil analisados, problemáticos para o público alvo, já que são crianças de 6 a 10 anos de idade, que buscam uma concretude nas narrativas lidas, visto que nessa fase estão mais voltadas para as ilustrações que apresentam aspectos lúdicos ou que dialogam com o que conhecem como real ou próximo do real, como aponta Martin e Souza (2021). Desse modo, busquei, com a análise, refletir/pensar sobre como a literatura continua a

(re)enunciar sentidos linguístico-discursivos hegemônicos sobre o Sertão, Nordeste e Semiárido, tomando esses espaços como uno. Passamos a entender que enunciados literários acerca dessas regiões são forjados e reafirmados nas nossas práticas discursivas e sociais, que são perpassadas por questões político-ideológicas, econômicas, sociais, culturais e identitárias, que envolvem relações de poder.

CAPÍTULO 02

O PENSAR A VIDA E FAZER PESQUISA: TEORIZAÇÕES EM LINGUÍSTICA APLICADA

Inicialmente, cabe destacar que na análise do livro literário infantil “Ser tão”, de autoria de Fábio Monteiro e com ilustração de Maurício Negrão, conforme já mencionei na Introdução (Capítulo 01), realizo uma leitura enunciativo-discursiva, que se pauta em pressupostos da noção de “enunciação concreta”, do Círculo de Bakhtin, pensando uma pesquisa qualitativa, que procura entender e interpretar fenômenos sociais em contextos situados. Essa metodologia que possui bases metodológicas do paradigma interpretativista, que não apaga a participação de pesquisadores/as na construção do campo de referência, como situa Signori (1998), e que busca interpretações acerca dos significados culturais, como entende Bortoni-Ricardo (2008). Essa pesquisadora vem nos esclarecer que a perspectiva interpretativista entende que não há como observar o mundo de forma separada das práticas sociais e significados vigentes. Desse modo, esse paradigma busca estudos que detalham situações específicas, considerando o contexto sócio-histórico, a interpretação das ações sociais e o significado que os/as sujeitos/as conferem às ações sociais. Assim, enquanto pesquisadores/as interpretativistas nos interessamos por um processo que ocorra em determinado ambiente para buscamos saber como sujeitos sociais envolvidos o interpretam.

Então, para esse estudo, neste Capítulo 02, objetivo me debruçar acerca das noções de língua(gem) que estão vinculadas aos pressupostos da Linguística Aplicada (doravante LA), visto que essa área entende que o conhecimento está conectado à vida, de modo que busca problematizar práticas discursivas e sociais, entendendo-as como indissociáveis. Nesse sentido, busco discutir os pressupostos teóricos norteadores e a produção de teorizações em LA, área que busca ter conexões e trazer inteligibilidades sobre questões que envolvem a vida social, entendendo que a linguagem tem um papel central nisso. Para tanto, busquei dialogar com Moita Lopes (2004; 2006; 2013; 2015) e Signorini (1998), pensando as problematizações acerca da língua(gem) e do processo de pesquisa nesta área do saber, assim como teorizações e concepções assumidas neste trabalhando, de modo a tecer considerações também sobre as concepções que não serão assumidas.

Nesse sentido, buscarei pensar, de modo geral, o processo de pesquisa em LA, as teorizações acerca do processo de pesquisa, refletindo sobre as noções de língua(gem) assumidas, assim, também buscarei pensar sobre o que é uma leitura enunciativo-discursiva,

pensando as noções de enunciado e enunciação concreta. Para tanto, buscarei dialogar com Santos (2022) e Santos Filho (2012;2017), que também serão mobilizados para tratar acerca da esfera literária, assim como Antunes (2012), discutindo acerca do texto literário. Desse modo, dialogo com Santos (2022) e Bakhtin (2003) para pensar os pressupostos da enunciação concreta do Círculo de Bakhtin, e com Signorini (1998), de modo que possamos entender o *corpus* de estudo, as práticas discursivas, aqui em análise, como objeto complexo, não residual e múltiplo, pois é permeado por especificidades situacionais, tais como a cultura, a história e a geografia, por exemplo.

2.1 Teorizações e processos de pesquisa em LA na contemporaneidade.

Considerando com Moita Lopes (2004) que a capacidade de reinvenção é crucial no mundo da pesquisa, a questão que se coloca na LA na contemporaneidade, segundo Moita Lopes (2006), é justamente como reinventar a vida social, o que inclui as formas de produzir conhecimento, visto que a pesquisa é um modo de construir a vida social ao tentar entendê-la. Enquanto linguistas aplicados/as contemporâneos/as, precisamos nos preocupar com novas teorizações acerca das novas formas de compreender a vida, tendo em vista a relevância da linguagem para compreender a vida social contemporânea, a qual têm oferecido intravisiões singulares sobre o discurso, como situa Moita Lopes (2004). Diante disso, há a necessidade de pensar o mundo por um olhar não-ocidentalizado, já que a perspectiva ocidentalizada propicia a desconstrução de outras lógicas de vida e formas de produzir conhecimento, visto que toma as produções de conhecimentos como imunes, separadas, das questões sociais, entendidas como se não tivessem a ver com os modos como as pessoas vivem, assim como os seus sofrimentos, projetos políticos e desejos.

Ainda pensando a contemporaneidade, Moita Lopes (2006) defende um projeto ético de renovação/reinvenção da existência que as áreas de investigação têm de abraçar, qual seja, o de como lidar com as diferenças com base na compreensão de nós mesmos como outros, defendendo a responsabilidade e a solidariedade para com o outro na vida e em novas formas de conhecer. Esse também é um projeto social e epistemológico, pensando, portanto, uma pluralidade de conhecimento e compreensão. Nesse sentido, o pesquisador defende, para a LA, uma agenda ética de investigação que envolve um processo de (re)narrar/descrever a vida social como se apresenta, o que envolve compreendê-la. Tal entendimento é necessário para que nós enquanto linguistas aplicados/as possamos situar o nosso trabalho no mundo, buscando não incorrer em uma produção que não responda a questões contemporâneas.

Dentro desses princípios éticos, segundo Moita Lopes (2004), de fundamental importância na investigação e em outras práticas sociais está a escolha quanto aos valores que devem ser focalizados, tendo em vista que é preciso excluir os que causam sofrimento humano ou façam mal. Pensando, então, os percursos investigatórios, Signorini (1998) nos aponta que eles tendem a operar deslocamentos e rupturas que escapam a uma demonstração pura e simples do poder explicativo de dado aparelho conceitual, mesmo quando se propõe a fazê-lo, refletindo acerca dessa questão. Dessa maneira, Santos Filho (2019) nos diz que se faz necessário uma rediscussão do conceito de língua. Para tanto, abordarei posteriormente, ainda neste capítulo, tal proposta, a partir das ideias de Luiz Paulo da Moita Lopes. Diante

disso, Moita Lopes (2006) entende que enquanto linguistas aplicados/as devemos considerar que reinventar a vida e fazer pesquisa perpassam pela reinvenção da emancipação social, que incorpora os diferentes grupos marginalizados, já que fatores políticos, econômicos e culturais não podem ser separados, no sentido de que possamos construir a compreensão da vida social com eles, com suas perspectivas e vozes presentes. Em LA, segundo Moita Lopes (2004), se queremos produzir conhecimento que tenha relação com os modos como as pessoas agem e vivem nas práticas sociais, mudanças relacionadas à vida política, sociocultural e histórica devem afetar a pesquisa que fazemos, assim como os modos de entender as metodologias e as teorizações que nos inspiram. Nesse sentido, não há como, enquanto pesquisadores/as de linguagem, produzir conhecimento que não considere as mudanças que vivemos na atualidade. Diante dessas questões, esse linguista reflete que é tempo de repensar os percursos epistemológicos que têm nos orientado na pesquisa.

Tendo em vista tais considerações, nós que pesquisamos em LA precisamos atuar para além do campo linguístico, da área de linguagem, e nos aproximar de áreas que tratam também do social, do político, do histórico, do ideológico, no sentido de que tais propostas são condições para que a LA fale à vida contemporânea, mas com base nas discussões que estão atravessando outros campos das ciências sociais e humanas, visto que muitas questões sobre linguagem são abordadas por pesquisadores/as fora do campo linguístico, como nos diz Moita Lopes (2006). Desse modo, ela pode compreender a complexibilidade das questões que nos confrontadas na vida.

Assim, Moita Lopes (2004) nos traz o entendimento de que a área de estudos da linguagem não deve permanecer isolada de outras Ciências Sociais e Humanas, visto que só é possível estudar mais profundamente a linguagem em uso na contemporaneidade se nos aproximarmos de estudos da Sociologia, Psicologia, Geografia, História, da Literatura etc., pois são áreas que estão abordando questões de natureza da vida social, e que, portanto,

necessitamos nos ater para ler sobre linguagem e vida contemporânea. Por tal entendimento, esse pesquisador coloca a LA como área de estudos híbrida/mestiça, sendo assim, teórico e metodologicamente, indisciplinar, que é um modo de produção de conhecimento cada vez mais prevalente nas ciências humanas e sociais. Com isso, pensando a inovação em pesquisa, Moita Lopes (2013) propõe uma produção de conhecimento das margens, que são entre lugares, onde o crucial são incertezas das fronteiras, que colocam em xeque uma epistemologia territorializada, fundada na ideia de língua nacional e um estado nação, que não faz sentido no mundo de fronteiras porosas em que vivemos. O pesquisador nos propõe a produção de conhecimentos mestiços e híbridos com base na construção dos objetos de estudo de forma complexa, o que implica atravessamentos disciplinares, tendo em vista que as paredes nas subáreas dos nossos campos não fazer muito sentido. Por isso, é preciso cruzá-las no tratamento de questões comuns.

Pensando tais questões, Moita Lopes (2013) diz que é preciso apostar em discursos que reinventem a vida social, considerando esse mundo hiper-semiotizado em que vivemos e que faz surgir outras histórias sobre a vida, pois esse é o mundo da mobilidade linguística-textual e da mobilidade de pessoas, da super-diversidade. É um mundo que é construído na linguagem como performance, que nos constitui também em performance, que torna visíveis discursos emergentes. É esse o lugar da LA enquanto um campo de estudos em linguagem, o das margens dos lugares, da política e dos discursos emergentes, os quais só são possíveis nas margens, nos lugares, no trânsito, onde a vida social da produção do conhecimento e outras se desenvolve. Desse modo, pode haver inovação em pesquisa. Nesse sentido, entendemos, com Signorini (1998), a LA como uma espécie de interface que avança por zonas de fronteiras disciplinares, ultrapassa a área de linguagens, sendo, portanto, zona limítrofe e de bifurcações, em que se tornam móveis as linhas de partilha dos campos disciplinares, em que são reconfigurados os construtos tomados de diferentes áreas de conhecimento, os quais passam de instrumento a objeto de reflexão prestes a diferirem em função de questões de interesses novos e específicos.

A pesquisadora entende que a LA tem buscado a língua real, falada por falantes reais em suas práticas reais e específicas, o que ocasiona a especificidade do objeto da LA, que é o estudo de práticas específicas de uso da linguagem em contextos específicos, o qual se constitui como campo outro, não transparente ou neutro. Nesse sentido, conforme aponta Santos Filho (2019), a LA vai assumindo outra postura, que é a da condição da interface. Logo, conforme aponta Rajagopalan (2003), a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, em que se manifestam as injustiças sociais. Assim, a consciência crítica

começa quando percebemos que é intervindo na linguagem que fazemos valer nossas reivindicações. Desse modo, dialogando com o pesquisador, entendo que trabalhar com a linguagem é agir politicamente e as atividades de teorizar não são neutras, visto que é na linguagem que buscamos respostas para os enigmas em torno da vida humana, no sentido de que trabalhar com a linguagem é intervir na realidade social.

Diante de tais considerações, o estudo das práticas, segundo Signorini (1998), pode ser visto a partir de um conceito múltiplo não unificado, produzido por percursos transdisciplinares de reflexão sobre essas práticas, em que as variáveis impregnam as formas linguísticas em uso e as constituem, assim como vão constituir a especificidade da língua em estudo. Logo, a investigação está orientada para as regularidades locais e não universais, no sentido de que está para as relações moventes, não as entendendo como já lá, dadas, mas nos modos de funcionamento do linguístico em condições dadas de uso. Portanto, está numa lógica de multiplicidade de rupturas e do movimento, produzindo uma configuração específica e provisória, não isenta de reduções, mas que procura ter a especificidade, o novo e complexo como elementos constituintes do objeto a serem contemplados pela reflexão.

Desse modo, enquanto linguistas aplicados/as precisamos nos situar nas fronteiras, em que as áreas de investigação se encontram, conforme situa Moita Lopes (2006; 2013), no sentido de que possamos perpassar os limites teóricos e práticos, visto que estamos imbricados/as no conhecimento que produzimos. Esse pesquisador nos diz que a posição da fronteira é do trânsito epistemológico, no sentido de que nos possibilita pensar diferente, tematizar o que não seria tematizado, de modo que na LA consideramos impossível separar teoria das práticas sociais, já que entendemos que o discurso da pesquisa é também sobre prática social e política, aspectos que são inseparáveis de pesquisa.

Entendemos, portanto, com Moita Lopes (2006), pensando uma proximidade crítica, que, na LA, teoria e prática não se separam na formulação do conhecimento, e devemos operar numa visão de construção de conhecimento que compreenda a pesquisa na perspectiva de várias áreas do saber, integrando-as, já que uma única área é insuficiente para dar conta das questões do mundo fluido, complexo e contingente em que vivemos. Nesse sentido, a LA precisa construir conhecimento que explodam a relação entre teoria e prática ao contemplar as vozes do Sul, não colocando os sujeitos nas visões de linguagem e produção de conhecimento no vácuo social, conforme aponta Moita Lopes (2004), apagando suas sócio-históricas. Ou seja, a LA considera os sujeitos e suas vivências, suas visões, no sentido de que não cause apagamentos, exclusão de vidas. Portanto, tais pressupostos teórico-metodológicos da LA me permitem o agenciamento de outras áreas do saber, como a História, Geografia, para pensar o

objeto de pesquisa que me proponho a analisar, assim como pensar a sócio-histórica acerca das espacialidades, regiões, territórios, buscando compreender os discursos acerca dos espaços.

Assim, como Santos (2022) argumenta, a LA considera a subjetividade/intersubjetividade e entende que os sujeitos se constroem nas interações e nas práticas de linguagem, de modo que “sujeitos” e o “objetos” de pesquisa não se separam, no sentido de que os sujeitos e seus usos linguístico-discursivos passam a ser o foco, considerando, então, os atravessamentos com questões de raça, cor, gênero, sexo e território, ao focalizar as imbricações entre práticas discursivas e sociais. Diante de tais considerações e entendimentos acerca da LA, interessa-me debruçar-me, para essa leitura, em pressupostos da LA Indisciplinar, pois é uma área de conhecimento que vem buscando compreender as especificidades da linguagem em uso, das práticas de discursos nos diferentes gêneros discursivos e nas diversas esferas de atividades humanas, em meio a esse cenário linguístico-discursivo complexo, em que o Português é usado por razões sociolinguísticas diversas como resultado dos processos de superdiversidade em que vivemos, os quais têm efeitos linguístico-discursivos locais em nossas vidas sociais, conforme nos diz Moita Lopes (2013). Isso implica uma abordagem interpretativista, que busca interpretar significações imbricadas com as práticas sociais, já que, conforme argumenta Santos (2022), realidades são forjadas nos usos da linguagem por parte dos sujeitos, já que territórios são forjados nos usos da linguagem. Seguindo esses pressupostos, entendo, com Moita Lopes (2013), que se referir às práticas linguísticas exige o entendimento da língua como um fazer em contextos sociais determinados, compreendendo também que a estrutura linguística envolve a atividade repetida, de modo que envolve a repetição e a mudança, no sentido de que essa prática é que possibilita a existência da língua.

Então, para essa leitura enunciativo-discursiva, compreendemos a língua em uso como objeto de estudos, que é complexa, não residual e híbrida, de modo que, como afirma Santos (2022), a linguagem é entendida como atividade, um sistema de ações realizadas em contextos sociais e comunicativos determinados. Logo, Moita Lopes (2013) argumenta na direção de uma teorização de língua como rizoma para dar conta do mundo de fluxos em que vivemos e defende a construção de teorizações situadas do Português, assim como nos alerta para a relevância de compreender as ideologias linguísticas de falantes, escritores, buscando compreender o que estão fazendo com a língua ao usá-la nas práticas linguísticas como recurso comunicativo. Nesse sentido, de acordo com o linguista, um método de rizoma pode analisar uma língua ao descentra-la em outras dimensões e outros registros, o que se mostra

adequado para pensar as línguas como trama instável de fluxos que só ganham vida quando as pessoas, suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construções de significados em que atuam. As práticas linguísticas requerem a compreensão de uma língua como um fazer.

Diante de tais considerações, Santos Filho (2017) entende que o Círculo de Bakhtin enxerga a língua(gem) como um constante processo de interação mediado pelo “diálogo” e o objeto de estudos está para a enunciação concreta, no sentido de dar vida aos estudos linguísticos. Assim, a Linguística deve ter como objeto de estudos o fato linguístico, considerando os usos da língua, no contexto social e imediato, e os sujeitos, preocupando-se, com os sentidos e com a ideologia, visto que, nessa compreensão, os sujeitos realizam os usos linguísticos em suas necessidades concretas. Assim, o signo linguístico usado para significar refrata a realidade, a ressignificando, sendo, portanto, ideológico. Desse modo, a língua é entendida por esse linguista, não como abstrata, simplesmente como um sistema, mas sim como uma enunciação concreta, um fato linguístico, o qual considera o contexto macrosocial e o contexto imediato, e também os sujeitos envolvidos no processo de uso da língua(gem). Enquanto linguistas, então, devemos estudar os usos linguísticos no mundo dos significados, compreendendo as ocorrências linguísticas numa enunciação, entendendo os usos linguístico e a posição ideológica construída por intermédio dos efeitos de sentido, na relação de interlocutores situados histórico-culturalmente.

Desse modo, entendemos também como Santos (2022), Moita Lopes (2004; 2006; 2013) e Signorini (1998), que a língua, enquanto objeto de estudo da LA, é um objeto complexo, concreto, que está vinculado a redes discursivas, as quais são permeadas por fatores sociais, culturais e histórico, situacionalidades de natureza ética, particularidades, fragmentações, regularidades discursivas. Portanto, distancia-se das concepções de língua(gem) da ciência modernista que, como nos diz Moita Lopes (2013), mantém desigualdades por meio do ideal de língua pura, neutra, autônoma, apagando/ignorando os modos como as pessoas vivem/constroem suas vidas sociais por intermédio da linguagem nas práticas linguísticas em que estão situadas. Para esse linguista indisciplinar, a concepção modernista de língua está preocupada com generalizações substanciais, considerando a língua como objeto autônomo, puro, neutro, transparente e representacional, noções que são pautadas na ideia de essência e de pureza linguística, em detrimento da vida.

Desse modo, entendo, com Signorini (1998), Moita Lopes (2004; 2006; 2013), Santos Filho (2012; 2017) e Santos (2022), que as noções de língua(gem) assumida também nesta leitura se vinculam aos pressupostos da LA em diálogo com os pressupostos bakhtinianos,

chegando, assim, às noções de enunciado e enunciação concreta. Compreendemos, então, com conforme diz Bakhtin (2003), que a língua se efetua em forma de enunciados concretos e únicos, e a linguagem é vista como ação e prática social, visto que ocorre através da unidade real da comunicação discursiva, o enunciado concreto, o qual é compreendido como um tipo relativamente estável de enunciado, evento único e irrepetível na cadeia de comunicação, visto que o discurso só existe na forma de enunciações concretas pertencentes a sujeitos do discurso. Dessa forma, compreendemos que a comunicação entre sujeitos, construída na/pela língua(gem), se dá em processos interativos e dialógicos em campos/esferas de atividades diferentes, que funcionam como organizadoras da produção, captação de textos/enunciados, em gêneros específicos, os quais se desenvolvem com as demandas comunicativas no usos linguístico-discursivos dos sujeitos. Dialogando com as ideias de Bakhtin (2003), entendemos com Santos (2022) que a enunciação ocorre com objetivos comunicativos e funções sociais específicas, de modo que busca promover significações que possam estar de acordo com as especificidades do gênero discursivo enunciado, visto que é por meio dele que a língua(gem) adentra a vida e constrói significações e media relações entre as pessoas e/com o mundo.

Desse modo, nesse bojo de reflexões, conforme Santos Filho (2012), durante muito tempo o texto foi tratado como abstrato, morto, de modo que para lê-lo bastava “decifrar” palavras, frases em um texto, como se o texto tivesse surgido do nada e os sentidos estivessem grudados nas palavras. O linguista-pesquisador, então, argumenta que Mikhail Bakhtin, filósofo russo, no século passado, traz uma hipótese para o funcionamento da linguagem, a qual entende o texto como concreto, vivo nas práticas de sujeitos reais e históricos. Segundo esse linguista, Bakhtin entende o texto como enunciado, ou seja, uma fala de um “eu” para um/uma “outro/a”, em um momento histórico situado, ideológico e político, e que os sentidos do texto não estão presos, mas que são forjados nas práticas discursivas entre sujeitos no texto em questão, dialogando também com textos anteriores, no sentido de que são sempre propostas de sentidos, tentativas de produzir sentidos, e que se espera efeitos desejados, que podem ou não ser alcançados, em relação ao interlocutor, o “outro”, que pode ou não ler os sentidos propostos e ser ou não interpelado pela proposta de sentidos do enunciado.

Então, fazer uma leitura enunciativo-discursiva é entender como se dá esse processo interativo, visto que a enunciação emerge de um “eu” para um “outro”, em dialógico, porque o texto enunciado, que é forjado na interação entre sujeitos, mobiliza discursos interiores, em pensamentos, que dão a validação e avaliação de enunciados alheios, e exteriores, enunciações que ocorrem na comunicação, dando vida à enunciação concreta. Trata-se também do entendimento de que enunciamos em um tempo e espaço situados, mobilizando

ecos, isto é, outras vozes, enunciados ditos anteriormente, os quais ocorrem em um micro tempo, mas que dialogam com o sócio-histórico, conforme percebemos com Bakhtin (2003) e Santos (2020). Então, de modo geral, uma leitura enunciativo-discursiva está para a compreensão de que a enunciação, que possui pressupostos ideológicos assim como a sua recepção, é a manifestação linguístico-discursiva de um “eu” para um “outro”, em um determinado momento histórico, social, cultural e político.

Nesse sentido, para a leitura do referido livro literário infantil, de Fábio Monteiro, é necessário entendermos esse texto como enunciado, que, como diz Santos Filho e Santos (2020), se trata de um posicionamento de sujeitos sobre o mundo, que o realizam mobilizados por processos ideológicos, visto que, a partir da ideologia, os sujeitos, nos processos interativos e dialógicos da comunicação passam por orientações sociais e históricas que podem refratar a enunciação ou reenunciá-la. Assim, como Santos Filho (2017), argumenta, as escolhas linguístico-discursivas não são inocentes, possuem ideologias, intenções significativas, questões que estão para a noção de valor linguístico do Círculo de Bakhtin, o qual reside na posição assumida na utilização das palavras desse enunciado, de modo que se entrelaçam à significação, referente à estrutura linguística, e ao tema, que é a capacidade de fato de significar, que ocorre pela conjuntura situada, pela articulação dialógica de cadeias discursivas que podem significar ou não ante à interlocução.

Tendo em vista tais considerações, ler o livro infantil de cunho literário cuja narrativa se passa num sertão, no Nordeste, devido ao título “Ser tão” (mas, não só), demanda compreender como as enunciações que tem esse espaço como (suposto) referente estão circunscritas na cadeia da vida dos sujeitos e dos enunciados, nas redes discursivas que se entrelaçam e forjam práticas sociais e constroem sentidos sobre o território e o povo que o habita.

Para a análise que buscarei desenvolver no Capítulo 04, faz-se necessário uma discussão acerca da esfera literária da comunicação, em que busco mobilizar Antunes (2012), Santos (2022), Santos Filho (2012), Hunt (2010) e outros/as, para pensar os textos literários, os quais são enunciados que pertencem a determinados gêneros, e, portanto, faz-se necessário pensar a esfera de atividades em que se constituem e em que atuam, considerando, para tanto, as condições de produção, circulação e recepção do texto.

2.2 Esfera literária de comunicação

Tendo em vista as considerações anteriormente discutidas, para realizar a leitura enunciativo-discursiva do livro infantil já citado, entendendo que texto é enunciação, isto é, é

uma fala de um “eu” para um “outro”. Faz-se necessário esclarecer que o livro é uma produção literária que pertence ao gênero literário narrativo, ou seja, possui um narrador, personagens, enredo, que se passa em um tempo e em um espaço situado, o qual toma o sertão como (suposto) referente temático, de modo que propõe sentidos sobre essa territorialidade e os seus sujeitos. Nesse sentido, Antunes (2012) ensina que o texto literário tem uma função bem específica, porque supera o dizer para informar e se configura para provocar admiração e gosto, visto que a literatura anima o universo da fantasia, o mundo imaginário, ou o real transformado em ficção, e se pode admitir aí o que essa pesquisadora denomina de “pseudoenunciação literária”, porque as pessoas ou coisas referidas no texto literário não costumam condizer com o mundo real em que se dá a enunciação. Ou seja, conforme Antunes (2012), o “eu” literário não coincide com a pessoa física que fala ou atua, assim como o tempo que não coincide com o tempo real, assim como o lugar também não está para uma demarcação definida. Desse modo, o discurso possui uma espécie de atemporalidade, o qual está apoiado em uma situação inexistente, que aparenta ser verdadeira, em que se pode recuperar sentidos de representação textual. No entanto, também cabe citar que Santos (2022) diz que as escritas literárias não “representam” a realidade, mas sim buscam construir ou constroem enunciativo-discursivamente uma dada realidade. É nesse sentido que, possivelmente, Antunes (2012) diz que a literatura cria um mundo à parte que pode ser a imagem e semelhança do mundo real, ou pode não ser. Logo, acompanhando uma fala de Jeferson Tenório, em 2023, mestre e doutor em Teoria da Literatura, compreendo com esse teórico que a literatura vem para discordar da sociedade, porque as artes servem para criticar o que se tem estabilizado na sociedade, ou seja, vêm para incomodar, conforme disse o escritor na Jornada Pedagógica 2023, com o tema “Leitura e Literatura na escola: um direito de toda a comunidade escolar”, na fala intitulada de “Literatura e censura: vale tudo na escola”, organizada pela Companhia na Educação, disponível em *live* no *YouTube*. Tenório (2023) também argumenta que formar leitores vai além de colocar alunos diante de um livro, já que isso não é suficiente no contexto em que vivemos, visto que não temos acesso a livros, e somos poucos leitores. Porém, para ele, o sujeito se forma leitor/a na coletividade, conversando com o outro, falando sobre o que leu. Assim, a literatura também tem o poder de suspensão da realidade e colocar em outra temporalidade, outro espaço, outro tempo.

Antunes (2012) entende que a fuga ao mundo real pela imaginação pode legitimar reinvenções nos modos de dizer, visto que o mundo outro, imaginário, evidencia-se pela construção de um novo dizer, ou pela “desconstrução da linguagem”. Logo, a pesquisadora nos diz que a “beleza lettral” é a forma adequada de caracterizar o modo da literatura

significar. Sendo assim, a função do texto literário é causar uma sensação de gosto, “estado de graça” que as artes e as emoções estéticas podem nos causar. Para Andruetto (2017), a literatura deve provocar, e não dizer o certo ou errado, no sentido de que pode oferecer um espaço de liberdade para nos encontrarmos com nós mesmos, pois, quando não, se torna somente um instrumento da moral, da Educação ou de outra área cultural. Nesse sentido, Hunt (2010) entende que lemos literatura diferente das produções não literárias, porque podemos extrair dos textos literários sentimentos, emoções ou sensações. No entanto, no caso dos livros literários infantis, não podemos esquecer que são adultos quem os escrevem. Logo, o autor alerta que, inevitavelmente, há uma espécie de controle, no qual estão envolvidas decisões morais, éticas, sócio-culturais e político-ideológicas. Logo, o livro direcionado para o público infantil é ou pode ser usado para formar as opiniões da criança. Ou seja, os tipos de leitura que os livros infantis recebem das crianças envolvem aquisição de cultura e língua (mas não só), o que significa dizer que a definição “não funcional” da literatura não se aplica ou se exclui à literatura infantil, que será melhor abordada posteriormente.

Desse modo, é interessante perceber com o texto de Silva (2021), em que traz discussões com Miskolci (2015b), Novaes (2019), Geraldi (2010) e Dalcastagné (2018), que a literatura apresenta um discurso sobre a vida social, logo, pode ser um espaço de resistência, já que pode trazer uma perspectiva vivida de fatos reduzidos ou ignorados por parte da sociedade e/ou pela história. Sendo assim, acrescento que também pode ser um instrumento de perpetuação/manutenção de significados estabilizados acerca de construções sócio-culturais vigentes, se considerarmos os discursos tomados como hegemônicos, que são recorrentemente (re)enunciados pelos veículos de comunicação em massa, por exemplo, em nossa cultura, o que podemos verificar melhor no Capítulo 04 deste trabalho.

Desse modo, entendo, como situa Silva (2021), que as obras literárias, como a narrativa literária infantil em análise neste trabalho, podem apresentar conflitos político-ideológicos de um tempo, em que, por exemplo, podem ou não nascer de uma postura crítica, investigativa, denunciatória, assumida pelo/a escritor/a frente a um cenário político-ideológico complexo, como o que vivemos atualmente, como aponta Moita Lopes (2013; 2004). Silva (2021) aborda também que a literatura brasileira apresenta um caráter hegemônico, perfil que é reflexo do perfil social do escritor aceito, “válido”, na sociedade, que é o dos homens, heterossexuais, brancos, de classe média e que as editoras consideram prioridade para publicações. Então, percebo, conforme nos diz Hunt (2010), que a “literatura” é a escrita autorizada e priorizada por uma minoria influente, que se atenta a um “cânone” que prioriza um grupo e um discurso, alienando o resto, apagando/ignorando demais grupos e

discursos. Quando os perfis sociais que aparecem nas narrativas são de vidas que estão distantes do perfil social "hegemônico" apresentam os papéis inferiorizados, mas é importante observar que não somente os/as sujeitos/as são percebidos/as dessa forma, já que, com as discussões do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, podemos compreender que há espaços, regiões, narrados de forma marginalizadas e estereotipadas como o Nordeste, o Sertão e o Semiárido, espacialidades que são construídas e tendem a ser apresentadas majoritariamente como uma, narradas e adjetivadas como regiões e sujeitos “constitutivos” periféricos, marginalizados, como sendo uno, e sempre o “outro”, como aponta Albuquerque Jr (2021).

Antes de retomar as discussões sobre literatura, acho válido refletir brevemente sobre as considerações trazidas por Silva (2021) acerca dos perfis "válidos/viáveis", para publicar livros pelas editoras de “grande alcance”. Então, acrescento que além desse perfil considerado pelas grandes editoras do país, há também uma necessidade de reflexão interna em relação aos “espaços” em que estão concentradas as editoras consideradas como de “grande” alcance, de “prestígio,” e quais os autores que têm obras publicadas nessas editoras, e os critérios para a “escolha” das narrativas consideradas para publicação. Tais questões se fazem necessárias de serem pensadas, quando consideramos que as “grandes” editoras possuem intenções de vender um “produto,” uma ideia, e partem de um lugar político-ideológico situado hegemonicamente, ou não, se pensarmos os cânones da literatura regionalista que possuem como (suposto) referente o Sertão, Nordeste, Semiárido, e como esse(s) território(s) é(são) (re)narrados pelas obras publicadas por tais editoras e outras de menor alcance.

No entanto, cabe aqui, brevemente, considerar que a editora do livro que analiso é a Paulinas, com sede em São Paulo, região Sudeste, e o escritor, Fábio Monteiro, ganhou o prêmio Jabuti em 2º lugar em 2016, curiosamente (ou não) foi no mesmo ano de publicação do livro *Ser Tão*. A obra premiada, na categoria juvenil, foi *Cartas a Povos Distantes* de 2015. E o livro “*Ser Tão*” em 2022 passou a compor o Clube de Leitura ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), vida terrestre, que almeja incentivar crianças a se envolverem com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Tais fatos nos permitem refletir acerca das considerações abordadas por Silva (2021), que problematiza sobre o modelo de vida social valorizado e aceito no meio social e pelas editoras de “prestígio”, a saber, autores homens cis, brancos, de classe média e moradores de regiões consideradas pelos discurso como “grandes centros urbanos”. Diante de tais considerações, é possível perceber, com Hunt (2010), que é a cultura dominante, cistheeronormativa, como aponta Santos Filho (2020), que

decide o que é “literatura” e o que é um “bom” texto, assim como sua classificação enquanto literário ou não.

Para pensarmos as tais problemáticas, podemos pensar, a partir de Colomer (2011), justamente essa tendência do que é colocado pela cultura hegemônica, quando pensamos a valorização da literatura infantil ao longo do tempo, a qual foi por um tempo "invisível" para os meios de comunicação, mas que, nas últimas décadas, os estudos literários sobre literatura infantil intensificaram seu desenvolvimento através da perspectiva multidisciplinar. Foi aí que a situação melhorou significativamente, por causa dos vários fenômenos que geraram pressão no mercado, como os fenômenos dos livros de Harry Potter, da saga Crepúsculo e os romantismos sombrios, os quais chamaram a atenção da mídia, ao abordar dimensões sociais e econômicas de objeto cultural. As editoras caminham na direção da supervalorização dos *best-sellers* e dos audiovisuais, que também abordam perfis sociais infantis nas sociedades, voltando a atenção também para a literatura infantil. Dessa forma, com o desenvolvimento de novas tecnologias em massa, há uma certa democratização com a internet, clubes de leitura e debates nas redes sociais sobre literatura. Notamos que a literatura infantil acaba sendo um produto cultural numa sociedade de consumo, em que uma minoria influente pressiona e critica as editoras quando (supostamente) perde os critérios culturais do funcionamento real do mercado. Tem-se, então, uma batalha para a literatura, já que há o que Colomer (2010) chama de “uma maré de mediocridade,” visto que, a cada ano, milhares de livros novos ameaçam o interesse dos leitores e acabam fomentando os estereótipos, a moda, o didatismo e os valores mais conservadores.

Desse modo, retomando as discussões sobre literatura, diante de tais discussões anteriores, percebo que o texto literário é complexo, visto que é resultado de um processo que lida com o linguístico e com o estético. Assim, quanto mais se busca ampliar a liberdade de escolha do modo de significar ou dizer, mais complexo o texto se torna. Antunes (2012), então, diz que a literatura é a saída encontrada para nos libertar das imposições da língua(gem), no sentido de que a relevância ou o teor de informatividade presentes no texto literário estão na não submissão dos modos de dizer da norma da língua. Os textos literários, portanto, exigem um modo próprio de leitura e interpretação. A literatura, conforme coloca Brait (2000), é uma forma privilegiada de linguagem.

Com tais considerações, percebemos, como aborda Machado (2001), que a literatura tem um papel significativo na formação das crianças, visto que permite sonhar, enfrentar medos, vencer angústias, viver outras vidas, conhecer outros lugares, desenvolvendo a imaginação. Além do mais, também acessa uma parte da herança cultural humana, sendo

assim uma ferramenta para os/as ajudar a crescer e se desenvolver com plenitude, como diz Hunt (2010). Para a escritora, uma história que não surpreende pode não ter uma boa qualidade, visto que o bom texto precisa surpreender por meio de imagem ou situação diferente, por exemplo. No entanto, ao ler Hunt (2010), percebo que há subjetividade na definição de um texto enquanto “bom”, pois pode ser bom em diferentes sentidos, em diferentes contextos, com diferentes funções, para diferentes públicos ou pode depender de para quem se direciona, quem o ler de fato, e a definição de que um texto é “melhor” que outro se dá em termos construídos e validados sócio-culturalmente.

Com Hunt (2010) também é possível perceber que há uma tensão em relação à aceitação intelectual da pluralidade de sentidos da palavra literatura, já que esse conceito acaba sendo definido pelo sistema cultural dominante e aceito de modo subconsciente. E, desde o início, conforme aponta Colomer (2011), os estudos literários se desentenderam com a literatura infantil, então, precisou construir, legitimar e sustentar um núcleo de experiência literária autêntica, e, então, foram atraindo o olhar da crítica literária, a qual, por décadas, só aceitou a literatura infantil dos próprios críticos, mas somente após empreender uma luta para se entender com a “literatura”. Seguindo as ideias de Hunt (2010), nota-se que essa máxima de que a teoria e a crítica sobre a literatura seria aos dotados de “intuição treinada” somente exclui os/as leitores/as infantis e os livros para crianças. Nesse sentido, Colomer (2011) entende que a literatura infantil é um campo de estudo sócio-cultural com uma encruzilhada de tensões entre áreas e tendências minoritárias e majoritárias e o campo literário não se divide em dois, assim como a função moral não se limita aos livros infantis.

Diante disso, Hunt (2010) nos alerta para o fato de que não pode haver uma definição única de literatura infantil, e a própria definição de texto dentro do campo é problemática, visto que existem divergências teóricas, no sentido de há uma confusão entre qualidade e o público, que tem agrupado livros para crianças com os livros de “cultura popular”, de “baixo nível”. O pesquisador aponta ainda que é difícil especificar se um texto é ou não é literário apenas ao observá-lo, mas que é preciso perceber mais o valor que se atribui a ele do que as características que possui, o que o caracterizaria enquanto literário ou não, mesmo que tais obras tendam a apresentar determinados aspectos linguísticos, os quais representam uma função de mensagem “autosuficiente”, assim como existem marcadores textuais típicos. Para ele, tais aspectos não fazem do texto “literatura”, visto que é o contexto cultural que determina essa classificação.

Essa percepção é necessária para pensar a literatura infantil, porque, na maior parte das vezes, existe a suposição de que há um “registro” adequado dos livros para crianças, que

apresente, por exemplo, elementos como palavras e estruturas características que identificariam o tipo e o conteúdo, o qual também é tido como limitado. Logo, se as características superficiais da literatura são uma decisão cultural, os livros para crianças são excluídos do juízo de valor, já que as normas culturais não seriam aplicadas a um gênero pouco considerado. No entanto, Hunt (2010) nos chama atenção para não esquecermos de que, se queremos estudar nesse campo, estamos lidando com textos destinados ao público infantil criados por adultos em um ambiente social complexo. Logo, devemos nos atentar para tais fatos, visto que as crianças tendem a formar laços emocionais com figuras maduras, a ter dificuldades em relação a coisas abstratas, a ter menor grau de concentração que os adultos e estarem vulneráveis a percepções imediatas, no sentido de que se adaptam mais facilmente que pessoas mais maduras, o que tem implicações para quem escreve.

Além disso, o pesquisador aborda que existem pesquisas que apontam para indícios de que as habilidades cognitivas das crianças se desenvolvem numa lógica comum, mas há discussões sobre até que ponto podem ser identificados esses "estágios", já que em estágios diferentes as crianças podem apresentar atitudes diferentes em relação ao medo, à morte, às perspectivas. Ou seja, podem apresentar outras percepções sociocognitivas, sensoriais e psicossociais. Podem ser mais abertas ao pensamento mais radical e aos modos de entender o texto, assim como podem ser mais flexíveis ao recebê-lo/percebê-lo. Assim como poderão tomar a linguagem como uma área para a exploração lúdica, ou seja, para a brincadeira, o jogo, a diversão, já que a brincadeira é dita/tida como elemento natural do seu perfil. Desse modo, são menos limitadas por esquemas fixos e acabam tendo uma visão mais abrangente. Porém, as crianças podem ter menos conhecimento sobre a linguagem e as estruturas dos livros, assim como são instáveis as distinções que fazem entre fato e fantasia, entre o desejável e o real, além de terem capacidade de atribuir características humanas a coisas, objetos, não humanos, de forma menos controlada que pessoas mais maduras.

Nesse sentido, Hunt (2010) diz que as crianças pertencem a uma cultura diferente, uma anticultura ou contracultura, visto que pertencem a uma cultura oral, ou seja, podem apresentar diferentes formas de pensar e lidar com os diferentes gêneros textuais. O autor diz ainda que a infância não é um conceito estável, visto que depende das concepções culturais vigentes em dada cultura, e que tendem a passar por modificações sócio-históricas e contextuais. Portanto, não se pode esperar que a literatura definida pela cultura também seja estável.

Por tais considerações, é preciso cautela em relação às interpretações de um livro feitas quando ele é publicado e as realizadas em outros momentos, em diferentes contextos

sociais, já que a cultura do livro toma decisões sobre a infância, podendo a criar ou a destruir. Então, ao trabalharmos com livros literários infantis, precisamos pensar se um determinado texto foi expressamente escrito para crianças com infâncias “legitimadas” hoje. É possível notar, portanto, que definir a literatura infantil pode parecer uma demarcação, mas é apenas na medida em que o objeto necessita de alguma delimitação para ser trabalhado. Porém, acerca da instabilidade da infância e suas significações e visões culturais, o livro para crianças pode ser definido em termos de leitor implícito, mas com uma leitura cuidadosa pode ficar claro a quem o livro se destina.

Nesse sentido, cabe, portanto, pensar os elementos que se fazem importantes em alguma medida para a textualidade dos textos infantis e infantojuvenis, visto que abordo uma análise no Capítulo 04 de um texto literário infantil. Desse modo, Goh (2022) nos apresenta elementos importantes para a textualidade dos livros infantis e infantojuvenis, a qual está para um modo múltiplo de conexão ativado na comunicação, que junto ao contexto e a interação proporcionam o entendimento dos sentidos do texto. Assim, existem elementos que podem ser critérios para avaliação de livros infantis e infantojuvenis, como a situacionalidade, que está para fatores que podem tornar o texto relevante em determinada situação comunicativa, ou seja, a contextualização da obra pelo leitor/a, no sentido de que o leitor pode internalizar o livro e o ressignificar de acordo com suas percepções sobre o mundo, suas vivências, emoções, percepções sócio-políticas, ideológicas. A informatividade, a qual diz respeito ao grau de imprevisibilidade ou redundância que podem estar presente nos textos, e, na literatura infantil e infantojuvenil, esse elemento está para o inusitado, que pode ser tanto pela temática quanto pelas escolhas lexicais, pelas metáforas e pela oralidade, conforme nos aponta Goh (2022). Portanto, quanto mais criativas as ilustrações e o texto forem, maior informatividade pode apresentar. Além desses elementos, há a intertextualidade, que são as diversas maneiras que um texto pode fazer referência a outro(s), no sentido de que podem estabelecer diálogos explícitos ou implícitos com dizeres anteriores. Há a intencionalidade, que são os modos de utilização dos textos pelos sujeitos para a sua utilização comunicativa, ou seja, está para a intenção que os livros trazem.

Goh (2022) também nos diz que a literatura infantil e infantojuvenil podem trazer o caráter pedagógico, mas também sensações, situações fictícias ou baseadas no real, priorizando a sensibilidade e a função estética, de modo que almejam a intencionalidade de desenvolver na criança o hábito e o prazer de ler. Por fim, mas não menos importante, visto que é a base da textualidade, temos a aceitabilidade, a qual aborda a relevância do texto, no sentido de que os interlocutores concordam em aceitá-lo (ou não). E quando se trata de

crianças e adolescentes, podem acabar desenvolvendo intimidade com o texto, visto que podem adorar determinados livros mesmo que não tenham justificativa técnica. Porém, é preciso que as crianças desenvolvam interesse pela leitura, que, de acordo com Machado (2001), se divide em dois, o primeiro é a curiosidade, no sentido de que o/a adulto/a precisa mostrar interesse em relação à obra lida pela criança, e segundo é o exemplo que é essa criança pode ter, ou seja, se convive com pessoas que leem. Porém, como aponta a autora, poucas crianças vivem essa realidade.

Logo, para que um texto/livro tenha textualidade não precisa apresentar todos critérios mencionados anteriormente, mas a aceitabilidade é a base, como nos dizem Machado (2001) e Hunt (2010), mas pode vir acompanhada de alguns fatores para que o livro signifique para as crianças. A escritora, então, direciona-nos para o entendimento de que a literatura infantil e infantojuvenil precisa provocar algo, no sentido de que as crianças possam contextualizar o livro e saborear as palavras - a literatura sensível e as ilustrações presentes nos materiais têm de dialogar com os traços infantis. Ademais, a literatura infantil e infantojuvenil, segundo a linguista, tem ou pode ter a função de despertar nas crianças e adolescentes uma maneira própria de “poetizar o mundo”.

Antunes (2012), então, argumenta que a coerência, uma das propriedades constitutivas da textualidade dos textos literários, assume limites amplos assim como os princípios que definem os modos de sua ocorrência, a qual precisa ser buscada fora das previsibilidades de denotação e algumas de conotação dos significados. A linguista também vai dizer que, no texto literário, as unidades linguísticas ganham autonomia de uso e combinação, de modo que perdem a subserviência às convenções do sistema linguístico, e se instaura um “eu” autônomo, atemporal e sem rosto, o qual é soberano para um dizer que vale só enquanto expressão, efeito estético, sem total fidedignidade ao sentido pragmático. Nesse sentido, os textos literários apresentam, portanto, uma textualidade muito particular.

No entanto, a autora diz ainda que a literatura também se faz com palavras, instruções, estruturas e recursos linguísticos, com funções de significar, configurar sinais, pistas, e que pode ser absurdo ou improvável o mundo ser “representado” pelo literário, mas que alguma conformação deve ser percebida para que se perceba a fantasia ou o absurdo. Também é interessante perceber a função do léxico nos textos literários, visto que as palavras em um dado texto, como num livro infantil, convergem para pontos semânticos comuns que criam uma rede de sentidos que compõem o lastro por onde os sentidos vêm e nos atingem. Conforme Antunes (2012), é/pode ser o amplo repertório de palavras de uma língua ou o conjunto de itens à disposição do/a falante para atender suas necessidades comunicacionais,

portanto, sem ele não há língua, visto que é por meio das palavras que construímos nossas ações de linguagem. Para ela, pela linguagem intermediamos nossa relação com o mundo, relação que se dá entre as categorias cognitivas que construímos das coisas ao longo das experiências e das palavras de que a língua dispõe para expressar tais categorias. Logo, as palavras são a representação linguística dessas categorias cognitivas que construímos e armazenamos. Nesse sentido, para a pesquisadora, o léxico é o inventário de itens linguísticos com que expressamos essas categorias e subcategorias cognitivas, é uma espécie de “memória” representativa das “matrizes cognitivas”. Nesse sentido é dinâmico, com constantes movimentações, pois tudo está em constante definição e redefinição.

Dessa forma, retomo as falas de Santos Filho (2012), que nos diz que se queremos realizar uma leitura enunciativo-discursiva temos que perguntar porque “isso” e não “aquilo”. Tais questões nos ajudam a ver que as escolhas linguístico-discursivas, a narrativa escolhida, não foi aleatória, visto que é perpassada por discursos anteriores, que são, além de históricos, geográficos, políticos, ideológicos e sociais. Desse modo, vemos que todo texto traduz uma visão de mundo, a qual se vincula a uma formação ideológica, que não é neutra, de acordo com Calbucci (2021), linguista que também nos fala da importância de perceber as formações ideológicas mobilizadas nos textos, como a “escolha” das palavras, visto que demonstram visões de mundo. Logo, ao produzir o enunciado o “eu” literário considera a circulação e a função de sua produção e recepção, de modo que, como nos diz Santos Filho (2012), às escolhas lexicais, morfológicas e sintáticas não são utilizadas de forma neutra, nem aleatórias; são realizadas pensando no outro que lerá esse enunciado.

Nesse sentido, Brait (2000) nos traz reflexões de Bakhtin em relação à enunciação como um produto da interação social, podendo ser um fala que é resultado de uma situação pontual ou fazendo parte de um contexto mais abrangente, que faz parte de uma dada comunidade linguística. Assim, os conceitos bakhtinianos têm a vantagem de valorizar o *corpus* e despertar em leitores/as, analistas, fruidores, a capacidade de dialogar com esse *corpus*, e a partir da materialidade e particularidades inovar nas formas assumidas pela língua. Nesse caso, a língua portuguesa, o interdiscurso, as memórias em constante movimento por causa das interações textos/leitores/as.

Diante dessas considerações, essa pesquisadora nos diz que qualquer enunciado faz parte de um gênero, o qual está, segundo Brait (2000), para o repertório das formas de discurso na comunicação socioideológica. Desse modo, se vamos nos expressar em um dado gênero, o enunciado, o discurso e o texto pode ser uma resposta ao que veio antes e pode, consequentemente, possibilitar a apresentação de respostas futuras ao dito, e é o que

estabelece a diferenciação entre intertextualidade e interdiscursividade. Os gêneros textuais e as tipologias contribuem para um trabalho efetivo com a língua e a literatura nas estabilidades e instabilidades das coerções do uso nas atividades humanas em diferentes contextos sócio-históricos. Então, retomando os gêneros discursivos, percebemos que compreendê-los demanda entender o papel desse enunciado em relação às atividades humanas, os movimentos de linguagem, e no ensino/aprendizagem de língua. Ou seja, a linguista nos diz que é preciso pensar a esfera de atividades em que se constituem e em que atuam, considerando as condições de produção, circulação e recepção. Assim, nesse gesto de leitura, é importante perceber que os discursos mobilizados na narrativa dialogam com o histórico, o social, o ideológico e o político, porque o “eu” que cria essa narrativa tem um perfil e uma motivação para realizar essa escrita dessa forma, tem uma visão de mundo, uma história, que dialoga com outras anteriores a ele, que podem fazer parte da sua trajetória de vida, sua vivência, sua memória e do processo educativo a que teve acesso.

Para a leitura enunciativo-discursiva, é interessante discutir os estudos realizados anteriormente a esse texto, percurso em que vinham sendo abordadas as construções linguístico-discursivas acerca do espaço do Sertão/Nordestino/Semiárido. Essa discussão é relevante para compreendermos de que construção linguístico-discursiva e social parte essa construção narrativa do livro infantil, cujo espaço é (supostamente) o sertão. Desse modo, cabe discutir sobre os discursos construídos linguístico-discursivamente acerca desse espaço dito/tido como sertanejo, problematização encontrada no Capítulo que segue.

CAPÍTULO 03

DE SERTÕES A UM SERTÃO: CONSTRUÇÕES LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS ACERCA DAS ESPACIALIDADES

Nos capítulos anteriores, busquei abordar o meu interesse pela temática de estudo, abordando o meu percurso educacional ao longo dos períodos no Curso e o surgimento do meu interesse pela Linguística Aplicada, que cursei no 6º período, até chegar ao 7º e me matricular na eletiva “Letramento e Educação no Semiárido”, momento que me despertou para as problemáticas sócio-discursivas acerca das espacialidades, em especial o Sertão, região da qual faço parte, entendendo que os espaços são construções inventadas nas práticas discursivas. Nesse sentido, situo que, ao longo da disciplina, problematizamos os discursos construídos acerca do Nordeste, Sertão e Semiárido, momento que surgiu a inquietação para o presente estudo, que foi quando li o livro literário infantil cuja narrativa se passa (supostamente) no sertão, no Nordeste, devido ao título “Ser tão” (mas, não só). Logo, busquei compreender e problematizar como as enunciações que têm o espaço Sertão como suposto referente estão sendo enunciadas pelos/as sujeitos/as em suas enunciações, nas redes discursivas que se entrelaçam e forjam práticas sociais, as quais constroem sentidos sobre esse território e o povo que o habita. Desse modo, discuti sobre a LA Indisciplinar para compreender que as práticas discursivas estão imbricadas às práticas sociais e dialoguei com Santos (2022) e Bakhtin (2003), por exemplo, para pensar os pressupostos da enunciação concreta do Círculo de Bakhtin, para entender o *corpus* de estudo, as práticas discursivas, aqui em análise, pensando a esfera literária da comunicação.

Então, para a leitura enunciativo-discursiva sobre esse livro literário infantil que objetivo realizar, cabe neste Capítulo 03, discutir acerca da construção discursiva que toma o Sertão de forma estereotipada, para pensar como nasce essa visão, visto que até o século XIX o “sertão” estava para todas as regiões interioranas, afastadas do mar. Porém, ocorreram transformações e fatos sócio-históricos que raptaram, conforme aponta o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o sertão para o que hoje é a região Nordeste. Aí, entendemos que as espacialidades, as regiões, não são dados fixos, pré-existentes à vida humana, mas que são construídos nas nossas práticas discursivas.

Também busco pensar o discurso da “seca”, a parti de Albuquerque Jr (2008; 2011; 2016; 2021), assim como Schistek (2017), que aborda as características do semiárido, o fenômeno climático, que propiciam chuvas irregulares no tempo e no espaço, compreendendo que seca não existe, pois o que existe é o desconhecimento dessa realidade. Também busco

dialogar com Santos (2022) que aborda também a sócio-história dessas regiões, Sertão, Nordeste, Semiárido, pensando também o discurso regionalista brasileiro que ajuda a forjar um conjunto de imagens que corroboram com o processo de estereotipia que tais territórios sofrem após o século XIX, após a proposta de uma literatura do Norte, de Franklin Távora, não esquecendo de tratar as transformações sociais que vinham ocorrendo no Norte, pensando que a região Nordeste somente é delimitada no final do século XX, o que será abordado neste capítulo.

3.1 A construção/invenção linguístico-discursiva do Sertão

No imaginário social, quando se pensa em Sertão, Nordeste e Semiárido, hegemonicamente vem a imagem de um único espaço, o qual é seco, homogêneo, sem vida, como se fossem uno, atrasado no tempo. Essas palavras-espacos também são tomadas como se fossem um, como se possuíssem um sentido apenas. Ou seja, sofrem um processo de amálgama, porque a todo momento vão sendo confundidos um com os outros, já que as palavras “Nordeste”, “Sertão” e “Semiárido” passam a ser recorrentemente enunciadas como uma, de modo que esses espaços são caracterizados como um espaço uno, homogêneo e todo ele como lugar de repulsa, de expulsão de pessoas. Atualmente, apesar de outros discursos refratados existirem, como o analisado no livro “Outro Sertão: linguagem e território”, de Hugo Pedro Silva dos Santos, o discurso hegemônico, como vimos nas discussões da disciplina eletiva estudada, é a narrativa principal acerca do Sertão, qual seja, a que toma o Sertão, Nordeste, Semiárido como espaço de retirantes, que vão buscar a chuva, a comida e a não miséria no Sul do país, como veremos nesta análise na literatura. Vemos recorrentemente em novelas, no cinema, nas artes, discursos que tomam o Sertão como (suposto) referente, em que os espaços são majoritariamente tomados no singular, como uno, seco, sem vida, desértico.

No entanto, sabemos que, como problematiza Schistek (2017), esses termos-conceitos não são correspondentes e que inclusive a área do semiárido não engloba toda a região Nordeste, e que abarca também atualmente os estados de Minas Gerais e Espírito Santo na região Sudeste. Então, hoje, como vemos nos mapas abaixo, o Sudeste tem espaços que também são delimitados enquanto Semiárido, porém não é enunciado enquanto uno e “seco” pelos grandes veículos de informação, apesar de vermos atualmente discursos que estão enunciado que outros estados, como os do Sul têm “seca”. Porém, não é recorrentemente enunciado enquanto espaço “miserável”, “desértico” e “pobre”.



Figura 02: Delimitação do Semiárido Brasileiro em 2021.

Fonte: Disponível em

<https://www.letrasambientais.org.br/posts/situacao-climatica-do-novo-semiarido-brasileiro-a-partir-de-mapas#>. Acesso em 20 de Abril de 2023.



Figura 03: Delimitação político-administrativa da região Nordeste

Fonte: Disponível em

https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil . Acesso em 20 de Abril de 2023.

Por meio da observação dos mapas exibidos, podemos entender que as área correspondentes à delimitação do Nordeste e à área do Semiárido não coincidem, conforme nos situa Schistek (2017), visto que o Semiárido não está para todos os municípios e Estados

que formam a delimitação do Nordeste, assim como as regiões do Semiárido e do Nordeste não compreendem toda a delimitação da sub-região entendida politicamente-administrativamente enquanto Sertão, visto que é uma área menor dentro da delimitação do Nordeste. Ou seja, não está para todos os estados do território do Nordeste, como vemos no mapa abaixo:



Figura 04: Delimitação do Sertão em cor Amarela

Fonte: Disponível em

<https://infoenem.com.br/estudando-as-sub-regioes-do-nordeste-brasileiro/>. Acesso em 21 de Abril de 2023.

Como podemos ver, apesar desses territórios possuírem delimitações político-administrativas que não correspondem umas às outras, como vimos nos mapas anteriores, o discurso hegemônico, quando fala em sertão, coloca-o como Nordeste e semiárido, um lugar seco, sem vida, atrasado, rural, com animais mortos, com uma paisagem desértica. Esse discurso surgiu apenas no final do século XIX, pois até então “sertão” estava para todas as regiões interioranas, afastadas do mar, para todas as províncias brasileiras, conforme vemos em definição no Vocabulário Portuguez e Latino (Volume 07: Letras Q-S), de 1720, em meados do século XVII, exibido abaixo:

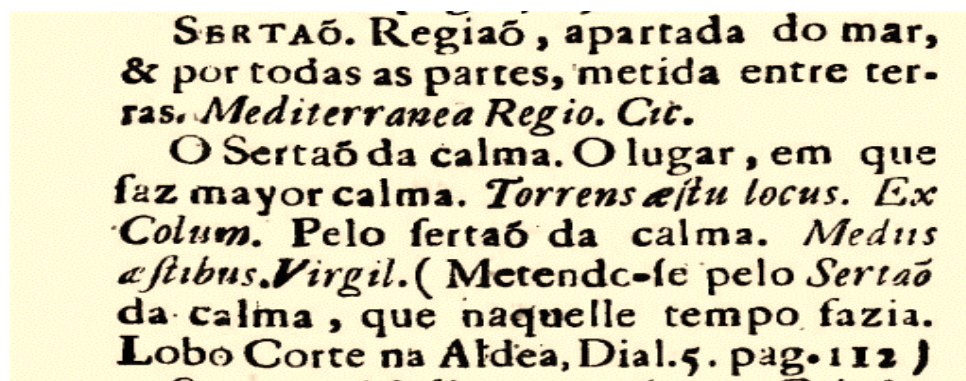


Figura 05: Vocabulário Português e latino de 170

Fonte: Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5443>
Acesso em 21 de Abril de 2023.

Nesse dicionário, podemos ver que a palavra “sertão” significava “região” apartada do mar, e por todas as partes, entre terras, ou seja, todas as regiões não litorâneas. Além disso, percebe-se a sua adjetivação enquanto uma região de calma, isto é, estava para o lugar em que faz “mayor calma”. Diante de tal exemplo, podemos observar que as significações do termo “sertão” de fato estavam para todas as províncias do país e para qualquer área de domínio Português, como aponta Albuquerque Jr (2019; 2021), nessa época e até meados do século XIX ainda, remetendo-se a terras interioranas, distantes das capitais. Desse modo, observamos que o clima não era citado enquanto característica determinante. Ou seja, não era um fator crucial para a definição de “sertão”. Todavia, os acontecimentos que se sucederam no período do final do século XIX contribuíram para uma reconfiguração semântica da palavra “sertão” e o que passou a ser compreendido sobre parte da região Norte, hoje Nordeste. Ou seja, sertão foi/é reduzido em significação estreita.

Desse modo, os estereótipos foram construídos acerca dessas territorialidades, os quais estão diretamente ligadas ao imaginário construído na “seca” de 1877-1879, que chama a atenção nacional ao ser coberta pela grande imprensa da época, mostrando imagens de pessoas morrendo de fome, de sede, com corpos cadavéricos, esqueléticos, como discutimos nas aulas na disciplina “Letramento e Educação no Semiárido”, a partir de discussões de Santos (2022), ancorado na historiografia de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que nos trazem a importância da literatura para tal reconfiguração semântica do Sertão, já que há toda uma produção literária no final do século XIX que choca a opinião pública, propagando e perpetuando sentidos estereotipados acerca do Norte, hoje Nordeste.

Assim, pensar a noção de “sertão” perpassa por buscar sua historicidade, possibilitando compreender como a palavra “sertão” e seu território têm sentidos construídos

e alterados ao longo do tempo, assim como os discursos sobre esse território. Desse modo, cabe compreender como ocorre e o que contribuiu com o que historicamente Albuquerque Jr. (2019) denomina de o “rpto do Sertão” para o Norte, depois para o Nordeste, inicialmente o Ceará, carregando sentidos de seco, inóspito, os quais também provém em consequência das profundas transformações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para o “rpto” e essa significação de lugar seco, sem vida. Seguindo tais ideias, no Gelasal, foi realizado um evento com a temática de uma realização de um 2º Papo Extra, no qual ouvimos e pudemos conversar com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr em uma fala intitulada de "O rpto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino". Nesse momento de conversa, o pesquisador em resposta à pergunta do Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, em relação ao porquê do uso da expressão “rpto”, responde que faz tal uso porque remete a um “gesto de violência”, visto que existe uma violência no sentido de o Sertão, e a apropriação da palavra, ser um gesto de poder e de violência, à medida que violenta o sentido mais amplo que o termo tinha antes. Então, usa o termo, porque considera que a captura do Sertão pelo Nordeste é uma violência, já que ele é amputado de uma série de sentidos mais amplos e é reduzido a um conjunto menor de significados. Logo, ao usar o “rpto” ressalta o gesto violento de poder, porque a atribuição de sentido é violenta, já que, até meados do século XIX, a palavra Sertão se referia aos espaços interioranos, mas que o discurso regionalista nordestino captura esse termo para um conjunto cristalizado e redutor de sentidos, tirando o plural, a multiplicidade, e trazendo o singular, a identidade única, a estereotipada. Esse rpto, de acordo com Albuquerque Jr (2019), não seria possível sem a contribuição de uma poderosa produção literária, artística, sem a produção de um vasto arquivo audiovisual que são ligados aos conceitos de Nordeste e de sertão.

Ainda buscando discutir o processo de captura, rpto, do termo Sertão pelo discurso regionalista nordestino, precisamos retomar os primeiros acontecimentos da segunda metade do século XIX, em específico os anos de 1877 e 1879, em que há um período de estiagem, denominado de “seca”, estiagem, que é comum na região hoje entendida enquanto semiárido, devido às especificidades climáticas desses espaços. Logo, a estiagem em tal período não foi excepcional, já que se trata de um fenômeno meteorológico. No entanto, de acordo com Albuquerque Jr (2019), o contexto econômico, político e cultural eleva a situação à condição de “a grande seca de setenta” ou “seca do Ceará”, que era tomada como uma província que apresentava “secas” periódicas, a qual se dá em um momento de debilidade econômica das chamadas províncias do Norte. A produção açucareira estava sendo prejudicada pela falta tecnológica, de modo que foi perdendo espaço para a concorrência das produções das

províncias do Sul. Assim como a produção de algodão, que além de perder espaço para a concorrência, sofre os efeitos do período de estiagem da época, e as pessoas que haviam migrado para os espaços de plantação, acabavam se vendo obrigadas a migrar novamente, mas para o litoral, sob condições precárias, devido ao período de estiagem, “a seca” e a falta de assistência governamental, o que contribuiu para o surgimento da figura do retirante, o qual é configurado como personagem central na produção cultural do Norte e atualmente do Nordeste.

Devido a esse momento de fragilidade econômica e do declínio político, as elites do Norte acabaram sendo afetadas pela estiagem. Segundo Albuquerque Jr (2011; 2019; 2021), esse é o motivo pelo qual a seca de 1877-1879 ficou conhecida como a “grande seca,” ocasionando, assim, a origem ao discurso da seca, que torna essa temática central para o discurso regionalista do Norte e base para a indústria da seca, isto é, o uso do fenômeno climático como argumento e justificativa para a reivindicação de recursos econômicos ao governo, como obras, cargos e a criação de instituições em prol de interesses das elites do espaço da “seca”, e ampliam a ocorrência do fenômeno, para além do Ceará, passando a ser do Norte, já que as elites de tais regiões tinham como intuito a arrecadação de recursos financeiros em proveito próprio. Essa “seca” foi a primeira de repercussão nacional, visto que há a presença da imprensa, que levava aos jornais as narrativas das vítimas da fome, da miséria, da falta de água, e das doenças, assim como são divulgadas imagens, fotografias, que permitiram que pessoas de todas as províncias do país vissem as imagens dos corpos cadavéricos, esqueléticos dos retirantes, vítimas da “seca”. No entanto, sabemos que tais problemas foram desencadeados ou agravados pela falta de políticas públicas governamentais direcionadas a essas espacialidades.

Albuquerque Jr (2019), abordando a importância das produções literárias para o discurso da seca, nos traz a importância do papel desempenhado por José do Patrocínio na transformação da seca do Ceará em temática nacional, visto que suas crônicas contribuíram para o processo de associação entre o espaço das secas e o conceito de sertão, assim como os discursos parlamentares, governamentais, técnicos e até religiosos também apresentaram fortes contribuições para esse processo, já que tratavam/tratam o espaço sertanejo como ligados à estiagem. Em meio a esses discursos está a literatura das secas, resultado da emergência da temática da “seca”, em que vários/as escritores/as vão trazer essa temática em seus escritos, e o grande destaque, segundo o historiador, está para Euclides da Cunha, que, em 1902, publica o livro *Os sertões*. Essa obra forja uma narrativa com um acervo de imagens poderosas, as quais se tornam um arquivo permanente de imagens e textos sobre o sertão e

que são sempre consultadas quando se pensa esse território. Nesse sentido, o pesquisador-historiador nos alerta para o fato de que esse “rpto” do sertão pelo discurso regionalista nordestino foi possibilitado por discursos e práticas institucionais que são anteriores à invenção do Nordeste, os quais prepararam o terreno para a associação entre sertão e semiárido nordestino, visto que descreveram e definiram esses espaços, assim como a contribuição da produção artístico-literária acerca do Sertão para esse discurso. Essas obras também contribuem para definir a particularidade do sertão, que viria a ser nordestino, já que abordam uma paisagem de uma natureza diferente, em que tomam as secas e a caatinga como elementos definidores da cultura dessas espacialidades.

Desse modo, o historiador argumenta acerca da importância da obra de Gilberto Freyre, no livro *Nordeste*, de 1937, que instituiu a certidão de nascimento da região Nordeste, constatando a sinonímia entre Nordeste e secas. Além disso, remete essa palavra aos sertões, estabelecendo também uma relação de sinonímia entre Nordeste e sertão, assim como uma dada imagem e paisagem do sertão, estereotipado. Diante dessas considerações, conforme as de Albuquerque Jr (2011;2019; 2021), podemos perceber que o “rpto” do sertão pelo discurso regionalista nordestino foi possível grandemente devido a poderosa produção literária, artística, com a produção de um grande arquivo audiovisual que é vinculado aos conceitos de Nordeste e de sertão, notadamente, como nos aponta o historiador, foi a produção artístico-intelectual ligada ao sertão que define o Nordeste, e estabelece essa relação sinonímica entre Nordeste, Sertão e Semiárido. A oficialização fática da captura do sertão pelo Nordeste se deu apenas em 1969, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oficializou a subdivisão da região Nordeste em quatro sub-regiões, sendo o sertão uma delas, reconhecendo oficialmente que o resto do Brasil não tem sertão, tem interior. Só o Nordeste tem Sertão. Cabe, então, trazer algumas considerações historiográficas para melhor compreender os acontecimentos linguístico-discursivos e sócio-históricos que corroboram para que houvesse o “rpto do sertão”.

O Brasil no final do século XIX passava por grandes transformações sociais, dentre as quais estavam a varíola, a mudança da base econômica do Norte para o Sul, o capitalismo, e a estiagem, conhecida como “a grande seca” do Norte de 1877 a 1879, como citado anteriormente. No entanto, apesar de todos esses fatos, é a estiagem, chamada de “seca”, que acaba sendo central para essa reconfiguração da noção de “sertão”, visto que é ela que acaba sendo culpabilizada pelas mazelas sociais que a população pobre nortista enfrentava. Inicialmente é a própria população que habitava esse espaço que passa a enunciar a “seca” como a culpada pelos problemas sociais e econômicos, fruto de “uma visão tradicional” de

habitantes do interior das províncias do Norte, que conviviam secularmente com a estiagem, conforme aponta Albuquerque Jr. (2011;2019) e Santos (2022). Assim, a “estiagem”, agora “seca”, passou a ser um trauma para a natureza e para os sujeitos, que se veem na impossibilidade de viver na região por causa da “seca”, e que acabam saindo da região na necessidade de retirada.

Os enunciados das pessoas dessa região sobre a “seca” indexaram um mundo de significação, que acaba construindo uma realidade, que toma o Norte como um espaço de seca, de miséria, inóspito, inviabilizando uma vida nesse território. Essas enunciações produziram sentidos sobre a região, os quais foram/são disseminados em diferentes gêneros do discurso, alimentando uma noção de “sertão”, indexando determinados sentidos ao território. Entretanto, sabemos, ao ler e ouvir o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior e Santos (2022), do impacto que teve a quebra do pacto colonial entre fazendeiros e camponeses, porque, com o pacto colonial, existia o trabalho realizado no que se chama de plantação “de meia”, que proporcionava que as pessoas menos favorecidas economicamente tivessem melhores condições de subsistência, já que tinham direito à metade do que produziam no trabalho. No entanto, com a chegada do capitalismo e essa quebra, as pessoas que dependiam do trabalho no campo acabaram sofrendo mais os impactos do período de estiagem, já que não tinham tempo para produzir sua subsistência, e consequentemente ficaram mais vulneráveis às crises econômicas, sanitárias e sociais.

Com essa quebra, houve o aumento da pobreza, da fome, da miséria, e nesse cenário também ocorreu a “grande seca do Norte”, entre 1877 e 1879, que acabou impactando profundamente a vida das pessoas pobres, provocando mortes de pessoas e animais, a queda da produção da agricultura familiar, e os processos de retirada de parte da população das províncias interioranas do Norte, já que não havia políticas públicas voltadas a auxiliar as pessoas da região, nem condições de subsistência que anteriormente o pacto colonial proporcionou minimamente, visto que era um acordo entre coronéis, grandes latifundiários, com as pessoas que viviam no campo, as quais possuíam poucas condições financeiras. Desse modo, com esse “acordo” as pessoas mais pobres tinham acesso a um pouco da produção que cultivavam nas terras dos senhores, já que devido as poucas condições econômicas não tinham acesso à terra, ou quando tinham não possuíam condições financeiras de cultivar ou plantar, devido à grande concentração fundiária.

Tal estrutura, conforme argumenta Martins (1986), vem desde a abolição da escravidão no Brasil, e posteriormente a Lei de Terras, de 1850, a qual tem impacto direto na necessidade de um pacto colonial, visto que essa lei instituiu um novo regime de propriedade,

em que a condição de proprietário além de exigir que fosse de uma pessoa livre, tinham que provar que possuía condições financeiras para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. Diante disso, o país trouxe imigrantes pobres, desprovidos/as de meios, de modo que ao chegar ao Brasil, sem outra alternativa, tinham que trabalhar em latifúndio alheio. Desse modo, Vilas Boas (2018) nos traz que tal lei impossibilitou que imigrantes e pessoas negras libertas da escravidão tivessem acesso à terra. Logo, o pacto colonial favoreceu ao latifundiário, aos coronéis, já que como argumentam Martins (1986) e Vilas Boas (2018), no final do século XIX e na primeira metade do século XX, o Brasil era majoritariamente rural, e os modos de subsistência o eram, se sujeitando à exploração dos latifundiários, trabalhando para estes em suas propriedades ou cultivando a terra para a própria subsistência. Mas, como sabemos que o acesso à terra dependia da renda, a maioria das pessoas camponesas pobres não conseguiam adquirir seu pedaço de terra, o que causava a necessidade de submissão a um pacto colonial, que beneficiava exclusivamente as elites agrárias, proprietárias dos latifúndios.

3.2. O semiárido, o Sertão, e a convivência com a “seca”.

Considerando as discussões anteriores em relação ao discurso da seca, faz-se importante frisar que não cabe caracterizar o sertão, os sertões, como lugar de “seca”, como disse Schistek (2017), visto que a seca não existe, já que o que pode existir é o desconhecimento da realidade climática desse território, e, portanto, o desconhecimento, por parte das pessoas ligadas à agricultura, à agropecuária, nesses espaços, do que se pode criar e plantar. O agrônomo diz que não existe seca no semiárido, porque seca seria quando numa região de chuvas regulares, a chuva de repente cessa ou cai em menor quantidade, impedindo que as culturas agrícolas não completem o ciclo. Diferentemente, o clima semiárido possui chuvas irregulares, em que cada ano pode apresentar padrões diferentes de chuvas. Desse modo, não cabe caracterizar o semiárido como seco, porque há chuva, as quais são irregulares e variáveis no tempo e no espaço. Desse modo, sabendo é preciso conhecer o ambiente e se adaptar a ele, o pesquisador nos lembra que esse desconhecimento das especificidades climáticas vem desde o período colonial, em que os portugueses empurravam o gado para o interior, devido a produção da cana de açúcar, e impuseram uma forma de produção a essa região peculiar, em que as condições climáticas não são adequadas para a criação de determinados animais, como os próprios bovinos.

Para Shistek (2017), o fenômeno de estiagem no semiárido brasileiro é caracterizado por chuvas irregulares no tempo e no espaço e também por uma alta evapotranspiração. Ou

seja, a água da chuva evapora rapidamente, aspectos inerentes à região Norte, e hoje à região Nordeste. Porém, as plantas da caatinga possuem uma adaptação perfeita ao clima semiárido, como, por exemplo, as gramíneas, as quais se recuperam rapidamente de períodos sem chuva. Além delas, há outras espécies, as quais apresentam uma maleabilidade para adaptar seu crescimento e ciclo reprodutivo a um regime de chuvas escassas. Mas, tais fatores também dependem do solo, subsolo e relevo. Pensando a caatinga, presente no semiárido, Schistek (2017) traz dados importantes, visto que mais de 46% da área que compreende a caatinga foi desmatada, com o agravante de que possuem espaços raleados, o que deixa os territórios expostos a um maior nível de radiação solar, esquentando mais o ambiente exposto e resultando em chuvas escassas e mais irregulares. Portanto, neste trabalho também se faz importante trazer tais considerações, para que possamos pensar a importância da vegetação para a melhora do cenário climático e para o solo. O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa) tem mostrado que o recaatingamento é possível e alcançável a longo prazo, como informa o agrônomo.

Tendo considerado que a seca não existe na região que compreende o Nordeste, Sertão e o Semiárido, apesar de o discurso hegemônico colocar essas espacialidades como unas e todas caracterizadas como lugar de “seca”, num discurso que vem desde o século XIX, em que a “grande seca” invadiu o noticiário da época, “relatando” supostas mazelas causadas pela “seca”, a estiagem, de forma sensacionalista, conforme nos Albuquerque Jr (2019; 2021) e Santos (2022), mostrando imagens de crianças e adultos, esqueléticas, desnutridas e em processos de retirada por causa das mazelas ocorridas ao final do séc. XIX. Somando a esses cenários, as elites econômicas nortistas estavam em declínio por causa dos modos de produção incompatíveis com as demandas capitalistas e com seu ritmo de produção, o que ocasionou a perda de espaço na produção nacional, ocorrendo a mudança no eixo econômico do Norte para o Sul, ocasionando rivalidades políticas e ideológicas. Esse cenário fez com que as elites nortistas buscassem estratégias para captar recursos financeiros, visando voltar a ter *status* econômico.

O discurso de “seca” ainda não era utilizado pelas elites nortistas, mas quando esse período de estiagem, a princípio no Ceará, é noticiado e coberto pela grande imprensa, mostrando pessoas esqueléticas, mortas, animais esqueléticos, ossadas de animais, pessoas com roupas rasgadas, sujas, essa elite nortista percebeu o impacto dessas imagens e se apropriou desse discurso de “seca” para conseguir recursos para “o lugar”, ou seja, para essa classe elitista, grupos políticos. Nessa mesma direção, a ciência e o discurso literário também contribuem para a formação discursiva que culpabiliza a “seca” pelas mazelas sociais,

econômicas e sanitárias, de modo que acaba sendo um discurso usado para justificar a captação de recursos para as elites. Logo, com essas construções discursivas, a estiagem, denominada de “seca”, passou a ser indexada ao interior das províncias do Norte, e, como nos diz Santos (2022), foi tomada como inerente a esse espaço regional, estando ligada a sentidos de terras “seca”.

3.3. O projeto político-literário de Távora: a “Literatura do Norte”

Desse modo, a “seca” passa a ser indexada a essa região e a ciência sistematizou esse discurso, de modo que a seca passou a ser a grande culpada pelas mazelas sociais, as quais eram/são na verdade fruto de faltas de políticas públicas e governamentais voltadas para essas regiões do então Norte, depois Nordeste. Esse discurso possui cunho político, em que há apropriação do conceito da “seca” e de sua construção discursiva, para construir uma narrativa que se filia, como vemos com Albuquerque Jr. (2017; 2019), à estrutura denominada de “literatura das secas”, idealizada há mais de um século por meio de um projeto político-literário proposto por Franklin Távora, na obra “O Cabeleira”, de 1876, em que propõe um projeto que serviu de base para as futuras produções do regionalismo, o qual foi enunciado em uma espécie de carta, no Prefácio do romance, em que o escritor insere a proposta do projeto de criação de uma “literatura do Norte”, ao mesmo tempo em que traz essa obra como o primeiro exemplar dessa literatura do Norte, já propondo um conceito para nomeá-la, distingui-la, e singulariza-la. Essa proposta tem êxito até os dias atuais de forma hegemônica.

Se considerarmos a narrativa do livro infantil, cujo título é “Ser tão”, essa traz um acervo imagético que Távora propôs em 1876 para a literatura do Norte, quando propôs figuras icônicas que serviriam para desenhar esse espaço literário específico e que deveriam se fazer presentes nos textos que viessem a pretender ocupar esse espaço, segundo Albuquerque Jr (2017). Desse modo, o escritor construiu um modelo narrativo que foi atualizado em muitas outras obras, como as de José do Patrocínio, citado anteriormente, e hoje essa proposta segue logrando êxito quando nos voltamos à literatura com o livro analisado neste trabalho, conforme adiante na imagem abaixo:



Figura 06: Imagens do livro “Ser Tão”.

Fonte: Monteiro (2016).

Esse projeto literário proposto por Távora se articulou à emergência de um sentimento regionalista, e ocasionou uma reivindicação de uma literatura regionalista pelas elites em declínio, afetadas pela mudança econômica, e pela produção cultural, que contribuiu com a construção do projeto regionalista que inventa o Norte, e depois o Nordeste, e rapta o sertão para esses espaços. Essas informações nos ajudam a perceber que a literatura também tem papel central na construção discursiva do Sertão-Nordeste-Semiárido, visto que o projeto político-literário de Franklin Távora, como abordou Albuquerque Jr (2019), lançou bases para o regionalismo, pois no prefácio da obra “O Cabeleira”, 1876, diz que as províncias do Norte e os sujeitos dessa região deveriam ser os verdadeiros representantes da nacionalidade brasileira, já que o Sul estava “corrompido” pela modernidade e que o Norte mantinha as tradições, preservava o arcaico, de modo que enuncia a inospitalidade do espaço:

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro. A feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles, e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão (Távora, 1973, p. 27).

Nesse sentido, na obra de Távora, a todo momento a narração é direcionada para um espaço sertanejo que é constantemente comparado a um deserto, assim como as pessoas que habitam esse espaço são colocadas com características “secas”, pois os corpos e as expressões remetem à miséria, às consequências da resistência da vivência em um espaço com escassez de água, e quase inóspito, como narra Távora na obra “O Cabeleira”, com o personagem Cabeleira e a Luisinha, que vão sofrendo os impactos (supostamente) climáticos desse ambiente “árido”, da seca, pelo que é narrado na obra. Essa obra também narra que o ambiente testa as condições de sobrevivência humana nessa região, trazendo detalhes dos impactos diretos do clima sobre os sertanejos/as e animais e a própria natureza da região, como a morte, os corpos encontrados esqueletos, as faces “secas” e vazias em meio ao (suposto) “vazio” dos espaços tomados como desérticos. Leiamos:

Estava em pleno deserto. Do lado direito protegiam-no estendidos tabocais e profundas gargantas de serra inacessíveis, sem uma habitação, sem viva alma; do outro lado do rio um espinhal basto, alguns serrotes escavados, catingas sem fim, brejos combustos do calor do sol completavam o largo amparo que lhe abria em seu seio a natureza.

Com a seca abrasadora essa região, que nunca fora amena, ainda na força do verde, estava inóspita, árida, cruel.

Via-se a espaços um pé de xiquexique perdido nos alvos tabuleiros, ou entre serros alcantilados, e junto do rio uma ingazeira com a folhagem coberta de samambaia, um juazeiro solitário e sem fruto.

A narrativa que toma o espaço como seco é desenvolvida ao longo de toda a obra, trazendo aspectos da natureza tomada como árida, com pouco verde, os quais são narrados como “perdidos” em meio a vastidão de terras “desérticas”. O espaço é narrado como o culpado pelo sofrimento dos personagens e dos animais, como vemos no trecho abaixo:

Bem que o Cabeleira, pelo longo hábito de viajar por dentro dos matos, e pelo cuidado que tinha de escusar importunos encontros, só à sombra das árvores fazia a travessa do deserto, contudo entrara ele e Luísa a experimentar o cansaço que o excessivo calor gera máxime durante uma viagem de muitas horas.

Luísa mal se podia ter sobre o cavalo, que nem ao menos oferecia o cômodo de uma regular montaria. A marcha do pobre animal tanto mais penosa tornava para os fugitivos quanto as forças lhe iam faltando em consequência do longo jejum, e da puxada viagem

Com esses pedaços ilustrativos da narrativa, podemos perceber como o espaço é tomado como pré-existente aos sujeitos e como ele vai sendo culpabilizado pelos efeitos aos quais os personagens vão sofrendo. Desse modo, a “seca,” estiagem, é enunciada como a grande culpada por todo o sofrimento da figura do/a sertanejo/a no processo de “retirada”. Tais enunciações, segundo Albuquerque Jr (2017), vêm de diferentes matrizes narrativas, como os testemunhos, as memórias, os relatos históricos e biográficos, relatos orais, jornalísticos e oficiais, remetendo ao êxodo, à flagelação e à uma trajetória de dores e de quedas, de humilhações e desfigurações do corpo e da própria ordem social. Essas imagens, como a figura do retirante, permanecem em nossa cultura, retornando como presenças fantasmáticas e fantasmagóricas sempre que se quer contar sobre uma seca do Nordeste. Tais narrativas remetem às cenas primárias, a acontecimentos, a eventos traumáticos, os quais não são apenas ficção, mas sim fantasmas de genocídios:

Desapareceu de todo o verde tufo aos olhos dos circunstantes; as duas superfícies — a exterior e a interior — uniram-se como por encanto; o Cabeleira surgiu dentre as folhas com que pouco antes brincava a brisa, agora confundidas com as palhas secas, imagem, como aquelas, do seu perdido poder.

Serena e resignada tristeza cobria-lhe o rosto queimado pelo mesmo sol que naquele momento lhe beijava a face onde haviam deixado indícios das suas garras a dor moral e a fome. Caia-lhe sobre os ombros a vasta onda de cabelos, cacheados ao longe, e mais negros do que a barba escassa e nova que atestava a sua pouca idade... Seu traje era simples: véstia de couro surrado, camisa e calça que deixavam ver, através dos rasgões, o corpo de cor branca. O Cabeleira estava descalço, e tinha a cabeça coberta por um chapéu de palha de pindoba.

Desse modo, a narrativa aborda a retirada de indivíduos desse espaço, colocando-o como uno, desértico, ou seja, a natureza da região aparece frequentemente como árida, com a figura dos/as sertanejos/as como flagelados/as pela fome, pela miséria, pela sede, insolação. Logo, ao propor uma literatura do Norte, Franklin Távora vai construindo um imaginário estereotipado do Sertão, ao não mostrar a diversidade de Sertões que existiam e existem, porque, nos discursos hegemônicos sobre o Sertão, o que há é esse imaginário de seca, de lugar inóspito, de deserto. Então, é interessante pensar a quem serve esse discurso nos dias atuais e a quem serviu em épocas passadas, visando entender porque ele é (re)enunciado e quais as motivações para as escolhas desse dizer estereotipado e não de outro dizer. Por que não se inspira na obra “O Sertanejo”, de José de Alencar, para dizer do Sertão, já que narra a diversidade presente nos sertões, marcados por uma natureza rica e diversa, ao mesmo tempo,

como nomeia Albuquerque Jr (2019), “idílica e inóspita”? O escritor, nessa obra, narra desde o período de estiagem até à chegada do inverno e suas implicações e modificações na paisagem, como as plantas características do bioma da caatinga, mas também o cerrado, as flores, os rios que ganham vida com a chegada do período chuvoso, a floresta que renasce verde, e também as plantas que se mantêm verdes durante a estiagem. Ou seja, as especificidades climáticas são narradas de forma condizente com dados espaços do Nordeste, Sertão e Semiárido, o que se aproxima das especificidades climáticas das quais nos fala Schistek (2017), discutido anteriormente. Desse modo, ao lermos essa obra, podemos observar que o clima, além de específico, não é homogêneo, já que as chuvas são irregulares no tempo e no espaço. Nesse sentido, observei que a narrativa aborda os períodos de seca e as consequências para a vida de quem habita espaços com chuvas mais irregulares, mas também narra a chegada do inverno, as mudanças na paisagem após as primeiras chuvas torrenciais, e o impacto delas na caatinga, que passa a ser narrada como exuberante, como podemos observar nos trechos abaixo:

Do seio dêsse dilúvio, surge uma criação vigorosa e esplêndida, que parece virgem ainda, tal é a seiva que exuberda da terra e rompe de toda a parte nos abrolhos e renovos.

Ali são as carnaúbas que flutuam sobre as águas, como elegantes colunas, carregadas de festões de trepadeiras, donde pendem flores de todas as cores e aves de brilhante plumagem.

Mais longe as touceiras de cardos entrelaçam suas hastes crivadas de espinhos e ornadas de lindos frutos escarlates, que atraem um enxame de colibris. Aí dentro da selva espessa, fez a nambú seu ninho, onde piam os pintinhos implumes.

Era então fôrça do inverno.

Endireitou então para uma ponta da várzea, em que a corrente das águas tinha desde eras remotas cavado um profundo barranco, por onde no tempo das chuvas torrenciais, borbotavam para o rio. Uma vegetação exuberante nutrida pelo humo que a enxurrada ali depositava, cobria êsse tremedal de sarmentos viçosos e lindos festões de flores.

É interessante, portanto, pensar essas narrativas acerca do Sertão, no sentido que possamos nos questionar a quem serve tomar esse espaço como homogêneo, seco, uno, desértico, sem vida, de uma perspectiva estereotipada, e não mostrar a diversidade presente no Sertão, como fez José de Alencar, em sua obra que narra a vegetação como exuberante, nutrida, e com “lindos festões de flores”, as quais, na visão estereotipada, parecem

improváveis de existir em uma região que é “seca”, ou uma cidade no alto sertão alagoano, que possui um inverno para quem gosta de temperaturas mais baixas, que proporciona um passeio imperdível e em que há um frio cortante, com pessoas agasalhadas e com fogueiras para se aquecer, como vemos na análise de Santos (2022), de modo a refratar, ressignificar, os discursos hegemônicos acerca do sertão, sertões.

A partir das considerações acerca da diversificada e complexidade da “realidade” regional, podemos observar que, como esclarece Albuquerque Jr (2016), a caricatura estereotipada que o discurso regionalista reproduzia/produz, como identidade regional, imagens e textos da região como narrativa do ser regional, com temas da seca, do cangaço, do coronelismo e do fanatismo religioso, nucleares em toda a produção discursiva acerca do Nordeste, tornaram-se cada vez mais distantes de representar o que se tornou e vem se tornando esses espaços do Nordeste, do Sertão e do Semiárido, mesmo que continuem sendo repetidos com ênfase, inclusive nos discursos políticos e na literatura. Há o que o historiador denomina de crise sobre o imaginário Nordestino, devido às mudanças históricas pelas quais esses espaços passaram e vêm passando, as quais contribuem para tornar as imagens e enunciados em torno do que seria o ser nordestino, sua realidade, paisagem e cultura cada vez mais deslocados, no sentido de que há uma crescente inocência entre o que se diz e o que se faz ver nessas espacialidades.

3.4 Considerações sobre a “invenção” do Sertão

Desse modo, cabe compreender que neste estudo entendo, com Albuquerque Jr (2008; 2011), e a partir de discussões realizadas no Gelasal, que os espaços são construções semânticas. Logo, as regiões são invenções, que têm que existir para/nas subjetividades de quem a reconhece, na vivência de quem a pratica ou em nome dela discursa, visto que não é uma realidade natural, mas sim uma construção cultural que nasce de investimentos de poder, de saber, de desejo nas esferas econômicas, políticas, sociais, religiosas, ética, moral, artística. Cabe, então, perceber que a linguagem desempenha um papel fundamental para tais construções, visto que é por meio das nossas práticas discursivas e sociais que construímos sentidos sobre o mundo, os espaços, assim como na elaboração e reelaboração das noções espaciais que manipulamos, percebendo, assim, como dão origem a práticas espaciais.

Assim, Albuquerque Jr (2011) percebe que os discursos inscrevem os espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimar. Assim, é na própria locução que a região é encenada, produzida e pressuposta, isto é, as regiões são produto do discurso. Logo, a região

se institui por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter relação entre si, e o que se emerge como realidade regional são construídos. No entanto, nem todos os enunciados se tornam práticas e nem toda prática se torna discurso, são, portanto, as estratégias de poder que orientam tais práticas e dizeres ou não dizeres acerca de dados espaços. Então, entender o que é uma dada região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem com certa regularidade em diferentes discursos de diferentes épocas, como apontado por Albuquerque Jr (2011). Porém, o historiador também nos alerta para que não pensemos que os discursos sobre dadas regiões são verdades absolutas dessas espacialidades, mas sim monumentos da construção desses espaços, assim como as fronteiras dos territórios não são a-históricas, já que são criações históricas e multiformes. Dessa forma, os espaços são produtos de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem e é por meio das práticas que permanecem ou mudam de identidade, são, portanto, invenções.

Desse modo, como entende Albuquerque Jr (2008; 2011), pensar as regiões, implica estar atenta/o aos afrontamentos políticos, as lutas de poder, as estratégias de governo, de comando, porque as regiões não preexistem aos fatos que a fizeram emergir, elas são acontecimentos históricos, políticos, ideológicos, estratégicos, militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Logo, não são uma realidade natural, econômica ou política, mas sim uma construção cultural que se faz a partir e levando em conta outras dimensões. Diante disso, o pesquisador-historiador nos fala da importância de considerar que pensar a região implica reconhecer as fronteiras, jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento, cartografando as linhas de força, o que sustenta, movimenta e dá sentido a um dado recorte regional.

Dessa forma, considerando que os espaços são semanticamente construídos, inventados, nas nossas práticas linguístico-discursivas e sócio-históricas, compreendemos que os discursos hegemônicos acerca do Sertão são invenções. Assim, existem discursos outros. No entanto, atualmente, devido aos fatores abordados anteriormente acerca dessas espacialidades, os discursos hegemônicos seguem enunciando o Nordeste, Semiárido, e o Sertão, aqui em análise, com dizeres e visões estereotipadas difundidas no imaginário social, grandemente, devido a(re) enunciação de dizeres fundados no final do século XIX, e perpetuados pelos meios de comunicação, como o cinema, as artes, os jornais, os interesses políticos, elitistas, e a literatura, como veremos na análise do Capítulo 04.

CAPÍTULO 04

O SERTÃO (RE)ENUNCIADO NA LITERATURA INFANTIL

A

obra literária infantil cujo título é “Ser tão” pertence ao gênero literário narrativo, ou seja, é uma história contada com narrador/a, personagens, enredo em um espaço e um tempo, e é escrito em prosa. Assim, como nos diz Antunes (2012), às produções literárias, como a do livro infantil “Ser tão”, são resultado de um processo de criação que lida com o linguístico em limites e coerções e com o estético, que é livre de limites e amarras, no sentido de que a relevância do texto literário ou o teor de informatividade está na não submissão às imposições dos modos de dizer. Esse livro é uma fábula, que é um texto narrativo da esfera literária, a qual é, de acordo com Lima e Rosa (2012), uma narrativa que pode apresentar animais como personagens, com objetivo de propiciar uma lição moral, com afirmações de fatos imaginários, com intenção de promover uma crença na realidade dos eventos narrados. Logo, para o teórico e a teórica, as fábulas são pequenas narrativas em prosa e apresentam uma “verdade” de forma leve, que, de outro modo, seria mais difícil de ser assimilada. Assim, o livro Ser Tão é de tipologia narrativa, em que traz o gênero fábula, em que traz um pássaro com características humanas, como a fala, visto que viaja a outros lugares, que não o Sertão, para levar notícias ao seu amigo sertanejo Tonho, uma criança. Logo, o presente gênero pode possuir teor de informatividade, buscando ensinamento de cunho pedagógico. É uma narrativa simples, mas como apontam Lima e Rosa (2012), sua resistência aos tempos e sua presença entre culturas variadas mostram que o seu uso se caracteriza como um instrumento de poder.

Conforme argumentam o pesquisador e a pesquisadora, as fábulas em diferentes culturas podem apresentar diferenças quanto ao modo de estruturação do texto ou quanto aos temas e figuras abordadas, e a forma de funcionamento é que permite a compreensão como representante de uma mesma prática discursiva. A fábula é, então, um discurso, um ato de fala, quando analisada, considerando a sua instância de enunciação, a qual normalmente é utilizada em escolas, com caráter pedagógico, passando, assim, a pertencer à esfera escolar, podendo ser trabalhada como material didático, passando a ter como função o ensino de valores morais e éticos, principalmente nos anos iniciais, no intuito de mostrar a importância de aspectos morais considerados socialmente essenciais em nosso tempo. Logo, pensando a fábula como discurso, com Moita Lopes (2002), compreendemos o discurso como uma forma de ação social por meio das quais agimos no mundo. Sendo assim, a organização discursiva nas narrativas são, portanto, uma forma de ação no mundo, mediadas pelo discurso,

construindo significados em co-participação com os interlocutores nas nossas práticas discursivas. Essa ação discursiva não ocorre no mundo social de forma autônoma, visto que é marcada por condições sócio-históricas particulares, as quais podem ser decisivas na definição de como os participantes se posicionam e são posicionados no discurso. Pensando, então, as narrativas, o pesquisador nos diz que contá-las é uma forma de construir uma realidade social, assim como é uma forma de legitimar e controlar essas realidades. Logo, desempenham papel na construção de identidades sociais, como a regional, podendo estar relacionadas ao passado, visto que, em geral, elas são sobre eventos passados vividos por uma comunidade.

Nesse sentido, com Lima e Rosa (2012), podemos entender que a fábula é uma narrativa que pode apresentar um caráter pedagógico, visto que apresenta uma história com uma moral direcionada à interpretação do leitor. Esse gênero literário utilizado nos ambientes educacionais (mas não só) é direcionado para propiciar momentos de distração, mas também serve para moralizar, visto que, como compreende esse pesquisador e essa pesquisadora, as pessoas podem acreditar em determinados valores considerados aceitos na narrativa e na vida, o que vemos com pais e professores que contam histórias objetivando entreter, educar, mas também construir e perpetuar valores, discursos.

Nesse sentido, no livro “Ser tão”, percebemos que se circular em ambientes educacionais pode possuir fins didáticos, pois pode incentivar as crianças a continuarem a ter esperança, a acreditarem e esperarem as coisas ficarem melhores, se estiverem em desacordo com o que querem, como uma forma de estimular as crianças. A respeito da literatura infantil, como é o caso, Goh (2022) argumenta que essa literatura pode trazer o pedagógico, mas também sensações, situações fictícias ou baseadas no real, priorizando a sensibilidade e a função estética, de modo que almejam a intencionalidade de desenvolver na criança o hábito e o prazer de ler. Seguindo a argumentação, ela conclui que os livros infantis e infantojuvenis têm a função de despertar nas crianças e adolescentes uma maneira própria de “poetizar o mundo”.

Desse modo, cabe situar a narrativa desenvolvida nesta obra literária infantil cujo título é “Ser tão”, enredo que narra a história de um menino sertanejo chamado “Tonho” e de um pássaro à espera da chuva. Tonho é uma criança que vive no Sertão, que é caracterizado como “seco”, e vai sofrendo os impactos da estiagem prolongada, denominada de “seca” pelo imaginário social, e recebe a visita de seu amigo fraterno, o pássaro, que viaja por lugares distantes em busca de notícias de lugares que chove para contar a seu amigo Tonho, que passa a vida na esperança da chuva, sonhando com lugares em que ela está presente, e sente saudade

do pássaro quando ele está voando por espaços distantes em busca de histórias para contar. Na narrativa, o pássaro voa por lugares parecidos, mas também diferentes da paisagem na qual a vida de Tonho é situada, e que passa por longos períodos de estiagem, de modo que ele sempre está esperando a chuva e, ao final da narrativa, ela chega, após uma longa espera.

O mencionado livro literário infantil é indicado para circular em ambientes infantis, para as séries iniciais do ensino fundamental, 3º ano e 4º ano, de acordo com a descrição do site de vendas e compras *on-line*, Amazon, como vemos abaixo:

Sertão toca os leitores pela singeleza da narrativa, pela árida paisagem sertaneja e pelos encantos de um menino que relata a sua amizade com um pássaro. Tonho vive no sertão e conhece um pássaro que voa por vários lugares, trazendo a ele realidades diferentes (a chuva, a guerra, a dor) e novas descobertas. O autoconhecimento e as novas descobertas são trazidos pela natureza, assim como a passagem de um mundo estéril a um abundante. Sertão reporta-nos aos laços de amizade e ligação sentimental que vão se construindo no contato. Propõe, também, um modo muito lírico na descoberta de realidades diferentes. Indicado para os anos iniciais do Ensino Fundamental 3º ano e 4º ano.

Então, podemos inferir que pode circular em escolas, como também em casas em que tenham profissionais da educação que trabalham com crianças das séries iniciais, assim como as editoras, as bibliotecas, as livrarias, já que possui o ISBN, que, segundo Bossato (2021), é uma espécie de “RG” dos livros e que possibilita que seja disponibilizado em vários lugares para a venda, como também em plataformas *on-line*, as quais, podemos supor, têm perfis de clientes diversos. Logo, esse livro até pode ser adquirido por uma ampla gama de perfis psicossociais escolarizados. No entanto, é uma obra que é direcionada especificamente para o público infantil, ou seja, o “eu” que enuncia nesse texto realiza tal ação pretendendo propor sentidos pensando no perfil psicossocial de um “outro” que seja criança, e, para alcançar os efeitos pretendidos com a narrativa, constrói uma série de estratégias linguísticas-discursivas e visuais, imagéticas, semióticas, como as ilustrações do livro infantil, as cores, seus efeitos e tons, assim como os aspectos da natureza, como animais, plantas (ou falta delas). Portanto, considerando tais informações, cabe compreender que os textos/enunciados precisam ser vistos em sua totalidade, pois resultam de relações de sentido expressas e/ou pressuposições pelas unidades lexicais presentes e pelas diferentes categorias gramaticais, como nos diz Antunes (2012), e semióticas, acrescentamos.

Nesse texto literário, portanto, há um diálogo com um perfil determinado de pessoas, possíveis crianças por volta dos 6 aos 10 anos de idade, que podem ser discentes do ensino fundamental I. Então, pressupomos que os sujeitos já possuem algum grau de leitura, e se for para ser trabalhado na esfera escolar, também podem ler essa narrativa os professores ou as

professoras que trabalharam ou que irão trabalhar o texto com essas crianças, de um modo didático, por exemplo, assim como os pais, as mães e/ou responsáveis, que podem querer ler ao auxiliar em atividades sobre a obra, visto que as crianças em idades menores podem ainda apresentar alguma dificuldade na leitura de textos mais elaborados, assim como outras pessoas próximas a essas crianças podem lê-lo, pessoas que podem ajudar, como irmãs, irmãos, parentes maiores. Então, o perfil desse/a leitor/a está para pessoas escolarizadas, que possui algum domínio de leitura e/ou pedagógico, mas também que possui um poder aquisitivo para adquirir a obra, já que uma pessoa com problemas financeiros possivelmente irá pensar, antes de adquiri-la, se cabe no orçamento, já que considerando o contexto atual no qual vivemos as condições de subsistência estão altas para quem recebe apenas um auxílio do governo, por exemplo, ou um salário mínimo. Com essas considerações, estou pensando o contexto macro em que esse texto/enunciado/gênero é produzido/recepcionado, de modo que essa compreensão é necessária para entender as escolhas desse “eu” discursivo nessa narrativa.

4.1 ENTRE MULTISSEMIOSES LITERÁRIAS



Figura 07: Capa do Livro “Ser Tão”

Fonte: Monteiro (2016).

No livro “Sertão”, tal como já podemos ver na capa cima, a paleta de cores é formada por cores quentes, em que há predominância dos tons amarelos e laranjas, se repetindo em quase totalidade das ilustrações, havendo um pouco de tons verdes, e umas tonalidades de marrom e preto. Outro aspecto presente na capa do livro mostrada anteriormente é o que parece ser um lagarto, que se repararmos em narrativas fílmicas que trazem lugares mais vazios, como o deserto, tal como no filme “Rango”, por exemplo, vemos em parte do Velho Oeste um camaleão em meio a areia, e quase nenhuma vegetação, pessoa ou animal por perto, ou presente no espaço. Como vemos na cena abaixo:



Figura 08: Recortes do filme Rango.

Fonte: Netflix, 2011.

Ainda na capa do livro, vemos os galhos de fundo, que parecem sem folhas, remetendo ao cenário de um lugar que não tem verde, talvez seja remetendo a uma das características de algumas espécies de vegetações presentes/características no/do semiárido no período de estiagem, a caatinga que acaba sendo narrada estereotipada também. Cabe aqui, esclarecer que a caatinga é um bioma cuja área de domínio não coincide com a superfície do Semiárido Brasileiro – SAB, como aponta Schistek (2017), pois, por questões administrativas, na definição dos critérios do Semiárido Brasileiro foram incluídas áreas limítrofes, que não são propriamente semiáridas. O SAB cobre 982.563 km² e a área da Caatinga corresponde a 844.453 km². A vegetação da caatinga é adaptada ao clima semiárido com suas chuvas irregulares e de alta evaporação, visto que as plantas, a vegetação, apresentam mecanismos de

extrema maleabilidade para poder adaptar seu crescimento e o seu ciclo reprodutivo a longos espaços de tempo sem as precipitações, como nos diz o agrônomo, como, por exemplo, as plantas de uso intensivo, que apresentam uma recuperação rápida, depois de longos períodos sem chuva; as de uso extensivo, que têm raízes profundas e folhas adaptadas aos períodos sem chuva; e as de uso acumulador, que apresentam raízes rasas e se beneficiam das chuvas curtas e intensas que molham somente os primeiros centímetros do solo, características do SAB.

Na capa do livro, podemos notar também que estão presentes dois pássaros, um em imagem mais viva, com cores mais concretas e realistas e outro sem detalhes, misturado com o amarelo todo ele. Goh (2022), citando Carbonieri, nos fala sobre a importância da presença de animais, infiro que aves também, pets, insetos, gatos, nos textos infantis, que são coisas pequenas, mas que contribuem com o desenvolvimento da imaginação e o descobrimento da imensidão das pequenas coisas. No entanto, na capa, percebemos que são enfatizados aspectos de um período de estiagem no espaço sertão, e as cores que são destacadas nessas plantas são em tons escuros, puxando para o marrom e o preto, predominando em toda a capa a tonalidade em cores mais alaranjadas e o amarelo, tons considerados mais quentes, o que pode ser uma escolha semiótica como índices discursivos que remetem ao sol, ao seu suposto efeito sobre o solo desse espaço, o que é interessante para posteriormente pensarmos o título desse livro, os possíveis sentidos propostos nessa construção linguístico-imagético, cujo palavra-título está formada por dois vocábulos, quais sejam, “Ser” “tão”. Retomo a essa reflexão mais adiante neste texto.

Podemos notar também que há uma certa coerência ilustrativa na estrutura das páginas iniciais, como vemos abaixo, pois nas cores que se seguem podemos ver que vão apresentando tons amarelos mais escuros, claros, assim como o laranja e o preto, remetendo em algumas páginas aos tons laranjas mais escuros presentes algumas vezes no pôr do sol, com podemos ver nas imagens de páginas abertas no livro de Fábio Monteiro (2016).



Figura 09: Folha de rosto pré-textual
Fonte: Monteiro (2016).



Figura 10: Página dupla, de abertura, contendo ficha catalográfica.
Fonte: Monteiro (2016).



Figura 11: A paisagem narrada na 2ª página textual.
Fonte: Monteiro (2016).



Figura 12: O contraste imagético na 3ª página textual.
Fonte: Monteiro (2016).

Esses aspectos visuais estão presentes na ilustração de quase todas as páginas deste livro, como na marca d'água das páginas que estão provavelmente remetendo a solos rachados na maioria das páginas e sempre em tons amarelos, laranjas, mais escuros. Nessa reflexão, é importante percebermos que não há nenhuma ilustração lúdica, ou seja, não há nenhuma ilustração que apresente ilustrações simples, desenhos que tragam diálogo com o real, ou que se assemelham ao que vem no mundo real, ao palpável, tanto da página do início

quanto da página final da narrativa. Há apenas o aspecto de solo rachado em tom laranja, o que pode ser problemático para o público infantil, já que, como problematiza Martin e Souza (2021), as crianças se prendem nas ilustrações e nos sentimentos que são transmitidos ao ver as imagens, e um cenário de supostamente um solo rachado, como vemos nas imagens abaixo, pode não significar nada para as crianças, ou pode frustrá-las, tal como vemos nessas páginas da dedicatória e nas páginas finais, porque não há imagens, ilustrações.

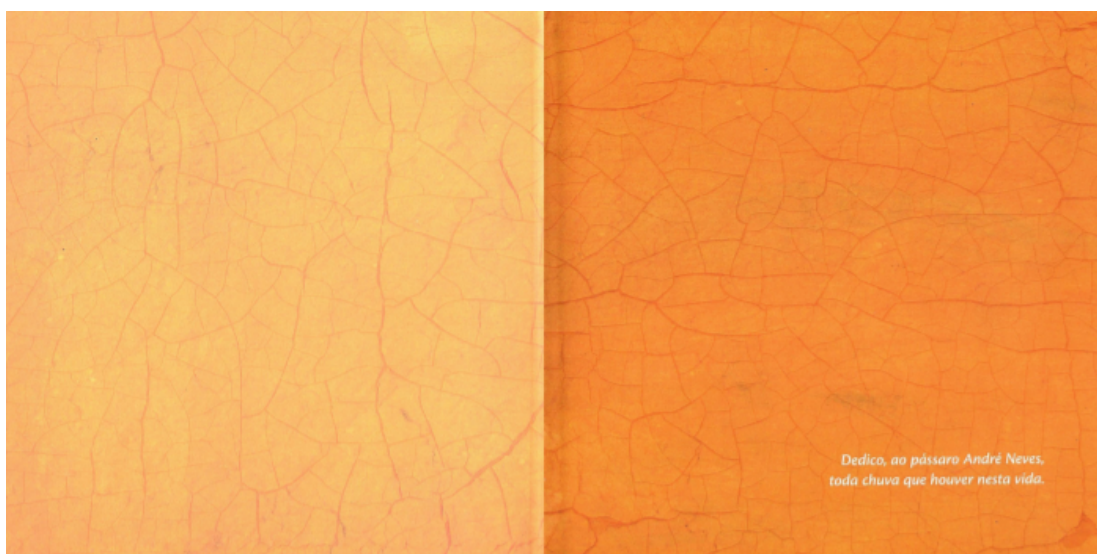


Figura 13: Página de Dedicatória.
Fonte: Monteiro (2016).

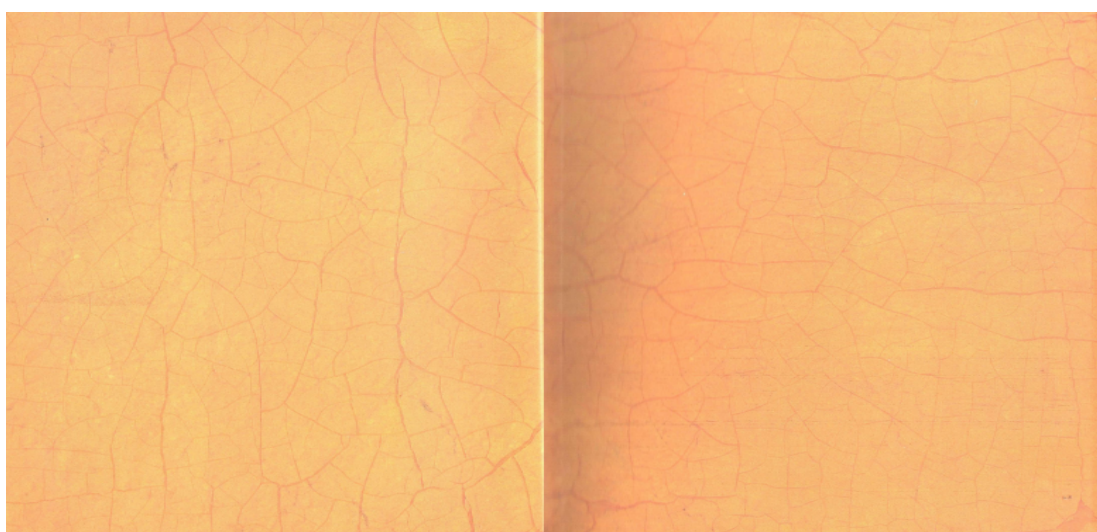


Figura 14: Folha após o final da narrativa escrita.
Fonte: Monteiro (2016).

O interessante de se notar nesses solos é que, a partir dessas imagens, ou dessa imagem una, podemos recuperar o imaginário social sobre a espacialidade Sertão, Nordeste, Semiárido, pois se pesquisarmos no Google a palavra ‘Sertão’ aparece imagens de solos rachados, como as barragens quando estão sem água por um tempo, de modo que aparecem rachaduras no solo. Também remete às antigas casas de taipa, as paredes feitas de barro, as rachaduras do barro, que curiosamente aparecem majoritariamente também quando digitamos a palavra Sertão. Conforme discutido com Albuquerque Jr (2021) e nas reuniões do Gelasal e da disciplina eletiva “Letramento e Educação no semiárido”, vemos que o que majoritariamente é enunciado na internet no geral são imagens e dizeres de um sertão com uma terra gretada, é o espaço do cacto, do cavalo, da carroça de burro, dos animais cadavéricos mortos, das casas de taipa. Percebemos, então, como aponta o historiador, que são as mesmas imagens repetidas numa espécie de caricatura, inclusive feitas por artistas que trabalham na internet, de modo a continuar reproduzindo esse imaginário. Ainda como argumenta o pesquisador, é difícil fugir do clichê, do estereótipo, porque esse é um discurso que quer ser recepcionado, porque, quando (re)enunciado, é um discurso já pronto, hegemônico, portanto, esperado. É assim, uma recepção mais fácil, como um filme ou um livro com uma narrativa que traz imagens que são aquelas que as pessoas já esperam. É mais fácil do que romper com o já conhecido, o já dito. Logo, produtores culturais, portanto, encontram-se diante de uma encruzilhada, no sentido de “escolher” fazer ou não o que já é esperado.

Nesse sentido, podemos observar que o Sertão, nestas imagens, está para o outro da civilização, como situa Albuquerque jr (2021), visto que é sempre (re)enunciado como o não contemporâneo, é narrado como a reserva de um passado que se foi em relação a quem emite o discurso, já que, conforme aborda o pesquisador-historiador, o sertão depende de quem emite o discurso, assim como da temática do sertão enunciada. Para ele, quem fala do sertão, trata-o de uma determinada forma e a partir do lugar de onde esse sujeito que enuncia ocupa. Fala, no entanto, que sempre se toma o sertão como recuado no tempo. Essas primeiras ilustrações-imagens dessa narrativa parecem reafirmar essa ideia de que o sertão é o passado, contrário ao mundo moderno e ao espaço urbano. Essa perspectiva interessa-nos porque os sentidos, a significação, presente na obra literária, estão dialogando com essas imagens homogêneas, caricatas e saudosistas, que estão no imaginário social acerca do espaço sertanejo e que são recorrentemente trazidas à memória social quando se pensa em Sertão, Nordeste e Semiárido, com vemos também nas páginas abertas que seguem:

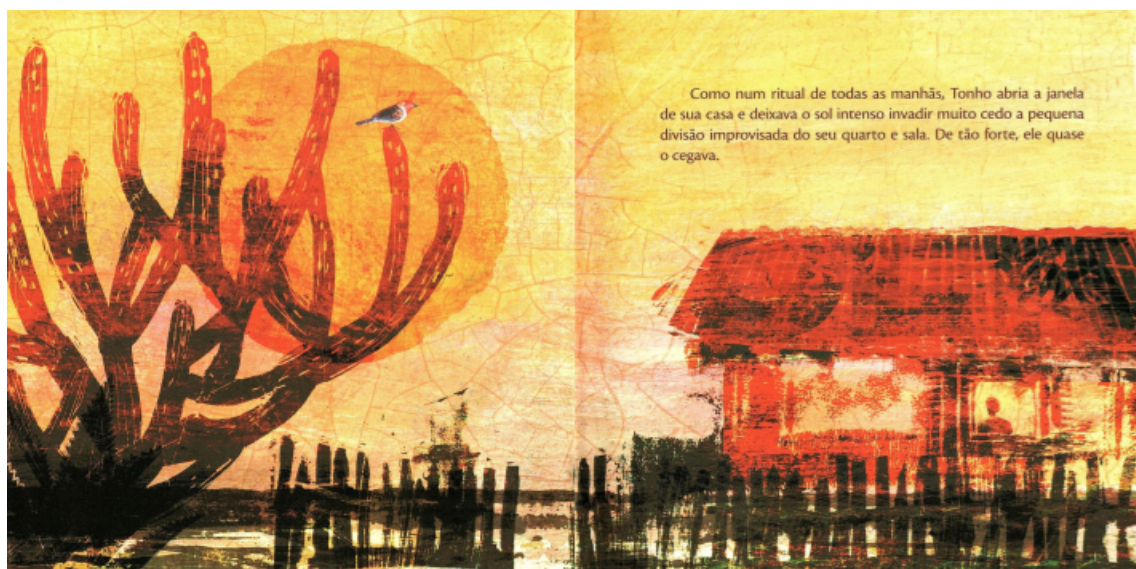
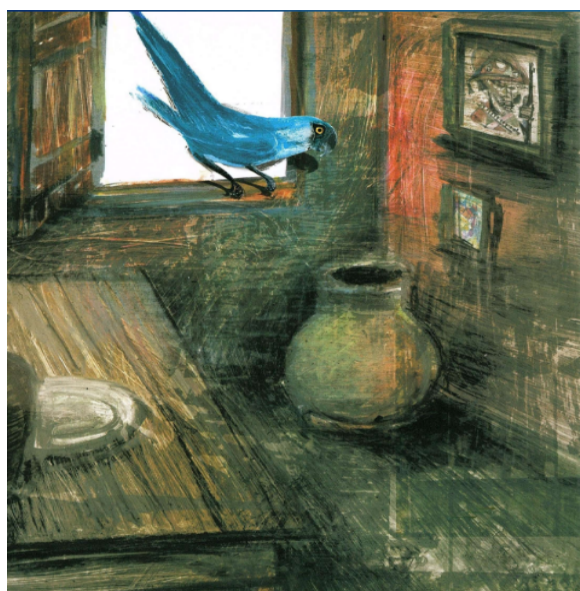


Figura 15: Início da narrativa.
Fonte: Monteiro (2016).

Essa imagem é a parte em que o narrador começa a narrativa escrita. Sua construção imagética, paisagística, quando olhamos os tons, as cores, o sol, o xique-xique, os espaços vazios atrás da casa, está possivelmente retomando/reenunciando as construções linguístico-discursivas hegemônicas acerca da territorialidade sertaneja, em que é o sol o grande destaque da narrativa, de modo que o sol e sua claridade tomam um tamanho bastante considerável da página, por trás do que seria a casa do personagem Tonho, a qual também é tomada de acordo com o discurso hegemônico acerca do espaço em que vivem as pessoas do espaço Sertão. E os aspectos visuais em frente à casa na ilustração? Se verificarmos as casas em espaços nordestinos retratados na literatura, em pesquisas no Google, em livros didáticos, em novelas, como a intitulada de “Cordel Encantado”, da TV Globo, essas são tomadas recorrentemente como rurais, num imaginário estereótipo, visto que são enunciadas como pequenas e simples, que são ainda de barro em tons escuros, de modo que possuem cercas e/ou cercados simples, quando os têm.

Na direção da construção ilustrativa, na sequência imagética das páginas, num recorte ilustrativo, do lado esquerdo da página mostrada na imagem abaixo, de dentro da casa do personagem Tonho, notamos um pote de barro, uma janela simples e as cores das paredes, que remetem a tons marrons acinzentados, como se fossem feitas de madeira, sem pintura, dando aspecto de corroídas pelo tempo, assim como a mesa que está retratada nas mesmas tonalidades, como se fossem de tom uno, contribuindo com a narrativa que toma o lugar como um espaço em que falta tudo, de modo que o espaço mostrado visualmente toma a casa como

simples, básica, em que falta praticamente tudo. Mas há uma quebra desses sentidos com o pássaro, que possui uma tonalidade azul, remetendo a uma possível arara azul, que antecedendo à narrativa é descrita como exuberante. O pássaro quebra a construção imagética da ilustração, destacando-se, como vemos:



Em contraste com todo o resto, trazendo esperança aos olhos secos do menino, um pássaro exuberante surgia em sua janela, como se nada houvesse além do seu desejo pelo amor de Tonho.

Vinha de longe, talvez de lugares inimagináveis àquela paisagem onde tudo faltava. Trazia nas asas esperança de chuva, nas pontas das penas góticas de lugares distantes.

13

Figura 16: O pássaro na narrativa.

Fonte: Monteiro (2016).

Ainda podemos notar que essa imagem possivelmente está remetendo à casa do personagem durante a visita do seu amigo pássaro. Na imagem, ainda vemos dois quadros na parede, um mais abaixo sem destaque e outro que está mais visível e possui a fotografia de um cangaceiro. Logo, podemos notar a presença do cangaço, lidos, conforme Albuquerque Jr (2011), pejorativamente. Logo, segundo o historiador, o banditismo foi/é tema para comprovar as consequências da seca e da falta de investimento. Desse modo, adquire, nessas (re)enunciações hegemônicas, uma atribuição pejorativa que marca o/a nordestino/a como violento/a, selvagem. Assim, o cangaço e a figura do cangaceiro são imagens que compõem uma figura mítica, complexa, num discurso que marca o Nordeste e o nordestino com o estereótipo de “macheza”, de lugar de assassinos, espaço, então, de violência, como nos diz o historiador. Desse modo, o cangaço, é um dos temas centrais na literatura regionalista nordestina inaugurada por Franklin Távora na obra “O Cabeleira”, que, conforme Albuquerque Jr (2017), coloca o cangaço como uma “voz sertaneja”, isto é, uma expressão para descrever o que seria um conjunto de armas portadas por um criminoso, com uma

espécie de vestimenta, de armadura constituída pelo conjunto de armas portadas pela figura do cangaceiro.

Conforme discutido, a figura do cangaceiro e do cangaço são recorrentemente retratadas na literatura, no cinema e na história, quando se fala em Sertão, Nordeste, de modo que o imaginário que se tem sobre sujeitos dessa região retoma a essa figura mítica, violenta para alguns, heróica para outros. Desse modo, observa-se que a literatura e o cinema seguem (re)enunciado essa figura construída e perpetuada como “homem rústico”, com roupas e chapéu de couro, assim como suas sandálias, imagens (re)enunciadas no cinema como, por exemplo, com o personagem Ojuara, do filme “O homem que desafiou o diabo,” de 2007, o qual utiliza vestimentas do que seria o “vaqueiro”, e, no decorrer do filme, há partes em que trazem aspectos visuais voltados para tonalidades em laranja e amarelo, assim como podemos observar nas tonalidades do livro aqui analisado, com paisagens pouco povoadas e espacialidade que destacam o período de estiagem, denominado de “seca”, de modo que vai trazendo imagens e cores muito parecidas com as retratadas neste livro. Vejamos as imagens abaixo:



Figura 17: Recortes do filme “O homem que desafiou o diabo.

Fonte: YouTube, 2013.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9SJHnv37emk>

Acesso em: 07 de Abril de 2023.

Como pudemos observar nas imagens da (suposta) “realidade” regional na narrativa literária, como discutido com Albuquerque Jr (2011; 2016), há uma caricatura estereotipada aí presente, pois são imagens que são fruto do discurso regionalista que as reproduzia/produz, como identidade regional, temas da seca, do cangaço, do coronelismo e do fanatismo religioso, nucleares em toda a produção discursiva acerca do Nordeste Sertão, Semiárido, como podemos observar nas imagens do livro “*Ser Tão*” e do filme mencionado anteriormente. Porém, observando ao filme, no recorte exibido, há, na segunda cena à esquerda, uma antena parabólica, o que pode estar para uma modernidade, já que pressupõe a existência de televisões. Então, observamos, como aponta o historiador, que tais construções imagéticas e discursivas estão conflitantes, já que o rural tem algo de moderno exibido, tecnológico. Logo, como apontou Albuquerque Jr (2016), as imagens estão se tornando cada vez mais distantes de “representar” o que se tornou e vem se tornando os espaços do Nordeste, do Sertão e do Semiárido, mesmo que continuem sendo repetidos com ênfase, inclusive nos discursos políticos e na literatura. Podemos exemplificar que existe uma crise nesse imaginário sobre o Nordeste, Sertão, Semiárido, como discute o historiador, visto que os espaços estão passando por mudanças históricas, as quais vêm contribuindo para tornar as imagens e enunciados caricatos, estereotipados, em torno do que seria o ser nordestino, sua realidade, sua paisagem e cultura, cada vez mais deslocados.

No entanto, como discute Albuquerque Jr (2008), o espaço é tomado como instância que nega o tempo e resiste à mudança, é visto como um objeto fixo, já dado, que não seria problemático. Ou seja, é construído como um objeto constituído por uma realidade inquestionável. Tem sido pensado a partir do dizer geográfico reduzido, tomado como o lugar da imobilidade, porém, como sugere o historiador, se nos atentarmos para o que ele chama de arqueologia das noções espaciais, isto é, se observarmos os conceitos especializantes que utilizamos, podemos encontrar a historicidade que os habita. Assim, compreendemos o papel da linguagem na construção e desconstrução das noções espaciais que manipulamos e como essas dão origem a práticas espaciais, as quais são a base de projetos políticos, administrativos, culturais, éticos e estéticos que definem fronteiras e as delimitam.

Observando as construções imagéticas dessas espacialidade, conforme discutidas com Albuquerque Jr (2011; 2008), podemos compreender que os discursos inscrevem os espaços, no sentido de que são os discursos que os produzem e os pressupõem, para se legitimar. Assim, os espaços, como discutido nas reuniões do Gelasal, entre março e abril de 2023, são construções linguístico-discursivas, e tal como esse pesquisador-historiador, compreendemos que as regiões são produtos do discurso, isto é, que o discurso é especializante, já que as

regiões se instituem por meio das práticas discursivas, nas quais imagens e textos, que podem ter relação entre si, e o que emerge como “realidade” regional são construções que se fixa(ram) como “reais”. Então, como discutido anteriormente, regiões estão para um conjunto de enunciados e imagens que se repetem com certa regularidade em diferentes discursos de diferentes épocas, como apontado por Albuquerque Jr (2011). Nesse sentido, o historiador também nos esclarece que os discursos sobre dada região são uma espécie de monumento da construção desses espaços. Sendo assim, as fronteiras dos territórios não são a-históricas, já que são criações históricas e multiformes. Os espaços são produtos das práticas, são invenções. Portanto, não são uma realidade natural, econômica ou política, mas sim uma construção cultural que se faz a partir e levando em conta outras dimensões. Como discutimos nas reuniões do Gelasal, a partir do texto de Albuquerque Jr (2008) e das problematizações com o Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, entendo que os espaços, as regiões, são objetos em construção e desconstrução, que estão em constante movimento, mesmo que os discursos regionalistas busquem a manutenção e a cristalização da construção hegemônica de sentidos acerca do Nordeste, Sertão, Semiárido, almejando a imobilização dessa significação discursiva, como observamos no livro analisado aqui e no recorte de cenas do filme “O homem que desafiou o diabo”.

Pensando nas construções imagéticas discutidas aqui, faz-se interessante abordar que a região implica a construção de uma paisagem, a qual é ideológica e nasce do cruzamento de uma rede de olhares. Porém, como aponta Albuquerque Jr (2008), as paisagens estão sempre prontas a desmoronar, ou seja, são invenções, já que como discutido nas reuniões do grupo de estudo, as narrativas sobre um lugar criam uma paisagem visual, assim como a própria região é uma narrativa e se constitui nas subjetividades regionalistas e regionalizadas. Sendo assim, as regiões nascem de investimentos e produção de sentido na busca por organizar o mundo, ou seja, como argumentado anteriormente, são invenções humanas

Assim, compreendemos que as (re)enunciações desses espaços e as imagens são semanticamente construídas, inventadas, nas nossas práticas linguístico-discursivas e sócio-históricas. Logo, podem existir discursos outros. Nesse sentido, os espaços são produto das elaborações poéticas, literárias, cinematográficas, midiáticas, etc., os quais são realizados por quem os tomam como objeto de suas práticas. Desse modo, conforme as construções ilustrativas, imagéticas, do livro literário infantil analisado aqui e no recorte do filme acima, o qual toma o Nordeste, Sertão, Semiárido como (suposto) referente, é possível observar que os discursos hegemônicos seguem (re)enunciado essas espacialidades com dizeres e visões

estereotipadas, difundidas no imaginário social e perpetuadas pelos meios de comunicação, pelo cinema e pela literatura.

A partir da Figura 14, a estrutura das páginas vai sofrendo mudanças, pois há uma continuidade imagética até certo ponto em páginas duplas e na metade do livro há essa quebra, em uma página há a ilustração da parte de dentro da casa e na página ao lado, a direita, há o texto narrativo, mas em um fundo branco, que, como dizem Martin e Souza (2021), essa escolha ilustrativa é muito perigosa, porque é muito abstrata, de modo que tira a história que estava se seguindo e a traz para um estado psíquico. Para elas, isso não é à toa, porque o lado direito é o mais caro e o mais importante para a ilustração. Essa estrutura vai deixando um trânsito entre mundo real e o psíquico e vai se repetindo, alterando também o branco para o lado esquerdo. Mas, se dá em maioria do lado direito. As imagens estão em tela cheia, de modo que possivelmente as crianças podem estar fixas nas imagens, no sentido de que as ilustrações podem não prender a atenção das crianças que possam ter acesso a esse livro, visto que ele não possui cores diversificadas que possam contribuir com a provocação da alegria, já que as crianças quando têm acesso a livros estão buscando nas ilustrações algo que traga sua atenção e possivelmente as imagens são o foco de atenção delas, como nos diz Martin e Souza (2021).

É possível notar, além desses aspectos de solos rachados nas marcas d'água nas páginas, ao fundo de algumas imagens o que parece ser uma vegetação que poderia ser verde, mas que foi colorida em tons escuros, como o preto, que é recorrente na colocação da vegetação, que remete aos galhos de árvores sem folhas. Mais do que essa vegetação, há os espaços vazios, remetendo ao deserto, imagem que é, conforme argumenta Albuquerque Jr (2017), inúmeras vezes utilizada para descrever o sertão calcinado pela seca, com o que parece ser areia, também em tons amarelados, e há o cacto, o mandacaru, que são quase que uma caricatura, uma “representação da nordestinidade”, porque nos discursos hegemônicos, no imagético, nas novelas, quando o sertão é retratado pela grande mídia, é recorrente essa associação apenas ao cacto, de modo que parece não haver nenhuma outra vegetação além do cacto e de galhos de árvores sem folhas no Sertão, em cenários sem quase nenhuma plantação, apagando as demais diversidades de plantas que existem na região, mantendo essa visão estereotipada. Essas paisagens, como diz Albuquerque Jr (2016), são as ditas sertanejas, vistas como sendo a paisagem nordestina por excelência, visto que trazem o clichê imagético sobre essas espacialidades, sobre a natureza da região, que está relacionado com a “seca”, a estiagem. Vemos em tais ilustrações imagens do que seria (supostamente) a caatinga, a qual,

conforme discute o historiador, é tomada como o símbolo do que seria a paisagem da região Nordeste, e nela está o mandacaru.

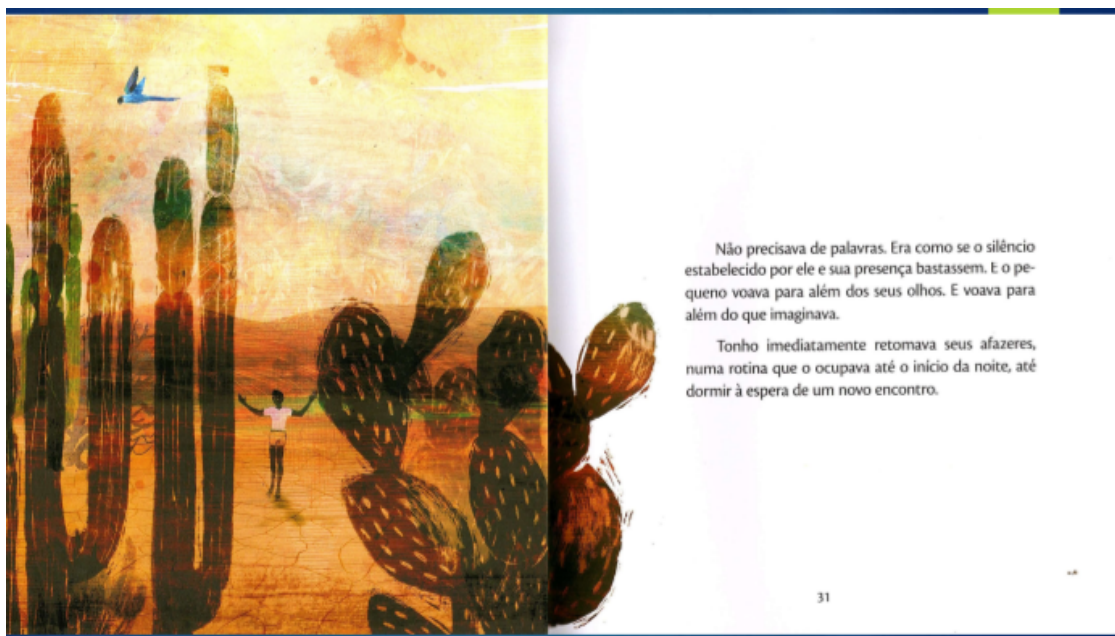


Figura 18: A vegetação e o espaço.

Fonte: Monteiro (2016).



Figura 19: A noite e o sol.

Fonte: Monteiro (2016).

No entanto, nessas ilustrações do livro há uma outra espécie de planta mais rasteira e um pouco mais verde. São mostradas também mais espécies de cactos, como o que seria o xique xique, a palma e o mandacaru, presentes na caatinga. Mas, as duas últimas nas imagens estão mais escurecidas, havendo pouco verde. Há também a ilustração de uma imagem do

deserto, formando encostas de areia, e apenas uma árvore com apenas galhos sem folhas ao lado da imagem, corroborando com os sentidos pretendidos, ao enunciar esse espaço como deserto, como vemos na imagem abaixo:

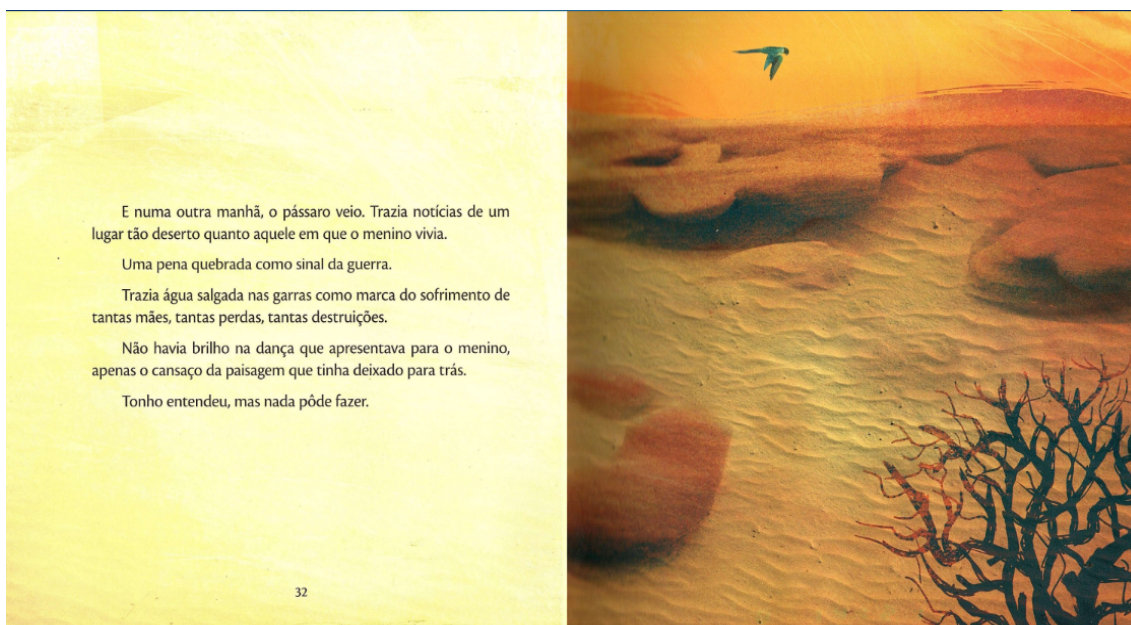


Figura 20: O deserto.

Fonte: Monteiro, 2016.

Diante de tais ilustrações paisagistas, podemos observar que é recorrente no livro, assim como na cinematografia sobre a região, um espaço sertanejo, nordestino, em que a caatinga, como discute Albuquerque Jr (2026), aparece seca, cinzenta, sem folhas nas árvores, aparecendo somente os galhos em tons cinzas. O historiador também situa que os tons de cinza, marrom ou ocre, amarelo alaranjado, os quais remetem ao sol e a o que seria o reflexo do sol, supostamente, na terra, formam uma espécie de paleta, da qual não fogem os/as escritores/as, artistas que querem construir uma paisagem dita/tida como nordestina de “real,” verossímil. Desse modo, como discute o pesquisador-historiador, diante desse cenário linguístico-discursivo hegemônico acerca do sertão, a presença da água é rara, pois o que se destaca é um sol amarelo ou laranja com uma luminosidade excessiva, uma luz saturada, como podemos observar nessas ilustrações abordadas neste livro infantil, em que o espaço aparece iluminado, destacando uma terra marrom, gretada, com vegetação rala, amarronzada, com horizonte aberto, distante e desértico, como aponta Albuquerque Jr (2016). Podemos observar também que o céu ilustrado no livro aparece majoritariamente em tons amarelo e laranja. Apenas uma ilustração traz o céu em tom azul, como vemos na imagem abaixo.

Porém, todas as outras não apresentam nuvens, mostram apenas o sol “quente” ou o que o historiador chama de uma vastidão negra e luzes brilhantes durante a noite.



Figura 21: O voo do pássaro.

Fonte: Monteiro, 2016.

É curioso, porque depois dessas imagens, há outras como essa árvore “seca”, sem folhas, dentro da imagem do que seria o menino, como vemos na sequência, como se essas características de lugar seco estivessem dentro desse personagem, como se fizesse parte de quem ele é, de sua construção. Esses aspectos, assim como o das páginas seguintes, que colocam o menino sem rosto, parecem misturar o que seria a árvore com galhos secos, sem folhas, e o menino, mobilizando imagens abstratas, distantes. Desse modo, é interessante considerar o que Martin e Souza (2021) nos dizem em relação à tentativa de produção de sentidos desse “eu” que enuncia, o autor e ilustrador, para o “outro”, se considerarmos os aspectos imagéticos e a coloração das ilustrações e as crianças de 6 a 10 anos de idade. Para elas, as crianças gostam de cores e imagens harmônicas, que estejam próximas do real ou que se aproximem do real em alguma medida. Logo, essas imagens além de trazerem traços abstratos, podem não aproximar a criança que lê esse livro com imagens que não dialoguem com cores reais das imagens que vê a sua frente, já que, por exemplo, o personagem Tonho é ilustrado todo em branco, sem um rosto, sem uma expressão que possa provocar algum tipo de sentimento, e o preto e branco não chamam atenção das crianças, porque não são cores, são contrastes, como afirmam Martin e Souza (2021), e não são índices de sentimentos.

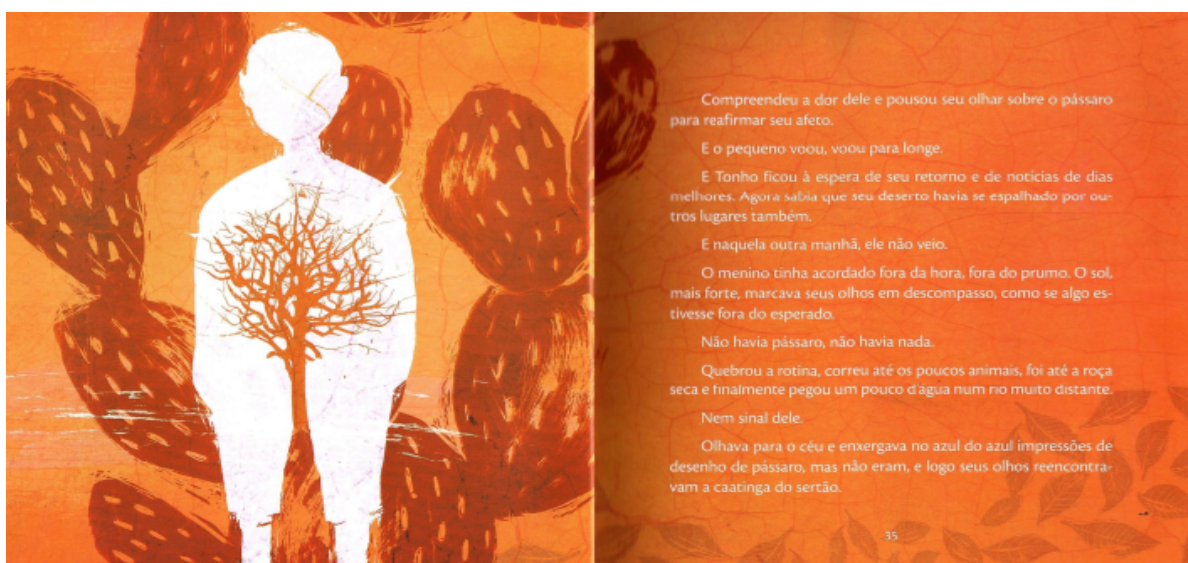


Figura 22: Árvore e menino.

Fonte: Monteiro (2016).

Martin e Souza (2021), sua argumentação vai no sentido de que a criança sempre precisa que o referente dela esteja um pouco a sua frente, porque se apresentarmos sempre um desenho ou ilustração que está no mesmo nível de linguagem ou abaixo do da criança, ela vai ficar incomodada, porque já tem uma ideia na cabeça do que é que está desenhando. Mas, quando o desenho está muito inferior ao que a ideia dela já apreendeu, então, irrita-se. Só que se o desenho, a ilustração, apresenta traços branco e preto a criança não vai se interessar. Para elas, quando tem a cor, fica presa no sentimento, porque as cores comunicam coisas que não estão no plano material, são metafísicas. Segundo a pesquisadora, as crianças são muito presas no sentimento, ou seja, são mais sentimentais.

Nesse aspecto, há algumas imagens que vão ficando muito abstratas para as crianças, ao passo que misturam informações, como vemos abaixo. No entanto, estão em coerência com o que a narrativa conta. Nesse sentido, as imagens, as ilustrações, condizem com o que está na história, como vemos na segunda imagem acima, visto que segue a proposta discursiva, ou seja, os sentidos propostos na enunciação.

Mesmo assim, as ilustrações estão para um direcionamento artístico, estético, com características imagéticas de obras de arte com aspectos surrealistas, como podemos ver nas imagens na sequência. Mas, as ilustrações não deveriam estar para obras de artes. Porém, é no que parecem incorrer as imagens do livro “Ser tão”, em algumas ilustrações, como ao mostrar essa imagem da metade do pássaro e na outra metade o que parece ser uma carranca, de modo que, como nos dizem Martin e Souza (2021), há intervenção da arte nessas ilustrações. Com

essas escolhas enunciativas para o livro infantil, a criança pode se frustrar ao não conseguir associar essas imagens a características de figuras reais, e a não coerência, porque nas primeiras imagens há a figura de um pássaro azul que tem uma coerência com o real, mas o menino tem formas distantes, não sendo possível ver sua face. Essas escolhas semióticas podem levar as crianças ao psiquismo, a criar as imagens do menino na mente, e ao ver essa última imagem mostrada abaixo, do que deveria ser um rosto de um menino humano chorando (na Figura 23), se anteciparmos a narrativa que trata do menino, as expectativas da criança podem não ser correspondidas, o que pode causar frustração e indagações.

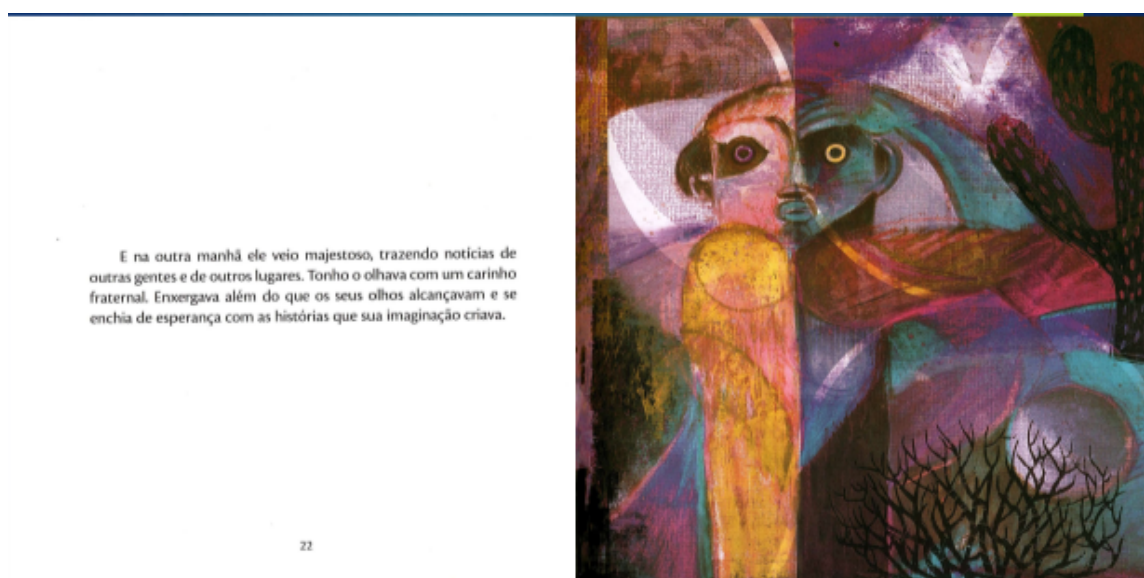


Figura 23: Mistura abstrata
Fonte: Monteiro, 2016.



Figura 24 - Ilustração da narração do choro do personagem Tonho.
Fonte: Monteiro (2016).

Como vemos, essas imagens, assim como outras presentes na obra, vão trazer um certo distanciamento do mundo mais concreto, que se aproxima do que se conhece. No entanto, seguem a proposta de sentidos da enunciação da narrativa que toma o Sertão como “seco,” “desértico,” em que falta quase tudo, a qual reproduz dizeres hegemônicos acerca das espacialidades do Sertão, Nordeste e Semiárido. Mesmo com essa coerência narrativa-ilustração, essas ilustrações podem ser problemáticas se forem trabalhadas na esfera escolar com funções didáticas, pois, algumas imagens vem trazendo algumas características muito abstratas, visto que não há, em muitas dessas passagens imagéticas, cores harmônicas, diversificadas, no sentido de que podem não dialogar com o que essas crianças vivenciam, não há formas muito próximas ao que veem no mundo real, que possam ser identificadas no vivido, no dia a dia. Se observamos bem, as formas fogem ao linear. Em muitas imagens, vão sendo misturadas cores muito próximas, umas sobre as outras, sobrecarregando as imagens, o que pode ser prejudicial para as crianças, frustrando-as conforme argumentam Martin e Souza (2021).

Então, considerando essas informações percorridas acerca das ilustrações, podemos notar que o “eu” ilustrador, ao pensar o que iria colocar ilustrativamente no livro, considerou a sua arte, a estética, mesmo que em certa medida dialogue com a história narrada, e como discute Souza (2021), o ilustrador precisa pesquisar acerca do espaço em que vai situar a ilustração, se dialoga com o que se tem desse espaço. Ao pesquisar sobre o Sertão, por

exemplo, como discutido a partir da historiografia de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, há um arquivo imagético hegemônico sobre o Sertão, Nordeste e Semiárido, forjado há mais de um século, o qual toma esses lugares como uno, e todo ele seco, sem vida, quente, em que somente existe sol, e a chuva quase não existe. Então, é tomado como quase inóspito, e miserável. Mas, tendo em vista as considerações de Martin e Souza (2021), o ilustrador pode não ter considerado de forma mais científica os impactos que o “outro”, as crianças, podem sofrer ao observar as imagens produzidas na obra. Se considerarmos as ideias das autoras/ilustradoras citadas anteriormente, podemos inferir que pode existir uma preocupação do “eu” ilustrador com a recepção da sua arte, da sua produção estética, almejando sentidos que possam provocar admiração por parte de quem irá ver as ilustrações, no sentido de que pode ter considerado o que o “outro” iria perceber abstratamente de suas ilustrações, sua arte. Entretanto, se o perfil leitor é o de crianças de 6 a 10 anos de idade, essas ilustrações podem não causar nessas crianças que tiveram/têm/terão acesso ao livro os efeitos de sentido que o “eu” ilustrador deseja, já que as crianças nessa faixa etária estão buscando algo próximo do mundo real, do que vivenciam, e podem se frustrar ao não conseguirem perceber uma coerência, mesmo que pouca, com o que encontram no mundo real, e o pouco diálogo na narrativa com as imagens ilustradas.

Pensando o “eu” ilustrador do livro “Sertão”, Mauricio Negro é descrito como escritor de vários livros ilustrados e *designer* gráfico com projetos relacionados à natureza e à cultura brasileira. Então, essa obra possui o “eu” que escreveu a narrativa, mas também o “eu” ilustrador, que são pessoas diferentes. Logo, inferimos que o ilustrador leu a narrativa, o roteiro, e depois o separou em páginas, para seguir o ritmo da leitura, já que, como nos diz Bossato (2021), a estruturação de livros infantis normalmente é iniciada pelo roteiro, a narrativa contada, para enxergar o que está planejando. Como argumenta Bossato (2021), existem duas formas de ilustrar livros infantis, quais sejam, a primeira é fazer a ilustração acompanhar o texto, no sentido de que o que está escrito é o que vai ser desenhado, e a segunda é ilustrar algo que não está acontecendo no texto, mas que é importante para o livro, isto é, ilustrações que tenham alguma relação com a narrativa, mesmo que distante, como veremos nos esquemas abaixo na fala-esquema da ilustradora. Vemos posteriormente que o ilustrador Maurício Negro se utiliza dessas duas formas de ilustrar.

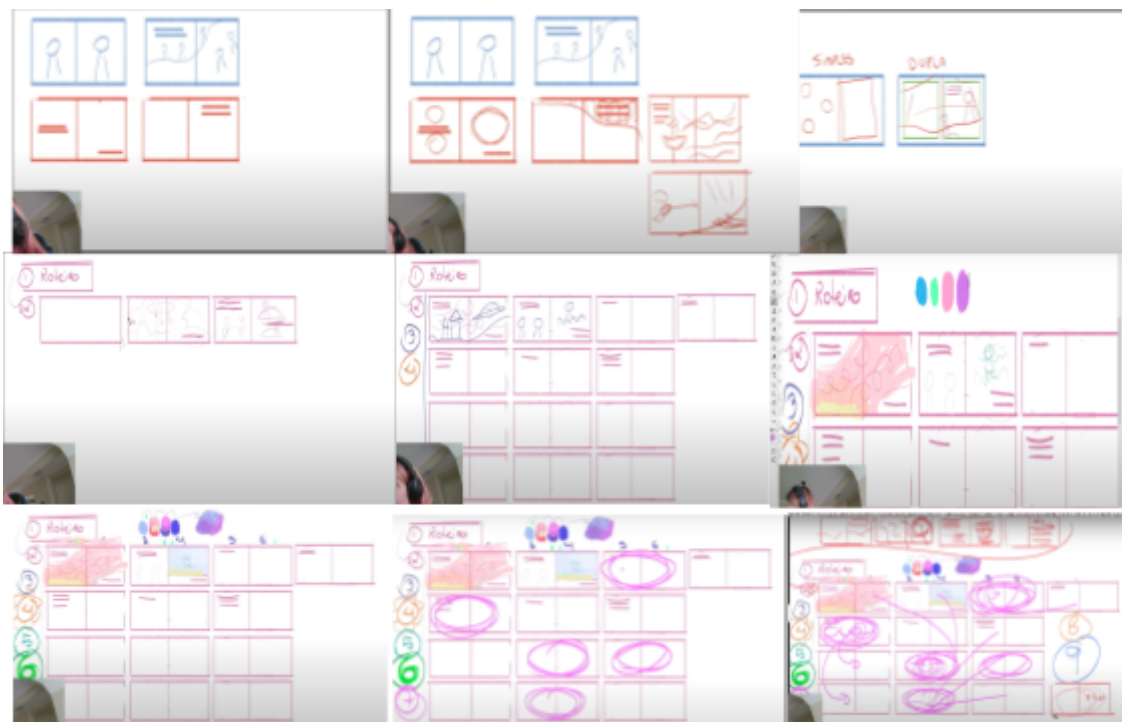


Figura 25: Esquema ilustrativo de produção de imagens em livros infantis.

Fonte: Bossato, 2021.

No processo de ilustrar o livro, o “eu” ilustrador, após ler o roteiro, pode ter dividido onde iria haver texto e onde iria haver imagens, de modo que verifica o texto e vai dividindo nas páginas, pensando as imagens que poderão estar em cada uma delas. E as personagens vão sendo pensadas juntas à ilustração, de modo a imaginar características para cada uma, para criá-las, pensando nas cenas da narrativa escrita no livro infantil. Assim como esses detalhes anteriores são pensados, são também vistas, de acordo com Bossato (2021) e Martin e Souza (2021), as cores, os tons, tudo pensando na estruturação do livro infantil. Então, Bossato (2021) argumenta que todo o roteiro, cenário e cores das ilustrações são pensados e planejados para cada página, as quais podem receber detalhes maiores. Todos esses detalhes mencionados anteriormente são realizados pelo autor e ilustrador da obra, que são o “eu” que enuncia, pensando o “outro” que é o/a possível leitor/a da obra, as crianças. Ou seja, eles estão enunciando considerando a recepção da obra pelo público infantil, de modo que a escreve e a ilustra pensando em propor sentidos para crianças de 3º ao 4º ano do ensino fundamental, como também de modo mais amplo, público de 6 a 10 anos de idade.

Quanto às ilustrações dos livros infantis, é importante trazer as discussões de Martin e Souza (2021), que abordam os perigos a que estão sujeitas as crianças com ilustrações inadequadas à idade, porque nas ilustrações há a necessidade de serem pensados numa articulação entre saberes da Neurociência e da Filosofia, para entender o que é uma alma

humana, e do conhecimento artístico, o processo criativo da arte. Como Martin (2021) diz, a ilustração desempenha um papel fundante em livros infantis, visto que, por exemplo, mesmo que um livro possua um texto muito pobre, a criança pode amá-lo devido às ilustrações, já que observam muito mais as imagens, as cores, os tons, do que a própria história, de modo que vivencia as ilustrações.

Nesse sentido, Martin e Souza (2021) esclarecem que como nos dias de hoje o/a escritor/a da narrativa não costuma ser a mesma pessoa que ilustra a obra, e os/as ilustradores/as responsáveis possuem uma maior liberdade, isso pode ser problemático para as crianças, porque ilustradores possuem uma liberdade para ilustrar que está no sentido de que pode transformar o livro em outra coisa, de modo que a prioridade deles/as é a sua arte, podendo, portanto, romper nas imagens com o que é narrado. Essa característica é o que possivelmente percebemos em algumas ilustrações no livro “Ser tão”, mesmo que exista um diálogo com os sentidos propostos na enunciação escrita. No Brasil, como Martin (2021) diz, é difícil encontrar livros em que a narrativa e as ilustrações estejam dialogando, de modo que precisam optar na escolha do livro ou pela ilustração ou pelo texto.

Para essas pesquisadoras, as crianças percebem muito mais os detalhes das ilustrações, e o que estranham perguntam, questionam, como quebras nas imagens. Para elas, coisas como essas geram perguntas, de modo que na cabeça das crianças pode ficar abstrato. Para elas, as ilustrações de hoje seguem uma forma que traz dúvidas nas crianças para identificar, visto que como diz Souza (2021), nas faculdades de Artes Visuais não se ensina mais a pedagogia humanizada do que é Arte, mas que há concentração de um mundo abstrato o tempo todo nas ilustrações, como vemos em algumas imagens do livro “Ser tão”, quando traz, por exemplo, a imagem de um espaço verde do lado direito e de outro amarelo, tornando a imagem muito abstrata, como vemos abaixo:



Figura 26: Aspectos abstratos.

Fonte: Monteiro, 2016.

Assim, a ilustração está para a criação artística como telas de obras de arte. Porém, voltamos a problematizar que as crianças, nas fases para as quais o livro é indicado não têm ainda uma formação imagética que acompanhe esse raciocínio. Logo, deveria ser fundamental que as imagens acompanhassem o processo de verbalização que tem, porque as crianças já têm um referente formado na cabeça e esperam concretude nas imagens. Quando a narrativa do livro não acompanha esse ajuste de olhar, a criança pode acabar se frustrando, como nos dizem Martin e Souza (2021).

Então, ilustrações com cores prendem as crianças no sentimento. No entanto, ao apresentarem uma imagem no mesmo nível da criança ou abaixo do que ela consegue desenhar, a criança fica incomodada. Essa reflexão compreende que as cores são metafísicas, no sentido de que comunicam aquilo que não está no plano material. Desse modo, se as crianças estão no nível mais sentimental, o contraste do preto e branco não chama atenção das crianças, porque não são cores, não emitem sentimentos, e as crianças ficam presas, não na ilustração de fato, mas no que comunicam algo a elas, que mexem com elas, algo que dá uma forma, e o processo artístico dá forma aos sentimentos, memórias e impressões. Então, as crianças fazem uma transferência do que sentem, imaginam, para o que está sendo apresentado, o que é perigoso, porque a imagem apresentada a ela pode não ser um bom referente para acontecer essa transferência.

Outro ponto é que as crianças não se interessam por ilustrações que estão muito infantilizadas, porque já sabem fazê-las, e, portanto, não se interessam, pois não há espaço para criatividade. Goh (2022) nos traz um outro aspecto do texto infantil que é relevante e

dialoga com as questões em discussão, qual seja, a base para a textualidade, que é a aceitabilidade do livro, que, quando se trata de crianças e adolescentes, acaba gerando no interlocutor, na interlocutora, intimidade com o texto, pois podem adorar determinados livros mesmo que não tenham alguma justificativa técnica. No entanto, tendo em vista as considerações das autoras mencionadas anteriormente, possivelmente as crianças nessa faixa etária para a qual o livro se destina, podem não apresentar uma aceitabilidade satisfatória, em função da textualidade construída. Mas, dependerá da recepção real.

Desse modo, é interessante compreender com Besse (2014) qual é a paisagem construída nessa narrativa infantil. Partindo das reflexões desse pesquisador, a paisagem tem relações com a natureza, mas também têm faces políticas, sociais, simbólicas, afetivas e espirituais, de modo que responde à diversidade destas necessidades. Segundo ele, essa é a riqueza e a complexidade de uma paisagem, do ponto de vista da experiência humana. Pensando nas ideias de paisagem que ele nos apresenta, podemos inferir que um escritor e um ilustrador trazem na construção das narrativas e das ilustrações, nas paisagens que mobilizam, valores, percepções ideológicas, já que projetam sentidos que têm relação com sua maneira de estar no mundo e de habitá-lo, suas memórias e suas vivências em certa medida. Desse modo, a paisagem pode estar num viés de uma construção hegemônica, o que engloba o conceito de “paisagem política”, que, segundo Besse (2014), é a paisagem da grande escala, a qual manifesta visões do poder e se estende através de um espaço percebido como homogêneo, e uma extensão a controlar, marcada por trabalhos que organizam o território e o delimitam por meio de fronteiras visíveis e invioláveis em teoria. Então, podemos inferir que as paisagens do sertão no imaginário social e também nas concepções literárias, científicas e políticas do final do século XIX, como discutido com Albuquerque Jr (2008; 2011; 2016; 2017; 2021) e Santos (2022), até os dias, se dão de forma hegemônica, apesar de haver refratações desses sentidos estabilizados. Está para a visão de paisagem política, como problematiza Besse (2014), noção de paisagem que está presente no livro infantil de Fábio Monteiro, já que perpetua a ideia de um sertão “seco”, sem vida, como foram mostradas nas paisagens anteriormente exibidas.

Os autores, assim como o ilustrador desse livro, que intervêm na produção, na transformação e na manutenção das paisagens, são responsáveis por construir espaços, que são condições necessárias à satisfação de nossa vida. Entendemos que a paisagem, de acordo com Besse (2014), não deve mais ser entendida como uma realidade territorial objetiva, mas como uma forma de olhar o mundo circundante, como uma imagem projetada sobre o mundo. Compreendemos também que a paisagem está relacionada a universos que não são mais limitados à esfera da arte, mas que se situam na articulação da estética com outras dimensões

da cultura, como a ciência, a religião e a política, notadamente. Interessa-nos nesta análise essas concepções de paisagem, porque como nos diz esse pesquisador, a geografia cultural de inspiração crítica entende a paisagem como uma produção ideológica e um dos papéis principais desempenhados por ela no processo social é de ordem ideológica, servindo de suporte a um conjunto de ideias e de valores, como as que são mobilizadas pelo ilustrador ao produzir as ilustrações da obra, assim como as cores, a divisão das páginas, dos pedaços da narrativa. Nessa leitura, partimos então de pressupostos defendidos por Besse (2014) na busca de uma abordagem crítica de paisagem, de modo a encontrar, na construção de paisagens, os processos históricos que lhes deram origem.

Nesse sentido, podemos inferir que no livro em análise, o “eu” que enuncia, o escritor e o ilustrador, foram/são interpelados pelos discursos hegemônicos acerca do sertão, já que trazem o sertão de um modo caricato na construção paisagística, caracterizando-o como seco, sem vida, em que quase não há verde, enfatizando as cores quentes que dialogam com a visão que coloca o Sertão como espaço em que somente há sol, e que supostamente o ambiente imagético estaria sofrendo os efeitos do sol calcinante. Se formos verificar, ao final do livro, quem é o autor da narrativa, vemos que é de uma cidade no Nordeste, Recife/PE. Na quarta capa, após referências sobre o autor, há explicações sobre a possível motivação da escrita, que foi a de rememorar o seu passado, motivado pela saudade que o faz voltar ao lugar inesquecível que um dia deixou, o Nordeste. É dito também que ele deixou Recife e foi a São Paulo em busca de chuva, como vemos a seguir:

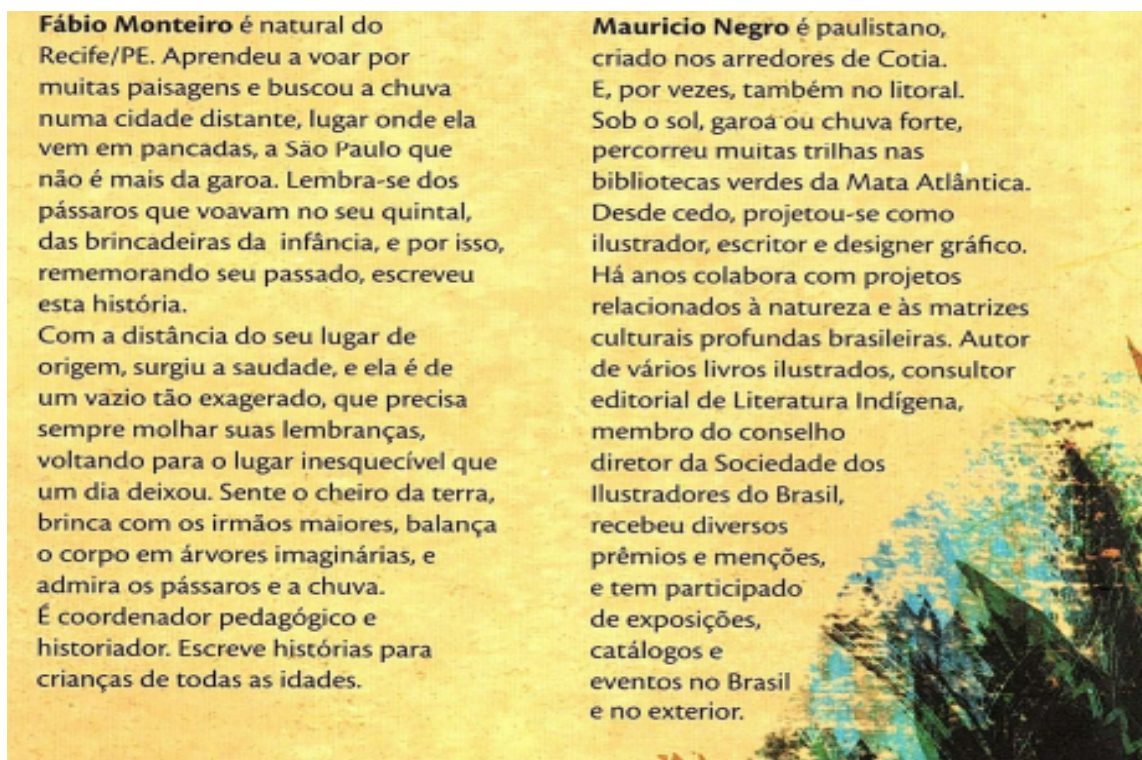


Figura 27: Quarta capa do livro.
Fonte: Monteiro, 2016.

Essas informações inscritas no livro interessam a esse estudo, porque se retomarmos às construções linguístico-discursivas e históricas acerca do espaço nordestino, que é/foi forjado pelos discursos hegemônicos como “seco”, “sem vida”, e o que se tem no imaginário social acerca desse espaço, vemos que estão para discursos que tomam o Nordeste como seco, árido, rural, sem água, e todo ele homogêneo, uno. Esses discursos, como nos dizem Santos Filho e Santos (2021), ganham destaque nacional a partir de textos jornalístico-literários nos fins do século XIX, que narram cenas de pessoas esqueléticas, vítimas da fome e da miséria, e que passaram a ser vistas como retirantes nordestinas. O escritor José do Patrocínio, na obra “Os retirantes”, narra o processo de retirada dessa região de famílias sem recursos, que hoje chamamos de Nordeste, que deixam suas cidades em busca de apoio, de “melhores” condições de vida, escapando da miséria do “deserto”:

O Feiticeiro e vários retirantes haviam abandonado o Engenho, deixando alguns deles a misera família abandonada à desgraça, sem que ao menos lhes dessem, por despedida, uma palavra de conforto. Um pensamento ocorreu logo a todos e impôs-se como certeza. A fama dos Viriatos dos Cariris tomava grande vulto na voz pública; contavam-se já façanhas medonhas dessa quadrilha de ladrões, que se aliara com o flagelo da seca para levar a ruína e a miséria aos cearenses. Onde o sol abrasador, os ventos impetuosos e áridos não podiam chegar, penetravam as mãos dos bandidos; o que não conseguiam as moléstias reinantes, faziam os seus punhais cegos e desapiedados, que eram a guarda de honra que lhes garantiam as suas espoliações.

A princípio, o povoado em que se havia agora aglomerado a imunda enxurrada da desgraça, pareceu um oásis abençoado no meio do deserto. A comissão de socorros públicos tinha pelos desvalidos solicitude fraternal, e estes bendiziam o destino por lhes haver feito deparar com esse refúgio aos seus sofrimentos tremendos. Mas, pelo começo de novembro, o deserto veio suprimir este único abrigo e expulsar daí os miseráveis retirantes, vibrando contra eles os mais pavorosos flagelos.

Diante de tais recortes da narrativa de José do Patrocínio, vemos a denominada “literatura das secas”, segundo Albuquerque Jr. (2011; 2017), que tem um grande papel nessas construções discursivas estereotipadas, já que trazem narrativas que articulam dois relatos bíblicos, o do êxodo e o da via crucis, os quais constroem a figura do/a retirante que foge da inospitalidade das terras em que vive, e passa por sofrimentos, de modo que passa a ser reproduzido/a de forma animalesca, como vemos no fragmento abaixo:

Isto ainda mais se evidenciava com a presença de um crescido número de mulheres e de crianças, que sobressaíam na multidão. As crianças estavam quase todas nuas, e as suas faces escaveiradas, as barrigas monstros, as pernas muito finas revelavam que a estada na capital não lhes havia melhorado a sorte. As mulheres estavam em tão completo estado de miséria, que algumas delas mal podiam guardar a compostura e defender o pudor

Vinha surgindo o sol, vermelho como uma brasa, no meio da quietação mórbida da natureza.

Grupos e grupos, maltrapilhos e esgroviados desfilavam praguejando contra o destino e contra os homens. Iam e vinham da mesma direção: um pano grande de areia de cor intensamente hidrargirada, no meio do qual havia uma escavação, em que manava um olho de água.

Nos que de lá voltavam reinava o mesmo desgosto que mostravam os que para lá se dirigiam; todos eram acordes nas lamentações e paravam para cruzar doestos e pragas às autoridades do lugar.

Logo, considerando o discurso forjado na literatura das secas, que é (re)enunciado hegemonicamente, podemos pensar essa breve história do autor, Fábio Monteiro, da narrativa , que nos faz retomar o nosso imaginário social, ao ler que ele foi buscar chuva em lugares distantes, na imagem do retirante nordestino, que supostamente sai do Nordeste para viver em um espaço que não seja seco, visto que o que se tem no imaginário social sobre essa região é muito do que narrou a literatura das secas, enunciações que podem ter o interpelado, como discute Santos Filho (2020), já que a vida é animada pela linguagem, convidando-o a aceitar ou a negar os sentidos propostos. O ato enunciativo é uma cena discursiva de dimensão macro e microsocial, em que sujeitos interagem se construindo na cultura, mantendo ou subvertendo, como diz o pesquisador. Porém, como vemos na narrativa, e no relato sobre o autor na quarta capa, percebemos que, como diz que o autor rememora lembranças, ele pode estar retomando os discursos hegemônicos acerca da espacialidade da qual fez parte. O quadro “Os Retirantes” (mencionado na sequência), de Cândido Portinari, conhecido nacionalmente também certamente contribuiu com os discursos sobre esse espaço como lugar de expulsão, devido (supostamente) às condições climáticas, como discutido ao longo da disciplina “Letramento e Educação no Semiárido”, a partir de Schistek (2017), já que as espacialidades que, atualmente, compreendem a região Nordeste são/foram tomadas discursivamente como “secas,” em que quase não há água. Assim, coloca os indivíduos como “secos,” miseráveis. O clima seria o inviabilizador da vivência nesses espaços, o que provocaria a retirada das pessoas, que viviam em situação de fome e miséria, de modo a fugir da “seca” que assolava/assola essa região, provocando a fuga de pessoas para buscar “melhores condições de vida no Sul”.



Figura 28: Os retirantes

Fonte: Cândido Portinari, 1944.

Disponível em:

<https://artsandculture.google.com/asset/northeastern-migrants/rwE_FvmjiW5QDg?hl=pt-BR>. Acesso em 18 de Maio de 2023.

Assim, podemos notar que o sertão, considerando os aspectos visuais e imagéticos presentes na obra literária analisado, está para o rural, o distante. Ou seja, a narrativa recupera discursos estereotipados. Logo, o ilustrador dessa narrativa não realiza as escolhas de modo aleatório, já que como Bossato (2021) argumenta, toda a estruturação e ilustração são pensadas. Nesse caso, o livro retoma discursos hegemônicos presentes no imaginário social acerca do Sertão. Está, portanto, a serviço de um dizer que é histórico-ideológico, político e social. Como vemos, não há neutralidade, já que (re)enuncia o sertão como atrasado, como o lugar que falta água, falta modernização, em que o povo tem rostos secos, “olhos secos”, em que o solo e a vegetação são secos, mas não só, porque as pessoas também têm “corpos secos”, são afligidas pela fome, pela miséria, pela falta de água. Inferimos, então, que o ilustrador vai retomando ideologicamente toda essa construção imagética que se tem acerca do sertão e vai construindo as ilustrações do livro infantil, pensando-as a partir do que construiu imageticamente sobre esse espaço. Constrói, então, esse Sertão de Tonho estereotipado, sertão que é recorrentemente (re)enunciado pela grande mídia e pelas elites políticas que insistem nesse discurso de “combate à seca” para conseguir recursos. Percebemos, com a leitura desse livro, que a literatura infantil também continua contribuindo

com esses discursos estereótipos, na medida que vêm sendo trazidos discursos repetitivos sobre o Sertão.

Conforme já comentamos, a narrativa dessa história gira em torno do personagem Tonho, que fica à espera da chuva, e do pássaro que traz notícias dela de outros lugares que sobrevoava. Ao longo da narrativa, é interessante notar que são apenas eles dois como personagens, não havendo outras pessoas por perto, fossem os pais ou responsáveis da criança. Notamos, então, que esse personagem é construído seguindo as narrativas hegemônicas, que tomam as pessoas que vivem no sertão como pessoas “sofridas”, “calejadas”, afligidas pela “seca”, pela falta de água, de modo que é um menino com pernas pequenas e finas, e com os olhos secos, e o espaço é sempre o rural, o distante, o inóspito, o vazio, como vemos nesse trecho que segue:

Quando o sol apertava, o menino corria com suas **pernas pequenas e finas**, quase levado pelo vento, até a plantação de mandacaru. Quase forte, cuidava de uma pequena roça que, assim como ele, insistia em se manter viva – raiz de macaxeira, batata-doce e jerimum -, de duas vacas que ensaivam o abandono e do esqueleto das árvores de caju, goiaba, cajá, umbu, trapiá, pitomba, juá, ameixa silvestre e carnaúba, que só serviam para as aventuras de escaladas e o balançar nas tardes mais amenas.

Essa descrição do lugar e da criança é interessante porque essa é a caracterização das pessoas que habitam esse espaço pelos discursos hegemônicos, conforme vemos com Santos Filho e Barbosa (2022), que, ao analisar os verbetes das palavras “sertão” e “sertanejo” em dicionários escolares encontrados em escolas da cidade de Água Branca, Alagoas, no Nordeste, encontraram caracterizações que pouco divergem, visto que, como nos dizem, há sempre algum tipo de adjetivação que corrobora com a visão estereotipada desses sujeitos, de modo que, em diálogo com os estudos de Albuquerque Júnior (2013), acreditam que a noção de seca é usada para explicar uma característica decisiva do sertanejo/nordestino, e como percebem nos verbetes analisados são caracterizações mais voltadas para “o coitado”, “o diferente”. Diria sobre a construção do personagem Tonho, já que é tomado como supostamente magro e pequeno, como numa construção que remete às narrativas referentes ao impacto da denominada “A grande seca”, remetendo a pessoas esqueléticas, em situação de subnutrição ou desnutrição. Nessa direção de sentidos, esse personagem é construído seguindo essas narrativas, pois até seus olhos são adjetivados como secos.

A adjetivação, conforme nos diz Santos (2022), se dá em seu processo de valoração discursiva e se dá pela intencionalidade dos sujeitos em seus usos, à medida que ao se valer de qualificações e desqualificações adjetivas, o sujeito pretende produzir e/ou intensificar sentidos persuasivos junto à interlocução. Assim, a noção de adjetivação, o processo de ampliar o sentido de um substantivo através de adjetivo compõe de forma significativa o projeto discursivo/performativo, pois, por exemplo, ao adjetivar os olhos do menino como “secos”, ou o sol como “intenso e tão forte”, o “eu” literário pretende interpelar coenunciadores e coenunciadoras a tomar esse lugar como sem água, sem vida, como um espaço de miséria, desértico, e as pessoas “poucas” que vivem nesse sertão serem vistas como dignas de “pena”, já que vivem em situação de extrema pobreza, porque lhes falta tudo. No livro infantil, até a roça que Tonho cultivava é seca, pois estava insistindo em se manter de pé, e há apenas duas vacas, que ensaiavam o abandono, imagens que vão retomando o discurso hegemônico, mostrando animais esqueléticos e outros mortos.

Na mesma perspectiva também são retratadas as árvores frutíferas, chamadas de esqueletos, no sentido de que só restavam os galhos sem folhas. Essa narrativa é a mesma que se repete em muitas obras regionalistas que tomam o sertão como suposto referente. Então, como faltavam animais, frutas, árvores com folhas e Tonho precisava se deslocar para longe em busca de água, esse personagem vai sendo colocado como o sertanejo sofrido, o “forte”, mas no sentido daquele que sobrevive às adversidades do lugar em que vive, além de ser solitário, pois não há outras pessoas ou casas próximas, e sua única companhia parece ser o pássaro, que é tratado de uma forma fraterna, de modo que esse pássaro é sua única fonte de informação, pois é por meio dele que tem notícias de outros lugares semelhantes ao seu e, por fim, “diferentes”, pois há chuva. De modo geral, é interessante perceber o papel dos processos de adjetivação presente nessa narrativa, visto que, como nos diz Santos (2022), são recursos usados para forjar um conceito hegemônico sobre o sertão, os quais são uma “escolha” do sujeito para reforçar sentidos desejáveis.

Nesse sentido, retomando Santos Filho (2012), vemos que de fato às escolhas lexicais, morfológicas e sintáticas não são utilizadas de forma neutra, nem aleatórias; mas sim, são realizadas pensando no outro que lerá esse enunciado, aqui o público infantil. Diante dessas considerações acerca da construção ilustrativa do livro e os processos que perpassam pela construção linguístico-discursivas, pensando o processo de escolhas que ele cita, busco agora voltar às escolhas linguístico-discursivas, em específico o título do livro, de modo a refletir sobre os possíveis sentidos propostos pelo enunciador ao realizar essa escolha, pensando motivações para a escolha do título. Assim, tendo em vista as considerações tecidas acerca da

construção imagética do livro, cabe voltar à capa e pensar as possíveis motivações das escolhas para o título do livro infantil literário, que é formado por duas palavras “Ser” e “tão” (e não o nome “Sertão”).

4.2 UM SER TÃO SECO

Sobre o título, podemos trazer algumas considerações sobre a palavra “Ser”. Se retomarmos os conhecimentos escolares, vemos que é/pode “ser” um verbo que tem como função ligar o “sujeito” a suas características. “Tão” um advérbio que dá intensidade a possíveis características. Então, essa escolha do título “Ser tão”, pensando a construção linguístico-discursiva e semiótica ou multissemiótica, pode ter sido uma escolha pensando nas características atribuídas a essa região sertaneja e também aos sujeitos que habitam esse espaço, visto que se verificarmos a construção linguístico-discursiva e imagética, tal como problematizamos, o “eu” pode ter realizado essa escolha pensando no que está no livro enquanto “sertão”, no sentido de que pode ser entendido como “ser tão seco”, pois ao longo de toda a construção da paisagem e da personagem Tonho, o livro vai mobilizados sentidos que estão para o imaginário do Sertão a partir de visões hegemônicas desse espaço, que o caracterizam enquanto “seco”. As demais semioses presentes tanto na capa quanto no decorrer do livro, que como vimos é iniciado com uma imagem de um solo rachado e é finalizado também com essa imagem, retomando o imaginário social acerca desse espaço, vão corroborando para sentidos de espaço-sertão caracterizado como “seco”, tal como na escolha da paleta de cores, por exemplo, dos tons amarelos, laranjas, os quais são mais quentes, remetendo ao seco, ao espaço desértico.

Então, infiro que, diante das caracterizações atribuídas tanto ilustrativamente quanto discursivamente na escrita, que vai (re)enunciando o sertão como seco, sem vida, em que falta chuva, em que falta quase tudo e onde até os sujeitos que o habitam são tomados como secos, sofridos, em um espaço de miséria, de fome, esse “Ser tão” estaria para essas características narradas e ilustradas sobre esse espaço sertanejo. Por tais considerações, penso que a escolha do “eu” escritor foi a de mobilizar seu imaginário acerca desse espaço, já que parece existir um saudosismo como nos diz Santos (2022), mas, apesar de ter vivenciado um sertão em que admirava os pássaros e a chuva, a precipitação pluviométrica quase não aparece na narrativa.

Logo, é interessante perceber a quebra na narrativa construída a respeito do personagem do pássaro que é trazido como exuberante, majestoso, características que nos ajudam a ver a recorrência do processo de adjetivação positivamente. No entanto, em relação ao pássaro, há uma quebra, de modo a qualificar o personagem com uma visão mais

“positiva”, porque a narrativa traz que o azul do pássaro se confundia com o do céu sem nuvens, e voava por lugares trazendo notícias da chuva, que a narrativa coloca como “rara”, visto que Tonho quase não a conhecia e sonhava com lugares em que ela estava presente, com flores de todas as cores, com árvores verdes, rios que banham cidades inteiras. O menino desejava a água. É interessante notar essas caracterizações e nos perguntarmos o que uma criança do ensino fundamental das séries iniciais pensaria ao ler essas caracterizações. Suponho que uma criança que não conhece os sertões vai construir a partir do livro infantil aqui discutido uma imagem com base nas visões hegemônicas, pois, ao ler que o personagem sonhava com flores, a criança pode supor que no sertão não há flores, que há pouco verde, poucos ou nenhum rio. Nessa perspectiva de produção de sentidos, essa criança pode ser interpelada a (re)enunciar o sertão com essas características de sem vida, assim como bioma seco, que no discurso hegemônico, é uno.

Se voltarmos às ideias de Martin e Souza (2021), quando falam que o texto infantil precisa dialogar com as ilustrações, entendemos que em partes do livro de Fábio Monteiro esse processo não ocorre, a exemplo da ilustração em que há uma parte verde e outra amarela cobrindo quase que todo o verde, mas que aparece a narrativa “o rio mais perto era muito longe dali”. Nessa ilustração não há o rio, não há a figura do menino, de modo a se aproximar do que é narrado. Logo, considerando as ideias das pesquisadoras, a criança ao ler esse texto vai procurar o rio nas imagens, mas não o encontrará, pois não é mostrado, o que pode frustrá-la. Em outra página mais adiante, há uma imagem de um rio com uma pessoa em um barco navegando, na qual há figuras de peixes. No entanto, a narrativa fala de “árvores com copas verdes, rios, flores de todas as cores”, enquanto a ilustração não dialoga com essa narrativa. Ainda, se não há mudança na paleta de cores, para se aproximar de cores reais do que é narrado, a criança pode questionar o porquê de a cor do rio ser laranja, por exemplo, porque não vemos rios nessas tonalidades no mundo real, e outro ponto é que não há ilustrações de árvores verdes e flores de todas as cores. Não há diálogo, tal como nos fala Souza (2021), como podemos ver nas páginas duplas destacadas na sequência:



Figura 29: O rio
Fonte: Monteiro (2016)

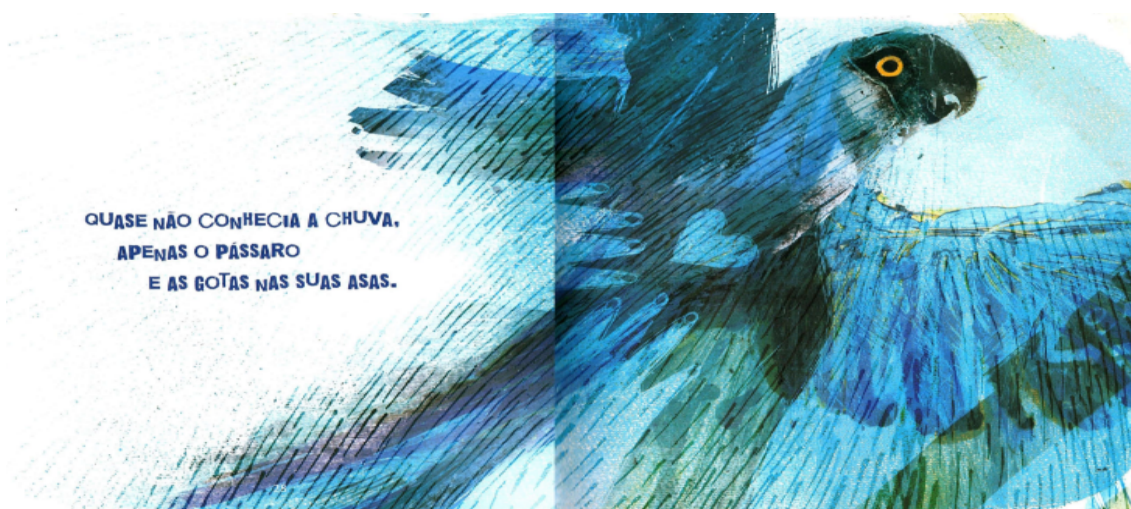


Figura 30: O pássaro
Fonte: Monteiro (2016)

No entanto, o pássaro e suas caracterizações divergem das desqualificações adjetivas dos demais aspectos do sertão, porque ele não é “seco”, é exuberante, trazendo em suas asas gotículas de chuva, trazendo esperança da chuva com que Tonho tanto sonha. O pássaro é narrado como aquele agente que traz a esperança do que não tem no lugar em que o menino vive, traz notícias de lugares com uma natureza abundante, o que não existe no sertão de Tonho, porque tudo falta, tudo lhe falta.

Notamos, então, que o pássaro e Tonho têm uma relação de amizade fraterna, aspecto a partir do qual podemos inferir que esse pássaro também pode se referir ao/a nordestino/a que sai em retirada e volta para visitar o sertão, mas não para viver nesse espaço, trazendo a ideia do retirante, enunciado nos discursos hegemônicos, já que esse pássaro sai em busca da

chuva. Assim, retomamos a história do escritor dessa narrativa, que sai de Recife/PE e voa por muitas paisagens e busca chuva na cidade de São Paulo. Então, podemos notar a influência do autor nessa narrativa, as motivações da escrita, e a saudade que ele sente do seu lugar, que nessa descrição parece ser outro sertão, não mais esse da narrativa, já que é descrito como inesquecível, e há o cheiro da terra, que possivelmente seja molhada pela chuva, no qual admira os pássaros, não apenas um, e a chuva, o que na narrativa não há, já que o sertão é seco, e segundo a descrição, para o autor sua escrita foi motivada pela saudade, de modo a rememorar seu passado nesse lugar. Fica o questionamento: Quem sente falta de um lugar sem água, seco, sem vida, em que tudo falta?

A narrativa “Ser tão” só fala em chuva ao final, afirmando que o pássaro só traz notícias de chuva após todo o processo de “sofrimento” e esperança de Tonho pela chuva, a qual fica no imaginário como se fosse rara, quase inexistente. Sobre esse desfecho, vemos com Goh (2022) que as narrativas fantásticas infantis sempre trazem um final feliz, como esse do menino Tonho, que enfim presencia a chegada da chuva tão “rara” e sonhada. Mas, para essa pesquisadora, esse aspecto é uma utopia pedagógica, já que educadores almejam por ela, e os escritores/as procuram elaborar livros incríveis.

E é importante dizer que o escritor dessa obra traz memórias, vivências do espaço sertanejo. No entanto, ao trazer na descrição sobre suas lembranças da chuva, da terra molhada, dos pássaros, deste lugar inesquecível de que sente saudade, não parece ser o mesmo sertão da narrativa que conta ao rememorar seu passado, visto que o sol é intenso, tão forte e sempre mais forte à medida que espera à chuva. Acredito que ninguém sentiria falta de viver nesse Sertão da narrativa desse livro literário infantil, porque tudo falta. Portanto, percebemos que apesar de o autor da obra ter vivenciado um sertão (na verdade a zona litorânea do Nordeste, visto que é de Recife, mas existe essa amálgama nos discursos hegemônicos de Sertão/Nordeste/Semiárido que são confundidos) com chuva, com pássaros, ele (re)enuncia uma construção linguístico-discursiva hegemônica acerca do espaço e sujeitos sertanejos(as)/nordestinos(as), que são caracterizados(as), adjetivados(as) como pessoas secas, como vimos na narrativa em análise.

Tendo em vista tais considerações, podemos inferir que o autor do livro infantil pode ter sido interpelado por discursos que narram o sertão como seco, assim como o ilustrador da narrativa, Mauricio Monteiro, um paulistano criado sob um espaço com sol, garoa ou chuva adjetivada enquanto forte, que conhece os verdes da Mata Atlântica, como disse a descrição ao final do livro. Parecem ser interpelados pela paisagem política de sertão. Essas informações podem mostrar que apesar de serem um do Nordeste e outro do Sudeste, eles

trazem para o livro infantil uma visão parecida sobre o Sertão, no sentido de retomar um dizer estereotipado sobre esse espaço e os sujeitos que o habitam. Se recuperarmos os sentidos, a nossa memória, o imaginário social acerca dessa espacialidade do Sertão, Nordeste, Semiárido, vemos que as paisagens, as cores que estão sendo trazidas no livro literário infantil, estão dialogando-recuperando, assim como a narrativa, com discursos anteriores acerca do Sertão Nordestino, que é o referente dessa obra, os quais são os discursos hegemônicos, narrado na literatura da seca, trazidos pelo discurso regionalista, como o que ocorre na narrativa de Franklin Távora em “O Cabeleira”, por exemplo, que compara a paisagem do sertão ao deserto, a um lugar de pobreza extrema, de fome, de miséria, narrando não apenas o espaço como uno e seco, mas também como secos as pessoas e os animais que habitam esse espaço.

Então, podemos perceber que o sujeito que enuncia, o “eu” literário, escreveu essa narrativa motivado por suas vivências, mesmo as narrando seguindo os estereótipos construídos e recorrentemente (re)enunciados. O sertão narrado como uno, homogêneo, seco, serve a um propósito, visto que as escolhas discursivas não são neutras. A narrativa literária desse livro infantil cujo título é “Ser tão” possui o espaço do sertão estereotipado como conteúdo temático, dialogando com a memória social de narrativas da literatura das secas, no sentido de que se aproxima do Nordeste reacionário, arcaico, tanto nas imagens visuais como na narrativa. Percebemos, portanto, como nos dizem Santos (2022) e Moita Lopes (2013; 2006) que o sujeito social e seus usos linguístico-discursivos estão atravessados com questões de raça, cor, gênero, sexo e território, como pudemos ver nessa narrativa literária, ao focalizar a imbricação entre práticas discursivas e sociais acerca dessa territorialidade. A linguagem em uso se configura enquanto uma ação discursiva que opera sobre o mundo social nas relações entre os sujeitos, e como Moita Lopes nos diz, somos nós que indexamos mundos de significação a partir das nossas falas, dos nossos enunciados, dos nossos textos, processos a partir dos quais construímos o mundo de significações, a realidade provisória e discursiva.

Dessa forma, percebemos as imbricações entre a linguagem e a vida social, pois somos nós que construímos discursos, assim como pudemos ver nessa narrativa, visto que o “eu” literário, que enuncia, traz ditos anteriores em suas escolhas linguístico-discursivas, os quais são sociais, históricos políticos, econômicos e geográficos, que estão para uma ideologia que vê o sertão como alvo de “pena” pelo resto do país, como o lugar de “burros”, de pessoas atrasadas no tempo. Essa linha discursiva serve às elites políticas, que se apropriam desse discurso de lugar seco para angariar recursos governamentais, de “combate à seca”, a qual, como nos diz Shisteck (2017), não existe, já que o que existe é a falta de

conhecimento da realidade climática da região e consequentemente o que se pode criar ou plantar. Desse modo, a elite se beneficia ao investir no combate ao que não existe, pois as precipitações pluviométricas existem e são irregulares a cada ano no tempo e no espaço.

Por fim, devemos nos perguntar por que motivos a elite utiliza o discurso de combate à seca e não o de convivência com o semiárido, já que existem meios de viver nesse espaço, de modo que possamos lidar com os períodos de estiagem, como os projetos de cisternas de captação da água da chuva e a estocagem para os períodos de estiagem. Por que motivos não é ensinado nas escolas sobre as características desse espaço para que as pessoas saibam quais as plantas que são adaptáveis ao bioma da região semiárida, por exemplo, quais os animais que são mais resistentes a esse clima, como os caprinos e ovinos, e quais as formas simples de estocagem de água para plantação e para os animais, como vemos em vídeos no *Youtube* ao pesquisar sobre políticas de convivência com o semiárido. Ao ver esses vídeos, é interessante nos questionarmos se parece haver investimento governamental, porque o que é possível ver são as próprias pessoas da região com seus recursos construindo tecnologias de estocagem de água. E devemos nos perguntar porque os recursos que são destinados ao “combate à seca” não estão sendo direcionados a essas iniciativas, aparentemente. No mais, devemos nos questionar para onde vão esses investimentos que seriam direcionados ao combate à seca: Como ele são usados? Porque não são usados para buscar meios de convivência com o espaço?

CONSIDERAÇÕES (FINAIS)

Com esse estudo, busquei pensar quais as enunciações retomadas pela literatura, dita/tida como infantil, acerca do Sertão, Nordeste e Semiárido, no livro “Ser Tão”, já que na disciplina “Letramento e Educação no Semiárido” e nas discussões do Gelasal problematizamos as construções discursivas acerca das espacialidades que correspondem político-administrativamente ao Sertão, ao Nordeste e ao Semiárido, entendendo que tais regiões são invenções linguístico-discursivas. Além disso, tais construções/invenções não são uma realidade natural, mas sim uma construção cultural, já que nasce de investimentos de poder, de saber, de desejo nas esferas econômicas, políticas, sociais, religiosas, ética, moral e artística. Essas informações se fazem relevantes para o meu estudo, pois é possível compreender que a linguagem desempenha um papel fundamental nessas construções, visto que é por meio das nossas práticas discursivas e sociais que construímos sentidos sobre o mundo, os espaços, assim como na elaboração e reelaboração das noções espaciais que manipulamos, o que nos possibilita perceber o processo de como as práticas espaciais são originadas. Nesse sentido, pude perceber que os discursos inscrevem os espaços, produzindo-os e os pressupondo para se legitimar, podemos discutir brevemente que regiões são produto do discurso.

Ao realizar essa leitura enunciativo-discursiva, compreendo a língua como enunciados concretos e únicos, e a linguagem como uma ação e prática social, a qual ocorre pelo enunciado concreto, o qual é compreendido como um evento único e irrepetível na cadeia de comunicação, visto que o discurso só existe na forma de enunciações concretas pertencentes a sujeitos do discurso. Logo, a comunicação entre sujeitos é construída na/pela língua(gem) em processos interativos e dialógicos, assim como em campos/esferas de atividades, que funcionam como organizadoras da produção e captação de enunciados, em gêneros específicos, os quais se desenvolvem com as demandas comunicativas no usos linguístico-discursivos dos sujeitos. Nesse sentido, a enunciação ocorre com objetivos comunicativos e funções sociais específicas, sendo assim por meio dele que a língua(gem) adentra a vida e constrói significações e media relações entre as pessoas e/com o mundo.

Compreendo também o texto como concreto, como algo vivo nas práticas de sujeitos reais e históricos, ou seja, um enunciado de um “eu” para um/uma “outro/a”, em um momento histórico situado, ideológico e político, e que os sentidos do texto são forjados nas práticas discursivas entre sujeitos no texto em questão, dialogando também com dizeres anteriores, no sentido de que são sempre propostas de sentidos, tentativas de produzir sentidos, e que se

espera efeitos desejados, que podem ou não ser alcançados, em relação ao interlocutor, o “outro”, que pode ou não perceber os sentidos propostos e ser ou não interpelado pela proposta de sentidos do enunciado.

Então, essa leitura enunciativo-discursiva do livro intitulado de “Ser Tão” de autoria de Fábio Monteiro e ilustração de Mauricio Negro é entendida como processo interativo, visto que a enunciação emerge de um “eu” para um “outro”, e é dialógico, porque o enunciado é forjado na interação entre sujeitos, mobilizando discursos interiores sobre as espacialidades que compreendem o Sertão, Nordeste e Semiárido, que dão a validação e avaliação de enunciados alheios, e exteriores. Essas enunciações ocorrem na comunicação em um tempo e espaço situado, mobilizando ecos, outras vozes, ou seja, enunciados ditos anteriormente, os quais são as construções linguístico-discursivas hegemônicas acerca dessas espacialidades, os quais ocorrem em um micro tempo, mas que dialogam com o sócio-histórico.

Por tais discussões, de modo geral, pude analisar e compreender que os discursos mobilizados retomam um dizer sobre o espaço sertanejo, o Sertão, mas também sobre as pessoas que o habitam. Além disso, essas (re)enunciações não estão desvinculadas de uma ideologia, de um posicionamento político-ideológico, histórico-social, já que, como pudemos perceber, esse é um dizer em função de um fazer, no sentido de que dialoga com uma construção discursiva anterior, que enuncia o Sertão, Nordeste e Semiárido como homogêneo, seco, desértico, sem vida, em que falta quase tudo, em que o sol é “escaldante”. Desse modo, é possível observar que a construção linguístico-discursiva e imagética, ou semiótica do livro literário infantil está mantendo a estereotipa, corroborando com propostas de sentidos diferentes do alto sertão alagoano, que é entendido como vasto e diverso, por exemplo.

Nesse sentido, com a análise, e as discussões, pude perceber/compreender que as ilustrações paisagísticas do livro estão para uma produção ideológica e um dos papéis desempenhados por ela no processo social é de ordem ideológica, já que servem de suporte a um conjunto de ideais e valores, como as que são mobilizadas pelo ilustrador ao produzir as ilustrações da obra, assim como as cores, a divisão das páginas, dos pedaços da narrativa, o que possui significação, ou a partir da narrativa mobilizada pelo escritor, o qual retoma sentidos estabilizados acerca do Sertão, seguindo os discursos que são recorrentemente (re)enunciados na literatura, na mídia, no cinema etc. Possuem uma função político-ideológica e sócio-histórica que funcionaram e funcionam a serviço de um dizer estereotipado, o qual nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada, que apaga as multiplicidades e as diferenças individuais, em prol de semelhanças superficiais, isto é, de um

recorte de um todo que é múltiplo, mas que ao exibir apenas uma pequena parte desse todo acaba excluindo ou apagando as demais possibilidades constitutivas.

Diante de tais discussões, pude compreender que os espaços são semanticamente construídos, inventados, nas nossas práticas linguístico-discursivas e sócio-históricas. Logo, os discursos hegemônicos acerca do Sertão são invenções. Assim, existem discursos outros. No entanto, com esse estudo acerca do livro literário infantil intitulado de “Ser Tão”, pude analisar que a sua construção ilustrativa, paisagística, discursiva, está retomando dizeres fundados há mais de um século. Ou seja, a literatura continua trazendo os discursos hegemônicos que (re)enunciam o Nordeste, Semiárido, e o Sertão, aqui em análise, com dizeres e visões estereotipadas difundidas no imaginário social e fundados no final do século XIX. Logo, com a análise, pude observar que tais enunciações seguem perpetuadas pelos meios de comunicação, como o cinema, as artes, os jornais, os interesses políticos, elitistas, e a literatura, como discutido na análise do Capítulo 04.

Pensando o letramento territorial educacional, trazer um livro didático infantil direcionado para crianças de 6 a 10 anos com propostas de sentidos estereotipado constitui-se como algo problemático, como nos diz Martin e Souza (2021), já que não há uma aproximação do real nas ilustrações, tão pouco faz parte do vivido das crianças, que podem ler essa narrativa. No entanto, podem as interpelar, no sentido que as propostas de sentido pretendidas podem ser alcançadas se a criança não conhece o espaço, mas também podem causar tais efeitos de sentidos para crianças desse espaço, que podem o colocar como o outro, o distante, porque quando se fala em sertão é sempre o outro, o distante, de modo que podem (re)enunciar esse sertão de modo estereótipo, seguindo os discursos hegemônicos acerca do Sertão.

Com essa análise, foi possível observar que imperam nas ilustrações os tons amarelos e laranjas do (suposto) “deserto” que é/seria o Sertão na narrativa desse livro infantil. Logo, a produção dita literária segue alimentando dizeres de um arquivo audiovisual de narrativas forjadas no final do século XIX. Nesse sentido, cabe enfatizar que os elementos constitutivos dessa narrativa literária (supostamente) direcionada para o público infantil, crianças de 6 a 10 anos de idade, assim como a construção linguístico-discursiva, multissemiótica, com cores, texturas, aspectos internos e externos ao texto, e o discurso mobilizado na obra continuam a (re)enunciar dizeres e imagens estereotipadas acerca do Sertão, o qual é construído enquanto seco, sem vida, como espaço de miséria em que falta tudo.

Além do mais, a partir das problematizações foi possível perceber, com a análise do livro literário infantil “Ser Tão”, que a literatura construiu e segue contribuindo para a

manutenção de um conjunto de imagens e enunciados que são vistos como a “verdade” dessas espacialidades do Nordeste, do Sertão e do Semiárido, os quais são tomados como uno, seco, atrasado, contrário à civilização. Logo, essas imagens e cenas são (re)apresentadas nessa produção literária, e, assim, notamos que tais construções discursivas e imagéticas sobrevivem e retornam os discursos em torno do fenômeno regional. Por fim, acredito que esse trabalho é relevante para pensar as construções discursivas que constroem/inventam o mundo e a partir dos estudos em Linguística Aplicada essa relação entre a linguagem e a vida social é percebida com mais clareza, no sentido de que percebo que a vida é mediada pela língua(gem), ou é construída por meio das nossas práticas discursivas e sociais. Logo, a linguagem não está destituída da vida.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **O objeto em fuga**: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: Fronteiras, Dourados-MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, Jan./jun. 2008.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas**. Revista de História e Estudos Culturais, nº 1, vol.13, Janeiro/Junho 2016.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **As Imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca no final do século XIX e início do século XX**. Revista Varia História, Belo Horizonte, nº 61, vol. 33, p. 225-251, jan/abr 2017.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **O Rapto do Sertão: A Captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino**. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, nº 25, p. 21-33, maio/nov 2019.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **“O Sertão é uma palavra que designa sempre o outro.”** . [entrevista concedida a] Francisco Dênis Melo. Revista Historiar, [S. l.], nº. 24, vol. 13, p. 308–327, 2021.
- ANTUNES, Irandé. **Território das palavras – estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo:Parábola Editorial, 2012.
- ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. São Paulo: Ática, 1975.
- ANDRUETTO, Maria Teresa. **Livro não precisa ter uma moral**. Revista Nova Escola, 2017.
- BARBOSA, Lirane dos Santos; SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **O Sertão Dicionarizado**. Itapiranga-SC: Editora Schreiber, 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 4ª ed, 2003.
- BESSE, J-M. **Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar**. Tradução: Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e latino**. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, Volume 07: Letras Q-S, 1720. Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5443>>. Acesso em 21 de Abril de 2023
- Câmara Brasileira de Livros. Disponível em: <<https://www.cblservicos.org.br/clube-de-leitura-ods/obras-selecionadas/?fbclid=IwAR2vFKyFhJazKzHJDjVqxNMgGNmu44ajfrWT1EDdiKNv4eQUgkawPkahPjo>> . Acesso em 23 de Abril de 2023.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BOSSATO, Brenda. **Como planejar e montar um livro infantil do zero**. Brenda Bossato. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=ARA0JL_WrsQ>. Acesso em 23 de Abril de 2023.

BRAIT, Beth. PCNs, GÊNEROS E ENSINO DE LÍNGUA: FACES DISCURSIVAS DA TEXTUALIDADE. In ROJO, Roxane Helena Rodrigues (org). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's**. São Paulo: EDU, 2000, p. 15-24.

Calbucci; Eduardo. **Linguística na pandemia 2: O mundo mediado pela linguagem**. YouTube, 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=H8uJi0x2RTY>>. Acesso em 16 de Abril de 2023.

COLOMER, Teresa. **Literatura infantil: uma minoria dentro da literatura**. Entrevista na Conferência do 32º Congresso Internacional do IBBY. Suplemento. Notícias. Reflexões sobre **leitura e literatura infantil e juvenil**. Fascículo nº. 41.

GOH, Simone Strelciunas. **Os novos “era uma vez”**: “*Fadas e bruxas dividem o lugar com Pets, princesas que soltam pum, memórias afetivas, contos fantásticos, problemas reais da vida da gente e seres do sertão nordestino*”. Revista de língua portuguesa, 2022.

HUNT, Peter. **A missão da literatura infantil é expandir o universo dos pequenos**. Revista Nova Escola, 2001.

LIMA, Renan de Moura Rodrigues e ROSA, Lúcia Regina Lucas da. **O uso das fábulas no Ensino Fundamental para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita**. Revista Cippus. Vol. 1. Maio 2012.

MONTEIRO, Fábio. **Ser tão**. São Paulo: Paulinas, 2016.

MARTIN, Marcela Saint; SOUZA. Lyvia Helena. **Ilustração de livro infantil é coisa séria**. Marcela Saint Martin. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=xTH6KVZTNr0>>. Acesso em 07 de Maio de 2023.

MACHADO, Ana Maria. **A literatura deve dar prazer**. Revista Nova Escola, 2001. Disponível em:<<https://novaescola.org.br/conteudo/955/entrevista-com-ana-maria-machado>>. Acesso em 17 de Abril de 2023.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas: a Construção Discursiva de Raça, Gênero e Sexualidade em Sala de Aula**. Campinas. S.P: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos linguísticos**. In: SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 159-171, 1º sem. 2004.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos constructos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo - SP, Parábola Editorial, 2006. p. 85-107.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Pesquisa em Linguística Aplicada: entre lugares/margens, discursos emergentes e política**. Conversas - Questões de Linguagem. 2013. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8>>. Acesso em 03 de novembro de 2022.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural**. In. Luiz Paulo da Moita Lopes (Org.). O português no século XXI – cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 101-119.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Linguística Aplicada Indisciplinar**. [entrevista concedida a] Cláudia Zilmar da Silva Conceição. Revista de crítica cultural, GrauZero, 2015.

MARTINS, J. S. **Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984. _____. O cativo da terra. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

NORBERTO O. Ferreras. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros**: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina. SciELO, Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/his/a/rJNDV4h9LfYRLfh4Q5RPH8y/#>> . Acesso em 18 de Novembro de 2022.

O homem que desafiou o Diabo. Acesso em 18 de Novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZjHu3jR0KVY&t=5590s>>.

PATROCÍNIO, J. Os Retirantes. Pará: editora NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, Universidade do Amazonas. Disponível em: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/jose_patroc2.pdf>. Acesso em 28 de Abril de 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**. São Paulo - SP, Parábola Editorial, 2003.

ROJO, Roxane. **Por novos e múltiplos letramentos**. [entrevista concedida a] Cristiane Mori. Revista Na ponta do lápis, 2016. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/5917/npl27-03ago2016.pdf>> . Acesso em 07 de Abril de 2023.

Rango. Direção de Gore Verbinski. Produção: Paramount Pictures. Estados Unidos: Netflix, 2011. Duração: (110 min). Disponível em: < <https://www.netflix.com/br/title/70137742> >. Acesso em 08 de Abril de 2023.

SANTOS, Hugo Pedro Silva dos. **“Outro sertão”: linguagem e território**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Do Dialogismo Bakhtiniano**: Interdiscurso e Intertextualidade. In: O que é uma leitura enunciativo-discursiva?. Arapiraca: UNEAL, 2012. P.32-38.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio; SANTOS, Hugo Pedro Silva dos. **As palavras na berlinda: “Os Retirantes do coronavírus” / “o novo êxodo nordestino” [o linguístico, o histórico e o geográfico, no político]**. Maceió-AL: Edufal, 2021.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **“Outro sertão”: por uma geografia discursiva**. In: Hugo Pedro Silva dos Santos. “Outro sertão”: linguagem e território. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 15-17.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. **Processos de pesquisa em linguagem, gênero, sexualidade e (questões de) masculinidades**. Recife - PE, Editora Pipa Comunicação, 2017.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. **Linguística Queer**. Recife - PE, Editora Pipa Comunicação, 2020.

SIGNORINI, Inês. **Do residual ao múltiplo e ao complexo**: o objeto da pesquisa em LA. In: Inês Signorini e Marilda Cavalcanti (Org.). Linguística Aplicada e transdisciplinaridade - questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998, p. 99-110.

SCHISTEK, Haroldo. **O desconhecimento da caatinga e o mito da seca**. [entrevista concedida a] Ricardo Machado. Revista IHU, 2017.

SANTOS, Ataniel da Silva. “Aqueles dois” em leitura queer: **“ainda mais altos e mais ativos”**. Monografia (Licenciatura em Letras - Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia - AL, 2021.

TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1993.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Considerações sobre a concentração fundiária no Brasil.** Revista Eletrônica Georaguaia, 2018. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 32 - 54. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/download/6982/4582/23351> Acesso em 24 de Abril de 2023.